

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**THOMÉ SABBAG NETO**

**A NOVA DEFINIÇÃO LEGAL DE SENTENÇA, A CLASSIFICAÇÃO DOS  
PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS E O SISTEMA RECURSAL NO  
PROCESSO CIVIL BRASILEIRO**

**CURITIBA**

**2008**

**THOMÉ SABBAG NETO**

**A NOVA DEFINIÇÃO LEGAL DE SENTENÇA, A CLASSIFICAÇÃO DOS  
PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS E O SISTEMA RECURSAL NO  
PROCESSO CIVIL BRASILEIRO**

Monografia apresentada ao Departamento de  
Direito Civil e Processual Civil da Faculdade de  
Direito da Universidade Federal do Paraná como  
requisito parcial à obtenção do título de  
Bacharel no Curso de Graduação em Direito.

Orientador: Professor Manoel Caetano  
Ferreira Filho

Co-orientador: Professor Sérgio Cruz Arenhart

**CURITIBA**

**2008**

*A meus pais, é claro; pelo tudo e pelo sempre...*

## AGRADECIMENTOS

Um dia, aprendi que o ato de pedir, o ato de receber e o ato de agradecer são um só, como ocorre com quem, cansado de treva e de sombra, abre a cortina em dia de sol...

O tempo, contudo, nos faz pensar que há descontinuidade entre uns e outros. E assim, por conta dessa ilusão, surge o orgulho de quem não pode pedir, o egoísmo de quem não quer dar, a desesperança de quem não recebe e a ingratidão de quem recebe mal...

Após o muito que pedi e o muito mais que recebi, resta-me consumir o ato, agradecendo a todos que, sabendo ou não, auxiliaram-me e auxiliam-me: não só no ontem e no hoje, mas, certamente, no amanhã e no sempre; não só com idéias e conceitos, mas, especialmente, com sentimentos e ações; não só da forma como eu esperava, mas, felizmente, da forma que eu mais precisava...

Com devoção e fé inabalável, agradeço a Deus, que através de Seus mais íntimos mecanismos de Sabedoria, Amor e Poder, conduz a todos nós no retorno à nossa origem.

Com gratidão e fidelidade eternas, agradeço a meu Mestre, Arhapiagha, com quem aprendi que meu destino se confunde com minha origem. Tudo quanto sei e sou nasceu na gênese de teus atos, de tuas palavras e de teu exemplo.

Com amor e respeito incondicionais, agradeço a meu Pai e minha Mãe, Thomé e Rosangela, com quem aprendi que o amor há de prevalecer.

Com alegria e entusiasmo verdadeiros, agradeço a meus Irmãos e Amigos, com quem aprendi que é impossível viver só.

Com admiração sincera, agradeço a meu Professor, Manoel Caetano, com quem aprendi que um conhecimento só é verdadeiramente científico quando se presta à transformação do mundo.

Com esperança e gratidão antecipada, agradeço a todos que, no futuro, haverão de me ensinar o que ainda não aprendi.

Meu muito obrigado a todos!

*“... os livros estão aqui, como uma galáxia pulsante, e as palavras, dentro deles, são outra poeira cósmica flutuando, à espera do olhar que as irá fixar um sentido ou nelas procurará o sentido novo, porque assim como vão variando as explicações do universo, também a sentença que antes parecera imutável para todo o sempre oferece subitamente outra interpretação, a possibilidade duma contradição latente, a evidência do seu erro próprio”.*

*(José Saramago, História do Cerco de Lisboa)*

## RESUMO

A partir da alteração da definição legal de sentença promovida pela Lei n. 11.232/05, uma dúvida passou a inquietar os juristas de um modo geral: a sentença não é mais dotada da eficácia extintiva do procedimento de primeiro grau de jurisdição? Desse modo, instaurou-se o debate, tanto na doutrina quanto na jurisprudência, entre dois grupos principais: **(a)** o primeiro, segundo o qual a redefinição de sentença não promoveu qualquer modificação na estrutura sistemática do Código de Processo Civil, seja em relação à *classificação dos pronunciamentos judiciais*, seja em relação ao *sistema recursal* por ele estabelecido; e **(b)** o segundo, para o qual o critério topológico (expressamente previsto no revogado § 1º do art. 162 do CPC) foi definitivamente abandonado, de modo a transformar em sentenças todas as decisões que, no sistema anterior, eram entendidas como decisões interlocutórias por não extinguirem o procedimento de primeiro grau jurisdicional.

Em vista disso, o presente trabalho monográfico pretende: **(a)** em primeiro lugar, *analisar a reforma da estrutura do processo* a partir da reforma engendrada pela Lei n. 11.232/05, explicitando os motivos que a ensejaram; **(b)** em segundo lugar, *sistematizar as vertentes doutrinárias e jurisprudenciais* que se posicionaram a respeito da questão, levando-se em conta o confronto entre a definição revogada de sentença e a atual; **(c)** em terceiro lugar, *destacar princípios e regras* que informam o sistema do Código de Processo Civil que tenham alguma pertinência à solução do problema investigado; e **(d)** ao final, *esboçar uma síntese conclusiva*, que esteja comprometida com a tendência de entender o processo como um instrumento de tutelar o direito material dos jurisdicionados, de modo efetivo, tempestivo e adequado.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2. A REFORMA ENGENDRADA PELA LEI N. 11.232, DE 22.12.2005.....</b>	<b>11</b>
2.1. A alteração do regime de execução/cumprimento de sentença .....	13
2.2. Explicitação dos motivos que ensejaram a alteração .....	16
2.3. A necessidade de adequação da definição legal de sentença.....	20
<b>3. ANÁLISE DAS DEFINIÇÕES LEGAIS DE SENTENÇA, DE SEUS CRITÉRIOS E DA RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS.....</b>	<b>27</b>
3.1. A definição legal revogada: referência expressa à eficácia extintiva das sentenças em relação ao procedimento de primeiro grau jurisdicional .....	28
3.2. A nova definição legal de sentença: o critério topológico foi ou não excluído da classificação dos pronunciamentos judiciais?.....	31
3.3. Interpretações da nova definição legal: sistematização .....	33
3.3.1. Primeiro grupo: alteração meramente redacional (textual) sem conseqüências práticas, tanto no que se refere à classificação dos pronunciamentos judiciais, quanto ao sistema de sua recorribilidade .....	34
3.3.2. Segundo grupo: alteração substancial com conseqüências práticas tanto no que diz respeito à classificação dos pronunciamentos judiciais, quanto ao sistema de sua recorribilidade.....	46
3.3.3. Terceiro grupo: alteração substancial com conseqüências práticas apenas no que diz respeito à classificação dos pronunciamentos judiciais, mas não quanto ao sistema de sua recorribilidade.....	51
<b>4. A NOVA DEFINIÇÃO LEGAL DE SENTENÇA, A CLASSIFICAÇÃO DOS PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS E O SISTEMA RECURSAL DO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO: PRINCÍPIOS E REGRAS PERTINENTES</b>	<b>57</b>
4.1. O sistema recursal brasileiro: considerações introdutórias .....	58
4.2. Interpretação isolada e restritiva do § 1º do art. 162 do Código de Processo Civil: críticas possíveis .....	64

4.2.1. Princípios pertinentes.....	64
4.2.1.1. O princípio do duplo grau de jurisdição: a expressão “põe termo ao processo”, a rigor, já não era compatível com a definição revogada.....	65
4.2.1.2. O princípio da taxatividade: a proposta de interposição de “apelação por instrumento” das “sentenças” proferidas no curso do processo é legalmente inviável .....	68
4.2.1.3. O princípio da fungibilidade: necessidade de utilização para os recursos interpostos em face das decisões judiciais que, mesmo tratando das matérias previstas nos arts. 267 e 269, não põem termo ao procedimento de primeiro grau jurisdicional .....	70
4.2.2. Regras pertinentes.....	73
4.2.2.1. A regra da correspondência: o entendimento de que há “sentenças” agraváveis é absolutamente incompatível com expressa disposição legal (art. 513, CPC) .....	75
4.2.2.2. A regra que define decisão interlocutória: o conceito de “questão incidente” nunca foi incompatível com o conceito de “questão de mérito”, o que demonstra que a relação entre a sentença e os arts. 267 e 269 não é exclusiva..	78
4.2.2.3. As regras dos arts. 794 e 795 do CPC estabelecem outro conteúdo possível para as sentenças (proferidas na fase de execução), o que demonstra que a relação entre a sentença e os arts. 267 e 269 não é necessária .....	81
4.2.2.4. As regras do art. 475-H e do § 3º do art. 475-M do CPC demonstram que o critério topológico não foi abandonado pelo sistema recursal .....	84
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>89</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>93</b>



## 1. INTRODUÇÃO

O ciclo de reformas do Código de Processo Civil está fundado nos princípios constitucionais e infraconstitucionais que informam e conformam o processo civil brasileiro e tem o escopo de ajustar a estrutura do processo às sempre cambiantes necessidades dos jurisdicionados, que através do processo e, portanto, da tutela jurisdicional, buscam a efetivação e o exercício pleno do direito material de que são titulares.

Nesse contexto, ganha destaque a mudança no regime de execução da sentença: com o fim da clivagem entre o processo de **conhecimento** e o processo de **execução** que, com o tempo, tornou-se anacrônica, o legislador estabeleceu uma nova estrutura do processo, agora de índole **sincrética**, com a cumulação de uma **fase** de natureza cognitiva e outra **fase** de natureza executiva por dentro da **mesma** relação jurídico-processual, tendo-se em vista a efetividade do processo e a economia processual.

Por essa razão, a antiga definição legal de sentença tornou-se ainda mais problemática do que já era: se mesmo antes da reforma, a sentença nunca teve a propriedade de efetivamente extinguir **o processo**, pois o mesmo só se extinguia com o esgotamento das vias impugnativas e recursais, agora é que não se pode mais falar, definitivamente, em efetiva extinção **do processo** como efeito da sentença, pois o mesmo continua em sua marcha até que a decisão judicial nela incorporada seja cumprida, sempre que a tutela declaratória ou constitutiva consubstanciada na sentença de mérito não seja o único escopo do processo instaurado pelo autor.

Desse modo, com o evidente intuito de manter a coerência lógico-conceitual do sistema positivo – e talvez apenas por isso – é que o legislador alterou a definição legal de sentença estabelecida no § 1º do artigo 162 do Código, restringindo-se à explicitação do **conteúdo** da sentença, não havendo mais menção expressa e literal à “*extinção do processo*”, embora tal noção – a de extinção do processo ou, mais precisamente, de extinção do procedimento de primeiro grau de jurisdição – ainda

permeia o sistema processual, em vários outros dispositivos legais, como, por exemplo, os artigos 162 §§ 2º e 3º, 475-H § 3º, 475-M, 513 e 522.

A partir das reformas engendradas pela Lei n. 11.232/2005, muitos doutrinadores e operadores do Direito em geral debruçaram-se sobre uma questão tormentosa que consiste, basicamente, no seguinte: a mudança da definição legal de sentença implicará mudanças correspondentes, em algum aspecto, na sistemática recursal do processo civil brasileiro?

Previsível e naturalmente, houve e há divergências sérias a respeito: **(a) de um lado**, há quem, mediante uma interpretação *literal e isolada* do § 1º do artigo 162, sustente que independentemente da localização no procedimento, há decisões que, por incorrerem nas hipóteses previstas nos artigos 267 e 269 do Código de Processo Civil, são **sentenças**; este setor da doutrina subdivide-se, ainda, da seguinte forma: **(i)** alguns sustentam que, por razões de ordem pragmática alusivas ao fluir do procedimento, as sentenças que estejam localizadas em seu curso devem ser impugnadas mediante **agravo**, de modo que, segundo lecionam, é possível afirmar que, hoje, há sentenças agraváveis; **(ii)** outros sustentam que, por respeito ao princípio da correspondência e à expressa disposição de lei (*da sentença cabe apelação* – artigo 513), essas decisões que apreciam ou não o mérito da causa *no curso* do processo, por se tratarem de sentenças (de acordo, dizem, com a “nova” definição), devem ser impugnadas mediante **recurso de apelação**, nem que para isso seja necessário criar a figura da apelação por instrumento, para que sejam evitados os efeitos negativos de diversos incidentes recursais dotados de efeitos suspensivos; mas **(b) de outro lado**, há quem, ao contrário, mediante uma interpretação sistemática do Código de Processo Civil, sustente que, em essência, nada mudou, especialmente naquilo que se refere ao sistema recursal do processo civil brasileiro, na medida em que o critério topológico não foi abandonado pelo sistema do Código de Processo Civil.

Convergindo para este último entendimento, o presente trabalho pretende demonstrar que a definição legal de sentença, embora não contenha em si alusão explícita à extinção **do processo** (até porque não deveria ter mesmo, mas sim à extinção **do procedimento em primeiro grau de jurisdição** como, aliás, já indicava a doutrina antes da nova redação legal), mantém-se inalterada, uma vez que, mesmo

antes da reforma, a doutrina e a jurisprudência já haviam corrigido o defeito semântico do antigo § 1º do artigo 162, interpretando-o da seguinte forma: *sentença é o ato do juiz que, apreciando ou não o mérito da causa, extingue o procedimento (cognitivo ou executivo) de primeiro grau jurisdicional*.

São essas, em suma, as questões que integrarão o objeto de análise no presente trabalho monográfico, para que, após levarmos a efeito uma justa ponderação entre os argumentos explicitados, possamos esboçar, ao final, uma conclusão que esteja, sinceramente, comprometida com os princípios e com as tendências do processo civil moderno.

## 2. A REFORMA ENGENDRADA PELA LEI N. 11.232, DE 22.12.2005

A partir de uma perspectiva histórica do estudo do Direito, em geral, e do Direito Processual, em especial, estabelece-se uma premissa fundamental *logicamente anterior e metodologicamente necessária* à compreensão do fenômeno jurídico e de sua relação com a vida concreta por ele disciplinada: as **práticas sociais** (dimensão **de fato**) são anteriores à sua **captação e regulação jurídico-normativa** (dimensão **de direito**), motivo pelo qual a relação entre ambas é marcada por avanços e retrocessos e, sempre, por sucessivas tentativas de melhor acomodar uma e outra, de modo a atender, de modo satisfatório, os escopos do Direito e do Estado, quer nos domínios do direito material, quer no âmbito do direito processual.

Assim, toda reforma legislativa é resultado de um processo paulatino e gradual *orientado* à atualização do sistema jurídico-normativo e *condicionado* por dois vetores fundamentais: o **tempo** e o **espaço**, que constituem variáveis que, a um só tempo, *permitem e exigem* que exista mobilidade na ordem jurídica.

Tais noções, de caráter introdutório e geral, são necessárias à compreensão dos motivos que ensejaram, especificamente, as recentes reformas do Código de Processo Civil, especialmente a que foi engendrara pela Lei n. 11.232/05. Para que tal compreensão seja levada a efeito de modo satisfatório e minimamente científico, é necessário que, antes da análise puramente **jurídica e abstrata** dos dispositivos legais alterados, seja realizada uma observação **crítica e concreta** da relação que existia e da que passou a existir (antes e depois da reforma) entre as pretensões e expectativas dos jurisdicionados em relação à jurisdição, de um lado, e das conquistas efetivamente alcançadas por meio do processo, de outro.

Para que as pretensões deduzidas em juízo sejam satisfeitas, é necessário: **(a)** em primeiro lugar, acionar os mecanismos **cognitivos** necessários ao reconhecimento do direito, isto é, ao julgamento do mérito da ação proposta, o que exige, entre outras coisas, o aperfeiçoamento da relação jurídico-processual<sup>1</sup>, a produção das provas

---

<sup>1</sup> Apesar de o conceito de **relação jurídica processual**, devido a seu caráter abstrato e, portanto, distante da realidade concreta dos sujeitos que participam do processo, a sua utilização, além de possível, é pertinente à discussão travada na presente pesquisa monográfica. Traz-se à citação, para não deixar de atentar para a crise do conceito, a seguinte passagem: “A teoria da relação jurídica processual, se é capaz de demonstrar o que acontece quando o litigante vai em busca do juiz em face daquele que resiste à sua pretensão, encobre as

necessárias ao convencimento do juiz etc., culminando com a prolação da sentença de mérito (desde que o julgamento do mérito seja possível); e, eventualmente, **(b) em segundo lugar**, sempre que o mero reconhecimento do direito não seja suficiente à entrega efetiva e completa da tutela jurisdicional do direito material do autor, acionar os mecanismos **executivos** necessários à efetiva entrega do bem da vida pretendido pelo autor<sup>2</sup>.

A relação entre o chamado **processo de conhecimento** e o **processo de execução** admite arranjos diversos, ora aproximados, em maior ou menor intensidade, ora separados, sendo que a formatação dessa mesma relação é uma **opção política**<sup>3</sup>. Nesse contexto, o processo civil brasileiro, tradicionalmente, sempre estabeleceu fronteiras rígidas entre o processo de conhecimento e o processo de execução, cabendo à parte interessada o aforamento de duas ações, primeiro a ação de conhecimento e, segundo, caso reconhecido o direito, a ação de execução.

Essa opção político-legislativa vigorou em nosso sistema processual até as recentes reformas do Código de Processo Civil, especialmente a promulgação da Lei n. 11.232/05, que reconheceu a desvantagem e a ineficácia da clivagem entre o processo cognitivo e o processo executivo, de modo a tornar possível, *por dentro da mesma relação processual*, tanto o **reconhecimento** do direito quanto a sua **efetivação**, sob o fundamento de que não há razão alguma, quer *política*, quer *jurídica*, quer *científica*, para a manutenção de um sistema processual que onere por demais o titular de um direito que se vale do processo para efetivá-lo, ônus este que se traduz em uma dupla dimensão: a exigência de que sejam instaurados dois processos (e não apenas um) para

---

*intenções do Estado ou de quem exerce o poder, além de ignorar as necessidades das partes, assim como as situações de direito material e as diferentes realidades dos casos concretos. A pretensa neutralidade do conceito de relação jurídica processual certamente escamoteou a realidade concreta, permitindo a construção de uma ciência processual que se queria bastante ou supunha que poderia viver imersa em si mesma, sem olhar para a realidade de direito material e para a vida dos homens*” (MARINONI, Luiz Guilherme, **Teoria Geral do Processo**, pp. 406-407).

<sup>2</sup> Demonstrando a diferença entre a sentença (enquanto **técnica necessária à tutela**, isto é, enquanto **meio processual**) e a própria tutela (enquanto **dever estatal**, ou seja, enquanto **finalidade processual**): “*Como está claro, a sentença é uma técnica processual que não se confunde com a tutela do direito, tanto é que pode não ser suficiente para prestá-la, dependendo da conjugação de outra técnica processual, a tutela executiva. Determinadas formas de tutela, como as tutelas declaratória e constitutiva, são satisfeitas apenas com a prolação da sentença. Afirma-se que as sentenças declaratória e constitutiva são satisfativas, mas é preciso observar que tal satisfatividade decorre do fato de prestarem tutelas que não reclamam nada além da sentença, dispensando as formas executivas*” (MARINONI, L. G. e ARENHART, Sérgio Cruz, **Execução**, p. 23).

<sup>3</sup> Ver, nesse sentido: BARBOSA MOREIRA, José Carlos, **A nova definição de sentença**, *RePro* n. 136.

a efetivação do direito material gera ao seu titular um ônus **financeiro** e, também, um ônus **temporal**, ambos injustificáveis e nocivos às partes que litigam<sup>4</sup>.

Por essa razão, o legislador tratou de possibilitar que a execução de título executivo judicial (consubstanciado, como se sabe, na sentença de mérito) se dê, desde logo, aproveitando a relação jurídico-processual instaurada, em princípio, para o mero reconhecimento do direito<sup>5</sup>. Esse é, indiscutivelmente, o escopo fundamental da Lei n. 11.232/05: permitir que o processo instaurado pelo autor, mediante o exercício de seu direito constitucional de ação, possa dar-lhe não só o *meio jurídico-processual necessário* (reconhecimento do direito – sentença), como também e principalmente, o *fim prático suficiente* (efetivação do direito) à entrega justa e, portanto, tempestiva e efetiva, da tutela jurisdicional do direito<sup>6</sup>.

## 2.1. A alteração do regime de execução/cumprimento de sentença

A jurisdição, enquanto poder estatal (de natureza **abstrata**, portanto), é uma só, de modo que, *no plano ideal*, é conceitualmente incindível. Apesar disso, a materialização de seu exercício, *no plano empírico*, pressupõe atividades que,

---

<sup>4</sup> Ver, nesse sentido: “O processo de conhecimento, em sua forma clássica ou em suas origens, não era dotado da técnica antecipatória e desembocava apenas nas sentenças declaratória, constitutiva e condenatória (tal como era concebida antes da Lei 11.232/2005). Porém, para permitir uma mais efetiva tutela dos direitos, o legislador incorporou ao processo de conhecimento, no final de 1994, a técnica antecipatória (art. 273 do CPC) e as sentenças mandamental e executiva (art. 461 do CPC). A Lei 11.232, no final de 2005, deu nova feição à sentença condenatória, pois acrescentou ao processo de conhecimento uma fase de “cumprimento de sentença” (mediante a inserção do Capítulo X no Título VIII, do Livro I, do CPC), dispensando a necessidade de ação e de processo de execução para a sua implementação” (MARINONI, L. G. e ARENHART, S. C., **Processo de conhecimento**, p. 56).

<sup>5</sup> Assim: “O processo de conhecimento, instaurado para verificar com quem está a razão diante do litígio, não mais termina com a sentença que fica na dependência da execução. Agora, o processo de conhecimento prossegue até que a tutela do direito almejada seja prestada, mediante a atividade executiva necessária. Isto porque o processo, ainda que vocacionado à descoberta da existência do direito afirmado, destina-se a prestar tutela jurisdicional à parte que tem razão, o que não acontece quando se profere sentença de procedência dependente de execução” (MARINONI, L. G. e ARENHART, S. C., **Execução**, p. 53).

<sup>6</sup> Nessa perspectiva, ver, entre outros: ASSIS, Araken de, **Manual da execução**, p. 159; BONDIOLI, Luiz Guilherme Aidar, **O novo CPC: a terceira etapa da reforma**, p.56; MOREIRA, J. C. B., **O novo processo civil brasileiro: exposição sistemática do procedimento**, p. 03; MARINONI, L. G. e ARENHART, S. C., obra citada, p. 56 e ss. Aliás, no sentido do texto: “De qualquer forma, a necessidade de duas ações para o alcance de um único fim foi negada pelos arts. 461 e 461-A do Código de Processo Civil, 84 do Código de Defesa do Consumidor e, recentemente, pela Lei 11.232/2005 – com a dispensa da ação de execução para a implementação da sentença condenatória –, não mais existindo no direito brasileiro” (MARINONI, L. G., **Teoria Geral do Processo**, p. 267).

**concretamente**, são ontologicamente distintas: a atividade **cognitiva** e a atividade **executiva** da função jurisdicional.

A definição liebmaniana de jurisdição<sup>7</sup> torna evidente a distinção entre a atividade cognitiva e a atividade executiva da função jurisdicional: de um lado, “*formular a regra jurídica concreta*” é tarefa destinada à **cognição**, ao passo que, de outro lado, “*atuar praticamente a regra jurídica concreta*” é tarefa que tem lugar na atividade **executiva** da jurisdição. Noutro passo, mas no mesmo sentido, Araken de ASSIS destaca que se, por um lado, as atividades da função *de conhecimento* se dão na esfera da *inteligência* e da *vontade* (enunciado), por outro lado, as atividades da função *de execução* se passam no mundo *sensível* (ato)<sup>8</sup>.

Aliás, não é só no plano *teórico-formal* que essa distinção<sup>9</sup> se evidencia; é possível senti-la, sobretudo e ainda mais simplesmente, no plano *prático-substancial* das pretensões dos jurisdicionados que se valem do processo para efetivar o direito material de que são titulares: **(a)** em certas hipóteses, a atividade meramente **cognitiva** da jurisdição é suficiente à satisfação do direito do autor, pois a tutela a que faz jus **não ultrapassa o plano jurídico**, já que pretende, por exemplo, o reconhecimento de um direito (tutela *declaratória*) ou a constituição, a modificação ou a extinção de determinada relação jurídica (tutela *constitutiva*); mas, **(b)** em outras hipóteses, a atividade cognitiva é insuficiente à efetivação do direito material do autor, pois a tutela jurisdicional que pretende **ultrapassa o plano jurídico**, projetando-se sobre a dimensão real, concreta e sensível da realidade; nesses casos, torna-se imprescindível a

---

<sup>7</sup> “Atividade dos órgãos do Estado ordenada a formular e a atuar praticamente a regra jurídica concreta que, segundo o direito vigente, disciplina determinada situação jurídica”. Ver, nesse sentido: LIEBMAN, Enrico Tulio, **Manuale di diritto processuale civile**, v. 1, 4. ed. Milão: Giuffrè, 1980, p. 6, citado por: BARBOSA MOREIRA, J. C., artigo citado).

<sup>8</sup> Segundo o autor: “Dá-se o nome de execução àquelas operações que, em decorrência da natureza do provimento reclamado e obtido pelo vitorioso, se destinam a entregar-lhe o bem da vida. À diferença do que acontece com a certeza e o estado jurídico novo, que decorrem da própria resolução do juiz, os demais efeitos precisam ser arrancados do mundo dos fatos. Uma bem conhecida metáfora assevera que, através da função predominantemente cognitiva, o juiz transforma fatos na regra jurídica concreta aplicável ao litígio, enquanto a execução percorre o caminho inverso, converte semelhante regra em realidade material” (ASSIS, A. de. **Cumprimento da sentença**, p. 4).

<sup>9</sup> Dentre outros, fazem alusão à distinção sob análise, os autores Luiz Rodrigues WAMBIER, Flávio Renato Correia de ALMEIDA e Eduardo TALAMINI, da seguinte forma: “Quando desenvolve atividade de conhecimento, o juiz investiga fatos ocorridos anteriormente e define qual a norma que está incidindo no caso concreto. É uma atividade lógica, e não material. Já a atuação executiva é prevalentemente material: busca-se o resultado prático, fisicamente concreto...” (**Curso avançado de processo civil**, v. 1, p. 110).

realização de certos atos que façam com que *aquilo que deve ser efetivamente seja*, isto é, que sejam destinados à efetiva entrega do bem da vida almejado pelo autor, o que consiste justamente na atividade **executiva** da jurisdição<sup>10</sup>.

Como se vê, a função jurisdicional oscila entre o domínio jurídico-normativo e o mundo dos fatos, sendo que essa oscilação é impulsionada, *recíproca e cumulativamente*, pelo exercício da atividade **cognitiva** (que, partindo dos fatos, de modo “ascendente”, formula a regra jurídica aplicável ao caso) e, também pela atividade **executiva** (que, tendo como pressuposto lógico a regra jurídica formulada, de modo “descendente”, faz as operações concretas necessárias à efetiva entrega do bem da vida pretendido pelo autor)<sup>11</sup>.

Feitas essas distinções entre a atividade cognitiva e a executiva do poder jurisdicional, tanto do ponto de vista teórico-formal, quanto do ponto de vista prático-substancial, é importante ressaltar que essas atividades, apesar de ontologicamente **distintas**, são **relacionadas** pelo fio condutor dos escopos do processo. Como visto, essa relação que se estabelece entre a cognição e a execução admite diferentes características e diversas formatações, a depender da **estrutura do processo** delineada pela legislação processual civil, mediante *opção política* do legislador<sup>12</sup>.

A **relação** entre a função cognitiva e a função executiva do poder jurisdicional no sistema processual civil brasileiro tem sofrido, ao longo do tempo, diversas

---

<sup>10</sup> Nas palavras do Professor Candido Rangel DINAMARCO: “A diversidade de provimentos concebidos e instalados na ordem processual é um dos aspectos da técnica processual, destinando-se cada um deles a debelar uma espécie de crise jurídica mediante a oferta de solução prática adequada segundo os desígnios do direito substancial e sempre com vista a produzir resultados úteis na vida dos sujeitos. Sabido que o processo civil é institucionalmente voltado a produzir tais resultados (processo civil de resultados) e que cada uma dessas situações caracterizadas como crises jurídicas apresenta dificuldades específicas que não estão necessariamente presentes em todas, é natural que as técnicas variem e sejam diferentes os provimentos a emitir em cada uma delas” (DINAMARCO, Cândido Rangel, **Instituições de direito processual civil**, v. I, p.149).

<sup>11</sup> Nesse particular, é pertinente a seguinte citação: “A função cognitiva prepondera na estrutura dita ‘processo’ de conhecimento, que ostenta cunho declaratório, porque os interesses deduzidos no processo chegam ao exame do juiz na incômoda situação de incertos. (...) Em inúmeros casos, porém, considerando a natureza do objeto litigioso exposto na demanda, a simples certeza, decorrente do êxito colhido no processo, pouco satisfaz o demandante. Daí por que a função executiva opera no mundo dos fatos e a estrutura, em que ela avulta, se caracteriza por atos judiciais agressores da esfera jurídica do executado. Exata, a respeito, a célebre metáfora, segundo a qual o ‘processo’ de conhecimento transforma o fato em direito, e o ‘processo’ de execução traduz o direito em fatos” (ASSIS, A. **Manual de execução**, p. 72).

<sup>12</sup> Nesse sentido: “Cognição e execução constituem segmentos diferentes da função jurisdicional. A lei pode combiná-los de maneira variável, traçar ou não uma fronteira mais ou menos nítida entre os respectivos âmbitos, inserir no bojo de qualquer deles atos típicos do outro, dar precedência a este sobre aquele, juntá-los, separá-los, entremeá-los, conforme lhe parece mais conveniente do ponto de vista prático. O que a lei não pode fazer, porque contrário à natureza das coisas, é torná-los iguais” (BARBOSA MOREIRA, J. C., artigo citado, p. 269).



alterações, ora pontuais, ora estruturais, engendradas pelas sucessivas reformas legislativas que foram levadas a efeito pelo legislador federal. A tônica de tais reformas é a diminuição das fronteiras entre o exercício de uma e de outra atividade, aproximando-as de modo crescente, inclusive com a cumulação de ambas por dentro da mesma relação jurídico-processual, ainda que em fases distintas do *mesmo e único* processo: primeiro, essa alteração se deu em relação às obrigações de fazer ou não fazer (arts. 655 e 461, CPC) e de entregar coisa (art. 461-A); agora, mais recentemente, também se deu em relação às obrigações de natureza pecuniária (Lei n. 11.232/2005)<sup>13</sup>.

De acordo com a nova estrutura processual, os atos executivos, em geral, não integrarão um novo **processo**, mas, tão-só, uma nova **fase do processo**, logo em seguida ao julgamento do mérito, sem solução de continuidade<sup>14</sup>.

A seguir, perscrutaremos as razões, quer as de ordem política, quer as de ordem jurídico-processual, que embasaram a superação da clivagem histórica entre o processo de conhecimento e o processo de execução.

## 2.2. Explicitação dos motivos que ensejaram a alteração

A Lei n. 11.232, de 22.12.2005, inclui e altera a redação de dispositivos da Lei n. 5.869, de 11.01.1973 (Código de Processo Civil), em relação ao cumprimento de sentença que condena o réu ao pagamento de quantia certa, além de dar outras providências.

---

<sup>13</sup> Nesse sentido, ver: MOREIRA, J. C. B., **O novo processo civil brasileiro**: exposição sistemática do procedimento, p. 3 e 203; e também: WAMBIER, L. R. e outros, obra citada, p. 111. Para os autores Luiz Guilherme MARINONI e Sérgio Cruz ARENHART, a inclusão de *tutelas antecipatórias* na estrutura do procedimento cognitivo é, também, medida afim a essa tendência de mitigar as barreiras entre os atos de natureza cognitiva e os atos de natureza executiva.

<sup>14</sup> É pertinente a seguinte citação: “*Daqui por diante, num só processo civil, o juiz dá os contornos da relação jurídica de direito material, reconhece a existência da obrigação, torna líquida a condenação (quando necessário), leva adiante as medidas necessárias para a efetiva satisfação do direito e abre espaço para o executado se opor à execução. E não fica descartada nesse mesmo processo a adoção de eventuais medidas cautelares (art. 273, § 7º). Como se vê, está-se diante da consagração do processo sincrético, que contempla atividades cautelares, cognitivas e executivas*” (BONDIOLI, L. G. A., obra citada, p. 56).

Conforme ressaltado anteriormente, o Código de Processo Civil de 1973 era marcado por inequívoca **distinção formal** (já que a **distinção material** é evidente e inerente à própria natureza das atividades jurisdicionais) entre o processo de *conhecimento* e o de *execução*, sempre que a sentença (que põe termo à atividade cognitiva em primeiro grau de jurisdição) não bastasse à satisfação plena do direito material do autor que ela mesma – sentença – reconhecia.

Tal distinção *formal* se refletia na clivagem e na separação rígida entre um e outro, o que, como já ressaltamos, é fruto de uma opção político-legislativa, já que os atos cognitivos e os atos executivos admitem arranjos diversos. Seja como for, até que as recentes alterações do Código de Processo Civil fossem levadas a efeito, o autor deveria, após ter um direito seu reconhecido em sentença, instaurar uma *nova* relação jurídico-processual para que o comando insculpido na sentença fosse efetivado. Com o tempo, porém, tal estrutura processual sofreu sucessivas mitigações, conforme ensina José Carlos BARBOSA MOREIRA<sup>15</sup>.

Esse é, em síntese, o **perfil** da alteração engendrada pelas recentes reformas do Código de Processo Civil, especialmente pela Lei n. 11.232/05, como se tem demonstrado até agora de modo reiterado. Mas quais são, propriamente, os **motivos** que deram *ensejo e conteúdo político legitimador* a essa alteração verdadeiramente estrutural do processo civil brasileiro?

O Anteprojeto da Lei n. 11.232/05 foi elaborado pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual, ao qual foi anexada a Exposição de Motivos subscrita pelo Ministro Athos Gusmão Carneiro (Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Processual), pelo Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, pelo Sr. Petrônio Calmon Filho e pela Ministra Fátima Nancy Andrichi, Exposição essa que, por sua vez, explicita os argumentos que justificam a necessidade da reforma.

Da leitura da Exposição de Motivos, podemos sintetizar e sistematizar os motivos que ensejaram a reforma, do seguinte modo:

---

<sup>15</sup> Nas palavras do autor: “*Tal sistemática viu-se alterada por leis sucessivas, primeiro para as sentenças de procedência relativas a pedido de cumprimento de obrigações de fazer e não fazer, depois para as atinentes a pedido de entrega de coisa. Mais recentemente, estendeu-se a evolução aos casos de obrigação pecuniária (Lei nº 11.232, de 22.12.2005), de acordo com a qual o ‘cumprimento da sentença’ (expressão que abrange a execução) passa a seguir-se, em regra, à atividade cognitiva, sem solução de continuidade marcada, convertendo-se assim naquela atividade e a executiva em fases de um único processo*” (BARBOSA MOREIRA, J. C., obra citada, p. 3).

De início, os expositores destacam a **defasagem** que passou a existir entre, de um lado, o purismo abstrato, técnico e inquestionavelmente sofisticado do sistema processual instituído pelo Código de Processo Civil de 1973 e, de outro lado, as necessidades pragmáticas do cotidiano forense. Fazendo remissão a excerto doutrinário de José Carlos BARBOSA MOREIRA<sup>16</sup>, os signatários da Exposição de Motivos ressaltaram a necessidade premente de dotar os institutos e figuras do direito processual civil de mais e melhor *eficácia pragmática* com potencial transformador, de modo a conferir-lhes operabilidade destinada à entrega *tempestiva* e *efetiva* da tutela jurisdicional.

Nesse aspecto, os signatários da exposição sustentam que, após as várias reformas setoriais do Código de Processo Civil<sup>17</sup>, tornou-se imprescindível a melhoria dos mecanismos destinados à prática dos atos executivos da função jurisdicional, na medida em que a execução sempre foi o ponto de maior vulnerabilidade no processo civil brasileiro. Segundo o teor da Exposição: *“É tempo, já agora, de passarmos do pensamento à ação em tema de melhoria dos procedimentos executivos. A execução permanece o “calcanhar de Aquiles” do processo. Nada mais difícil, com frequência, do que impor no mundo dos fatos os preceitos abstratamente formulados no mundo do direito”*<sup>18</sup>.

A justificativa para tais reformas atinentes aos feitos executivos diz respeito, em grande parte, ao **ônus temporal** sofrido pelo autor para efetivar um direito de que é titular: depois da instauração do processo, do exercício do contraditório pleno, dos sucessivos incidentes recursais dotados de efeito suspensivo, o demandante obtinha do Poder Jurisdicional, tão somente, uma sentença condenatória transitada em julgado;

---

<sup>16</sup> A passagem é a seguinte: *“O trabalho empreendido por espíritos agudíssimos levou a requintes de refinamento a técnica do direito processual e executou sobre fundações sólidas projetos arquitetônicos de impressionante majestade. Nem sempre conjurou, todavia, o risco inerente a todo labor do gênero, o deixar-se aprisionar na teia das abstrações e perder o contato com a realidade cotidiana (...). Sente-se, porém, a necessidade de aplicar com maior eficácia à modelagem do real as ferramentas pacientemente temperadas e polidas pelo engenho dos estudiosos”* (RePro, 31/199).

<sup>17</sup> Alguns exemplos trazidos na Exposição: **(a)** o instituto da antecipação dos efeitos da tutela; **(b)** a nova e mais célere sistemática do agravo de instrumento; **(c)** a sofisticação da ação de consignação em pagamento; **(d)** a introdução da ação monitória; **(e)** a ampliação do rol de títulos executivos extrajudiciais; **(f)** a *“potencialização”* da eficácia das sentenças condenatórias referentes a obrigações de fazer e de entregar coisa; entre outros.

<sup>18</sup> Citação extraída da Exposição de Motivos da Lei n. 11.232/05, citada por: BONDIOLI, L. G. A., obra citada, p. 247.

todavia, não é razoável supor que ele – autor – pretendesse obter, propriamente, *uma sentença*, pois ela, em si e por si mesma, em nada se prestaria à efetivação de seu direito. A partir desse momento – e até aqui não houve qualquer mudança significativa na vida *concreta* do autor –, cabia ao vencedor instaurar uma nova relação jurídico-processual, agora de índole executiva, requerer nova citação da parte vencida, submeter-se a nova resistência processual do executado, que oporia embargos à execução a serem solucionados por sentença, que seria impugnada mediante novos incidentes recursais. Somente depois de praticados todos esses atos, o credor poderia praticar, enfim, os atos propriamente *executivos*, *expropriatórios* e, assim, *satisfativos* de seu direito, mas que também seriam alvo de novos embargos e agravos.

Portanto, a intenção do legislador federal ao promulgar a Lei n. 11.232/05 foi a de desfazer o tecnicismo abstrato da dicotomia **forjada** (o que evidencia seu caráter **artificial**) entre o processo de conhecimento e o processo de execução<sup>19</sup>.

Em síntese: a partir do processo inevitável de *obsolescência e renovação* (mobilidade) da ordem jurídica – no caso, do sistema jurídico-processual –, chegou-se à conclusão de que, levando-se em conta as atuais necessidades dos jurisdicionados, determinadas e condicionadas pelo processo crescente de aceleração das relações sociais, é rigorosamente indispensável a articulação e a integração das atividades **cognitivas** e das atividades **executivas**; caso contrário, os mecanismos processuais não dariam conta de promover a entrega justa e tempestiva da tutela jurisdicional. Esse reconhecimento é a base que justifica as alterações sucessivas na legislação pertinente<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup> Assim, na perspectiva do texto: “4. Lembremos que Alcalá-Zamora combate o tecnicismo da dualidade, artificialmente criada no direito processual, entre processo de conhecimento e processo de execução. Sustenta ser mais exato falar apenas de **fase processual** de conhecimento e de **fase processual** de execução, que de **processo** de uma e outra classe. Isso porque “a unidade da relação jurídica e da função processual se estende ao longo de todo o procedimento, em vez de romper-se em dado momento” (Proceso, autocomposición y autodefensa, UNAM, 2. ed. 1970, n. 81, p.149)”. O trecho foi extraído da Exposição de Motivos, conforme citada por: BONDIOLI, L. G. A., obra citada, p. 248.

<sup>20</sup> Nesse sentido: “Observe-se haver uma tendência, em nosso processo civil, de eliminação do emprego do processo executivo para a efetivação de sentenças judiciais. Em 1994, já se havia alterado o sistema de tutela de obrigações de fazer e não fazer, de modo que a efetivação da sentença que versa sobre o cumprimento desse tipo de obrigação passou a ocorrer no próprio processo em que proferida (art. 461). Em 2002, adotou-se o mesmo modelo de tutela para as obrigações de entregar coisa (art. 461-A). A Lei 11.232/2005 (em vigor a partir de 23.06.2006) previu que as sentenças condenatórias a pagamento de quantia sejam executadas no próprio processo em que foram proferidas, em uma fase denominada de ‘cumprimento de sentença’ (art. 475-I e seguintes)”. (WAMBIER, L. R. e outros, obra citada, p. 111).

Esses motivos e essas justificativas que embasaram a promulgação da Lei n. 11.232/05 serão importantes para a resolução do problema levantado no presente trabalho monográfico e, portanto, é necessário destacar que eles constam **expressamente** da Exposição de Motivos que, ao final, bem sintetiza a intenção que norteou o legislador federal:

A dicotomia atualmente existente, adverte a doutrina, importa a paralisação da prestação jurisdicional logo após a sentença e a complicada instauração de um novo procedimento, para que o vencedor possa finalmente tentar impor ao vencido o comando soberano contido no decisório judicial. Há, destarte, um longo intervalo entre a definição do direito subjetivo lesado e sua necessária restauração, isso por pura imposição do sistema procedimental, sem nenhuma justificativa, quer que de ordem lógica, quer teórica, quer de ordem prática<sup>21</sup>.

### 2.3. A necessidade de adequação da definição legal de sentença

A partir de todo o exposto nos tópicos anteriores, chega-se à compreensão de que a alteração da *definição legal de sentença* foi **resultado** da alteração do *regime processual da atividade executiva da jurisdição* e não, propriamente, o **objeto específico** e **principal** da reforma produzida pela Lei n. 11.232/05. Em outras palavras, pode-se afirmar com relativa tranquilidade (inclusive porque não há controvérsias a esse respeito) que o legislador não teve, propriamente, como intenção principal a alteração da definição legal de sentença, mas sentiu-se forçado a isso devido às alterações produzidas na estrutura do processo, que, essa sim, foi sua intenção primeira e fundamental.

Desse modo, a Lei n. 11.232/05 teve o escopo **principal** de promover uma nova formatação da estrutura processual no que concerne à relação entre os atos cognitivos e os executivos do poder jurisdicional (com vistas à entrega *efetiva* e *tempestiva* da tutela do direito material) e, *por consequência disso* (o que evidencia seu caráter **acessório** e **derivado**), para manter a coerência lógico-formal do sistema positivo do processo, teve de alterar a redação do dispositivo legal que trata de definir a sentença<sup>22</sup>.

<sup>21</sup> Excerto citado por: BONDIOLI, L. G. A., obra citada, p. 249.

<sup>22</sup> Nesse sentido, ver Araken de ASSIS, na seguinte passagem: “Sempre que o provimento, por si mesmo, não entrega o bem da vida ao vitorioso, efeito produzido apenas nas ações de força declarativa e constitutiva, o

Apesar de o nexo de causalidade entre a *reforma estrutural do processo* e a *definição legal de sentença* ser evidente, é importante observar que, conforme a lição de Araken de ASSIS, a rigor, a redação revogada do art. 162, § 1º, do Código de Processo Civil (marcada pelo atributo de extinção do processo) jamais impossibilitou a efetivação de atos *executivos* no mesmo processo, logo após a prolação da sentença<sup>23</sup>. Sendo assim, rigorosamente, é possível questionar, inclusive, a **real necessidade** da alteração da redação do dispositivo legal referido.

Embora não haja, como visto acima, controvérsia quanto aos **motivos** da alteração da definição legal de sentença (que dizem respeito à cumulação das fases cognitiva e executiva por dentro da mesma relação jurídico-processual, o que passou a oferecer um óbice definitivo à idéia de que a sentença tem a propriedade de por termo *ao processo*), há controvérsias quanto ao **alcance** e quanto aos **efeitos** dessa alteração, havendo, basicamente, duas posturas possíveis: **(a) de um lado**, dando-se atenção à **literalidade isolada** do § 1º do art. 162 do Código de Processo Civil, é possível afirmar que a alteração de sua redação acarretou mudanças nítidas e decisivas quanto à *classificação dos pronunciamentos judiciais* e, conseqüentemente, à *sistemática recursal* correspondente; nessa perspectiva, no que concerne à classificação dos pronunciamentos judiciais, o conceito de sentença não estaria mais condicionado pelo chamado **critério topológico** (que diz respeito à *posição final* da sentença no

---

*processo há de prosseguir para realizar o direito reconhecido, mostrando-se desnecessária a instauração de outro processo para executá-lo. O legislador perseguiu uma quimera na pretensão de simplificar a execução. A inserção dos atos executivos no mesmo processo não transforma, por essa razão, o provimento em sentença executiva. Suprimindo, de toda sorte, o intervalo entre as funções de conhecimento e de execução, a despeito de ontologicamente distinguíveis, e doravante efetivadas in simultâneo processu, a sentença deixou de retratar o ato culminante, o fecho do processo de conhecimento. Adotou-se, por tal motivo, o critério do conteúdo do ato. Os arts. 267 e 269 representam as variações desse conteúdo. Daí a nova redação do art. 162, §1.º: ‘Sentença é o ato do juiz que implica alguma das situações previstas nos arts. 267 e 269 desta Lei’”. (ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos**, p. 371).*

<sup>23</sup> Como demonstração de que, anteriormente à vigência da Lei n. 11.232/05, o sistema processual já convivia com sentenças que eram “cumpridas” no mesmo e único processo, Araken de ASSIS nos remete ao seguinte exemplo, dentre outros possíveis: “*Por outro lado, a redação originária do art. 162, § 1.º, jamais comprometeu ou perturbou a realização de atos executivos no mesmo processo. É executiva, porque os atos de satisfação recaem no patrimônio do vitorioso, a sentença proferida na ação de despejo. Ora, na vigência do texto indicado, o art. 63, caput, da Lei 8.245/1991 contemplou, no julgamento de procedência do despejo – ato designado de sentenças, explícita e inequivocamente, no art. 63, § 4.º –, a fixação de prazo para a desocupação voluntária; e o art. 65, caput, da Lei 8.245/1991 apenas estabeleceu que, findo tal prazo, ‘será efetuado o despejo, se necessário com emprego de força, inclusive arrombamento. A expedição do mandado de despejo, ‘nota essencial da força executiva’, no próprio processo que originou o provimento, nunca pôs em risco a ‘extinção’ cogitada no art. 162, § 1.º. É de se duvidar, portanto, da real necessidade em modificar semelhante texto’.*” (ASSIS, A., obra citada, p. 372).

procedimento), mas tão-somente pelo **critério substancial** (que diz respeito ao *conteúdo* da sentença); e, no que concerne à sistemática recursal, os doutrinadores que se filiam a tal categoria, dividem-se ainda em dois subgrupos: (i) um deles afirma que das “sentenças” que são proferidas *no curso* do processo, apesar do disposto no art. 513 do Código de Processo Civil, cabe agravo de instrumento, por motivos de ordem prática, para não permitir a existência de diversos incidentes recursais dotados de efeito suspensivo; e (ii) o outro afirma que dessas “sentenças” (proferidas *no curso* do processo) cabe o recurso de “apelação por instrumento”, pois, assim, respeita-se o art. 513 sem acarretar o problema de ordem prática levantado pelo subgrupo anterior; mas **(b) de outro lado**, dando-se atenção ao **sistema processual**, é possível interpretar o novo § 1º do art. 162 do Código de Processo Civil de forma a concluir que, *tanto na redação anterior quanto na atual*, a definição legal de sentença não deixou de dar relevância à eficácia extintiva do procedimento de primeiro grau jurisdicional, como critério (topológico) de distinção entre as sentenças e as decisões interlocutórias.

De início, é importante afirmar, ao lado de José Carlos BARBOSA MOREIRA e Athos Gusmão de CARNEIRO, que o Código de Processo Civil de 1973 é caracterizado, de modo notório, pela tendência de **definir** seus institutos e suas classificações, mesmo nas hipóteses em que seria aconselhável remeter essa tarefa à doutrina e à jurisprudência, para evitar inevitáveis *ambigüidades e imprecisões* causadas pela complexidade da prática forense quando confrontada com o purismo abstrato das classificações e dos conceitos legais<sup>24</sup>.

Devido a essa tendência, desde o Código de Processo Civil de 1939, passando pelo Código de Processo Civil de 1973 e culminando com a Lei n. 11.232/05, o legislador federal, apesar da *difículdade* da tarefa (e até da *desnecessidade* de levá-la a

---

<sup>24</sup> Neste sentido, pertinente a citação das seguintes passagens de: **(a)** José Carlos BARBOSA MOREIRA: “Notoriamente dado ao vazo de definir, o Código de Processo Civil de 1973 cuidou de consagrar, no art. 162, uma classificação dos atos (ou melhor: dos pronunciamentos) do juiz e fixar, nos três parágrafos, o conceito de cada um dos tipos enunciados. (...) Na verdade, o legislador não conseguiu forjar uma nomenclatura isenta de imprecisões e ambigüidades. Para nos limitarmos ao caso da sentença, basta apontar o exemplo do art. 790, onde se usa a palavra sentença para designar o deferimento do pedido de remição, que não põe necessariamente termo ao processo executivo. Inexatidões do gênero provocaram, entre outros inconvenientes, dúvidas sobre a identificação da via própria para a impugnação de certos pronunciamentos” (RePro n. 136, **A nova definição de sentença**, p. 268); e **(b)** Athos Gusmão de CARNEIRO: “A definição agora adotada suscitará críticas; todavia, impende reconhecer a imensa dificuldade em conceituar, de forma precisa, a ‘sentença’. Talvez houvesse sido melhor que o Còdigo definisse apenas o despacho e a decisão interlocutória, deixando à doutrina a definição de sentença” (**Cumprimento da sentença civil**, p. 118).

efeito), tratou de definir sentença, do seguinte modo, sucessivamente: **(a)** a definição legal que integrava o Código de 1939 caracterizava-se por levar em consideração o **conteúdo** do pronunciamento judicial, de modo que como **sentenças** seriam consideradas, apenas, as **decisões de mérito**; tal arranjo conceitual, além da inexatidão que lhe é própria, gerou muitas dúvidas e dificuldades para se determinar o recurso cabível contra as decisões judiciais<sup>25</sup>; **(b)** para superar tais dificuldades (que geravam injustificáveis prejuízos aos jurisdicionados), movido por inequívoco e louvável objetivo de ordem pragmática<sup>26</sup>, o legislador estabeleceu nova definição legal (que integrou o Código de 1973), que, relativizando o chamado **critério substancial**, passou a levar em conta, de modo *decisivo* (e talvez *exclusivo*), o chamado **critério topológico**, de modo que sentença passou a ser o pronunciamento judicial que se localizava na *extremidade final do procedimento*<sup>27</sup>; desse modo, apesar de alguma imprecisão na expressão “*põe termo ao processo*”, porque, a rigor, a sentença nunca pôs efetivamente fim **ao processo**, mas tão somente ao **procedimento de primeiro**

---

<sup>25</sup> Digna de nota a crítica levada a efeito por Araken de ASSIS: “Um dos pontos altos da versão originária do CPC de 1973 radicava na notável simplificação da sistemática recursal contra os atos decisórios de primeiro grau. O autor do anteprojeto do estatuto era advogado eminente. À sua atuação profissional, além da competência como processualista – dominava, como ninguém à sua época, as origens históricas das vias de impugnação, e conhecia os sistemas recursais vigorantes no direito alemão, austríaco, francês, espanhol e português, bem como no italiano, todavia hoje prestigiado além da medida razoável –, repugnava a verdadeira ‘promiscuidade’ recursal instituída no CPC de 1939. Escreveu que o sistema geral de recursos era ‘múltiplo, complexo e erigido de dificuldades’, constituindo ‘fonte permanente de tropeços para os que lidam no foro e uma arma poderosa de procrastinação dos feitos’” (ASSIS, A., obra citada, p. 86).

<sup>26</sup> Conforme referido por Luis Guilherme Aider BONDOLI, na obra citada acima, p. 41: “Aos olhos da ciência, não se tratava de um primor de definição [a do Código de 1973]. Por privilegiar os efeitos externos e não a essência do fenômeno, ela se distanciava das melhores orientações científicas. Ocorre que o Código de Processo Civil não foi concebido para fins acadêmicos nem pode dissociar-se da realidade cotidiana. Entre uma lei cientificamente falha e extremamente útil e uma lei cientificamente correta e inoperante, aquela é preferível a esta”.

<sup>27</sup> Assim, ver, por exemplo: “Ao dar a definição que está no § 1º do art. 162, quis o Código de Processo Civil romper com a tradicional caracterização da sentença segundo seu conteúdo substancial, consistente em considerar como tal a decisão de mérito. Assim fez, à vista das grandes dificuldades existentes na vigência do Código de 1939 para a determinação do recurso cabível contra certas decisões que segundo a doutrina eram terminativas, mas os tribunais entendiam que fossem de mérito (falta de legitimidade ad causam); como a apelação só cabia contra as sentenças (decisões de mérito), havia àquele tempo muita insegurança, que era causa de prejuízo às partes. (...) Restaram várias imperfeições, todavia. Em vários dispositivos o Código cedeu inconscientemente ao peso da tradição e referiu-se a certas decisões como sentença, exclusivamente pelo fato de elas se manifestarem sobre o mérito, embora não ponham fim ao processo nem ao procedimento em primeiro grau de jurisdição” (DINAMARCO, C. R., **Instituições de Direito Processual Civil**, v. III - 1.217 opção conceitual do Código de Processo Civil).



**grau de jurisdição**<sup>28</sup>, a nova definição resolveu os problemas práticos criados pela definição anterior; e (c) por fim, tendo-se em vista a reforma estrutural do processo civil brasileiro engendrada pela Lei n. 11.232/05, que consiste na cumulação, em certos casos, da fase *cognitiva* e da fase *executiva* da mesma e única relação jurídico-processual, o legislador sentiu-se forçado a corrigir o equívoco que já existia no sistema anterior, porque, se nem mesmo antes da reforma a sentença tinha a propriedade de extinguir *o processo*, agora (depois da promulgação da Lei n. 11.232/05) é que não se poderia, *em definitivo*, falar em extinção *do processo*, pelo simples fato de que o processo seguiria em sua marcha até a efetiva entrega do bem da vida pretendido pelo autor através da propositura da demanda.

Nesse sentido, a partir da análise dos três arranjos legais de definição de sentença (do Código de 1939, do Código de 1973 e, finalmente, da Lei n. 11.232/05), a reformulação da definição legal de sentença foi sentida como necessária pelo legislador porque o já antigo defeito da expressão “*põe termo ao processo*” tornou-se, agora, insuportável diante da ampliação do processo, que não mais se limita a **conhecer** do direito (processo de *conhecimento*), mas se presta a **efetivar** o direito (processo de execução), tudo por dentro de *apenas uma* relação processual instaurada pelo autor.

Todavia, é razoável supor que, caso a definição anterior, ao invés de estabelecer que a sentença “*põe termo ao processo*”, dispusesse que a sentença “*põe termo ao procedimento de primeiro grau de jurisdição*”, sua alteração não seria necessária.

É importante destacar, ainda, que o **motivo** da alteração da definição legal de sentença, nos moldes acima delineados, isto é, como *consequência derivada* e *necessária* da alteração do regime de execução, *consta expressamente* da Exposição de Motivos que acompanhou o Anteprojeto de Lei elaborado pelo Instituto de Direito Processual, que ao final dispõe o seguinte:

---

<sup>28</sup> Nesse sentido, anotou José Carlos BARBOSA MOREIRA: “Ressalve-se que, a rigor, não era nesse momento que o processo realmente terminava: ele continuava a fluir enquanto subsistisse a possibilidade de recorrer e – é claro – durante a pendência de recurso. Em termos mais exatos, o que cabia dizer é que a extinção do processo de conhecimento se dava com o trânsito em julgado da sentença. Isso, porém, não chegava a perturbar a compreensão do parágrafo em foco” (BARBOSA MOREIRA, J. C., artigo citado, p. 269).

5. O presente Anteprojeto foi amplamente debatido em reunião de processualistas realizada nesta Capital, no segundo semestre de 2002, e buscou inspiração em muitas críticas construtivas formuladas em sede doutrinária e também nas experiências reveladas em sede jurisprudencial.

As posições fundamentais defendidas são as seguintes:

(...)

**f) a alteração sistemática impõe a alteração dos arts. 162, 269 e 463, uma vez que a sentença não mais “põe fim” ao processo.** (sem negritos no original).

Por fim, é de se ressaltar que, durante toda a Exposição, não há qualquer referência à mudança da definição legal de sentença, senão a que foi citada acima, localizada *apenas ao final*, na última alínea. Isso evidencia o caráter **acessório e derivado** da alteração.

Em suma: a premissa de que a alteração da definição legal de sentença foi medida necessária é **questionável**, seja porque o sistema anterior que, mesmo conferindo *explicitamente* à sentença a propriedade de *extinguir o processo*, já conviviam com hipóteses de efetivação, no mesmo processo, de atos executivos logo após a prolação da sentença, seja porque a doutrina e a jurisprudência, à época, já haviam interpretado a expressão “*põe termo ao processo*” como equivalente a “*põe termo ao procedimento de primeiro grau jurisdicional*”<sup>29</sup>; todavia, mesmo que se parta de tal premissa, há que se reconhecer que a alteração, apesar de **necessária**, tem

---

<sup>29</sup> Nesse aspecto, pertinente fazer remissão à lição deixada pelo Professor Egas Dirceu Moniz de ARAGÃO: “*Observa BARBOSA MOREIRA, que o processo não se encerra com a sentença, pois pode prosseguir através do recurso (Comentários, ob. cit. V/198); o procedimento é que se finda no primeiro grau de jurisdição. Igualmente para a decisão interlocutória: não põe fim ao procedimento. Mas é preciso ter em conta dois aspectos: a) BARBOSA MOREIRA toma sentença tão-só como a que é pronunciada em primeiro grau de jurisdição; pode-se, no entanto, concebê-la como a que põe fim ao processo, propriamente dito, visto que ‘o julgamento proferido pelo tribunal substituirá a sentença ou a decisão recorrida no que tiver sido objeto de recurso’ (art. 512), o que explica também o problema da decisão interlocutória; b) o emprego do vocábulo processo em casos tais pode ser reflexo de imemorial costume de em um só conceito abranger duas entidades distintas, pois na noção de processo se contém a de procedimento que lhe está ínsito*” (ARAGÃO, E. D. M., **Comentários ao Código de Processo Civil**, lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, p. 59).

Também nesse sentido, para demonstrar que a doutrina já havia corrigido o equívoco da definição anterior (ao dizer “*processo*” quando deveria ter dito “*procedimento em primeiro grau jurisdicional*”, pertinente citar a lição de Cândido Rangel DINAMARCO: “*Segundo o Código de Processo Civil, sentença seria o ato que põe fim ao processo, com ou sem extinção do mérito (CPC, art. 162, § 1º); mas essa definição não corresponde inteiramente à realidade, porque o processo só se extinguirá realmente se contra a sentença não vier a ser interposto recurso e a causa não for daquelas sujeitas ao necessário duplo grau de jurisdição (art. 475). Ela é o último ato do procedimento em primeiro grau de jurisdição e realmente lhe põe fim mas, naquelas hipóteses, o processo não termina com a prolação da sentença e prossegue perante os tribunais – porque a interposição de um recurso não dá origem a um processo novo, mas a um outro procedimento, no mesmo processo (procedimento recursal). Melhor será conceituar a sentença, portanto, como o ato cujo principal efeito processual é o de extinguir o processo – com a consciência de que nem sempre esse efeito se produzirá (supra, n. 651). Pode-se também dizer que ela é o ato que põe fim ao procedimento em primeiro grau de jurisdição (no processo de conhecimento, com ou sem julgamento do mérito)*” (DINAMARCO, C. R., obra citada, V. III, item 1.216).

inequívoco caráter **derivado** ou **acessório**, evitando-se, assim, o equívoco de considerar que a alteração foi o escopo *principal* da reforma.

### 3. ANÁLISE DAS DEFINIÇÕES LEGAIS DE SENTENÇA, DE SEUS CRITÉRIOS E DA RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS

Na primeira parte, fizemos **considerações gerais** sobre as recentes reformas do Código de Processo Civil, mediante uma contextualização dos *motivos* a elas subjacentes e dos *efeitos* dela decorrentes, partindo-se da concepção contemporânea a respeito da atividade jurisdicional do Estado e de sua finalidade atinente à tutela do direito material, dando ênfase à reforma engendrada pela promulgação da Lei n. 11.232/2005, em três dimensões principais: (a) primeiro, fez-se referência à eliminação da clivagem entre as atividades *cognitiva* e *executiva* da jurisdição, que, no âmbito das sentenças condenatórias, serão levadas a efeito por dentro do *mesmo* – e agora *único* – processo instaurado pelo autor; (b) segundo, com base na Exposição de Motivos da Lei n. 11.232/2005, foram explicitados, de modo sistemático, os motivos pelos quais o legislador federal considerou que essa alteração era *necessária*; e (c) terceiro, levando-se em conta a reforma do regime de execução/cumprimento de sentença, demonstrou-se a (talvez só aparente) necessidade de adequação da definição legal de sentença, pois, logicamente, se o *processo* a partir de agora continuará sua marcha após o trânsito em julgado da sentença, então não se poderia mais atribuir à sentença a propriedade de *extingui-lo*.

Agora, faremos **considerações específicas** a respeito das possíveis repercussões da alteração da definição legal de sentença no âmbito da recorribilidade das decisões judiciais, a partir de uma análise aprofundada dos *critérios* (topológico e substancial) que formalizam essa mesma definição, da seguinte forma: (a) de um lado, demonstrar-se-á que a definição legal revogada fazia **explicitamente** referência ao critério *topológico* (presente na expressão “*põe termo ao processo*”); (b) de outro lado, será levada a efeito a análise da problemática referente ao critério adotado pela nova definição legal de sentença, se **apenas** o critério *substancial* (estabelecido pela expressão “*implica alguma das situações previstas nos arts. 267 e 269*”), se **apenas** o critério *topológico* (de acordo com o sistema do Código de Processo Civil) ou, finalmente, se tanto um quanto outro; e (c) por fim, com base na produção doutrinária a respeito da problemática levantada, serão sistematizadas as interpretações possíveis

quanto ao *critério* adotado pela nova definição legal de sentença e, conseqüentemente, quanto às possíveis *repercussões* da alteração do art. 162, § 1º, do Código de Processo Civil, no âmbito da *recorribilidade das decisões judiciais*.

### 3.1. A definição legal revogada: referência expressa à eficácia extintiva das sentenças em relação ao procedimento de primeiro grau jurisdicional

Até 23.06.2006, a legislação processual definia sentença como o ato do juiz dotado da propriedade de extinguir “o processo”, com ou sem julgamento do mérito, com inequívoca finalidade prática atinentes à disciplina dos recursos cabíveis contra os pronunciamentos judiciais<sup>30</sup>. Em outras palavras, o revogado § 1º do art. 162 do Código de Processo Civil dispunha que a sentença era o ato do juiz que punha termo ao processo, julgando ou não o mérito da causa<sup>31</sup>.

Desse modo, na definição legal revogada, era *explícita* a alusão ao fato de que a sentença era o pronunciamento judicial que se dava ao **final** da tramitação do procedimento, **encerrando-o em primeiro grau de jurisdição**, seja por julgar o mérito da demanda (de acordo com os incisos do art. 269), seja por declarar que tal julgamento não era possível (em conformidade com os incisos do art. 267).

Daí a afirmação de que a sentença era definida a partir de um critério puramente **topológico** ou **teleológico**, pois, para que determinado pronunciamento judicial fosse considerado sentença, deveria estar *localizado na extremidade final* do procedimento (aspecto *topológico*) ou, o que é praticamente o mesmo, deveria ter a

---

<sup>30</sup> No mesmo sentido: “Esta classificação *tríplice dos provimentos judiciais* [sentença, decisão interlocutória e despacho], ou atos decisórios, adotada por nosso Código teve, como se sabe, finalidades mais práticas do que propriamente científicas. Pretendendo o legislador simplificar e dar unidade ao sistema de recursos que adotara, houve por bem denominar sentenças a todos os provimentos que ponham termo ao processo, mesmo que esta ocorrência se deva à extinção da relação processual motivada por alguma irregularidade, ocorrida nela própria e que nada tenha a ver com a decisão da causa. (...) Esta concepção adotada pelo legislador de 1973, alterou a tradição de nosso direito, que reservava o recurso de apelação apenas para as decisões finais por meio das quais o juiz decidisse o mérito da causa, reservando para os provimentos a que hoje se dá o nome de sentenças terminativas o recurso de agravo de petição (art. 846 do CPC de 1939)” (SILVA, Ovídio Araújo Baptista da, **Curso de processo civil: processo de conhecimento**, v. 1, pp. 200-201).

<sup>31</sup> De acordo com as lições doutrinárias deixadas à época: “A sentença, por sua vez, é o ato culminante do processo de conhecimento. Na sentença, o juiz, na qualidade de representante do Estado, dá, com base em fato, na lei e no Direito, uma resposta imperativa ao pedido formulado pelo autor, bem como à resistência oposta a esse pedido, pelo réu, na defesa apresentada”. (ALVIM, Arruda e ALVIM, Tereza Arruda, **Manual de direito processual civil: processo de conhecimento**, p. 357).

aptidão de *extinguir* o procedimento de primeiro grau jurisdicional (aspecto *teleológico*)<sup>32</sup>.

Portanto, a definição legal revogada, conforme consagrada expressão do Professor José Carlos BARBOSA MOREIRA – amplamente difundida nos textos que tratam da questão – levava em consideração a **finalidade do ato** (critério meramente topológico), isto é, sentença era o pronunciamento judicial dotado de por fim ao *procedimento de primeiro grau de jurisdição* (de acordo com a equivocada expressão “*põe termo ao processo*”)<sup>33</sup>.

Embora, como visto acima, a referência a ambos os critérios conste *expressamente* da definição anterior à reforma, parte da doutrina sustenta, hoje, que o critério substancial não integrava o conceito de sentença, na medida em que, segundo afirmam, o sistema do Código levava em consideração, *tão somente*, a finalidade do ato (extinguir o procedimento de primeiro grau jurisdicional)<sup>34</sup>, sob o principal fundamento – que será minuciosamente analisado a seguir – de que as decisões interlocutórias sempre puderam (e continuarão podendo) decidir as matérias previstas nos arts. 267 e 269 do Código de Processo Civil.

Em outras palavras, segundo o entendimento predominante na doutrina, a definição legal de sentença (antes explicitamente, hoje implicitamente de acordo com o sistema do Código) não levava em consideração o seu conteúdo – até porque o conteúdo referido no novo § 1º do art. 162 do CPC não é *exclusivo* das sentenças –,

---

<sup>32</sup> A menção aos assim denominados *critério topológico* (ou *da finalidade*) e *critério substancial* (ou *do conteúdo*), a partir da nomenclatura sugerida por BARBOSA MOREIRA, é generalizada na doutrina, especialmente após a promulgação da Lei n. 11.232/05. A utilização da divisão entre ambos é, evidentemente, útil (e, portanto, necessária) à questão suscitada no presente trabalho, pois tem a propriedade de destacar as possíveis diferenças entre o regime anterior e o atual no que concerne à classificação dos pronunciamentos judiciais e a recorribilidade de cada um deles.

<sup>33</sup> Diversamente do disposto no texto, grande parte dos doutrinadores, ao examinar a questão, sustenta que a legislação revogada levava em consideração *apenas* a *finalidade* do ato, independentemente do seu conteúdo, havendo, com a reforma engendrada pela Lei n. 11.232/05, uma *substituição* do critério *topológico* pelo *substancial* ou, segundo outros, ao menos, uma *adição* do critério *substancial*, ausente na legislação anterior. Como se verá ao final, não é a essa conclusão que se chegará com a presente pesquisa.

<sup>34</sup> Nesse sentido: “*Sentença. Conceito (até 23.6.2006). (...) O CPC levou em conta a finalidade do ato para classificá-lo e não seu conteúdo: se o objetivo do ato for extinguir o processo, trata-se de sentença*”. (NERY JUNIOR, N. e NERY, R. M. de A., *Código de Processo Civil comentado e legislação extravagante*, p. 427, com negritos nossos).

mas tão somente a sua *posição* por dentro do procedimento de primeiro grau de jurisdição<sup>35</sup>.

Em suma: o art. 162 do Código de Processo Civil, de acordo com a redação original de seu § 1º, estabelecia uma **classificação** dos pronunciamentos judiciais, fixando, para isso, dois *fatores de discriminação*: **(a) primeiro**, se o pronunciamento *tivesse teor decisório*, ele poderia ser decisão interlocutória ou sentença, ao passo que, se fosse *destituído de teor decisório*, então ele seria despacho; e **(b) segundo**, para discriminar decisão interlocutória de sentença, era necessário observar se a decisão era dotada de *eficácia extintiva do primeiro grau jurisdicional* (sentença) ou não (decisão interlocutória<sup>36</sup>), sendo este o *único critério distintivo* entre ambas.

Deixando de lado a controvérsia relativa à questão de qual(is) critério(s) determinava(m) a definição legal de sentença revogada – até porque essa discussão será aprofundada em outra oportunidade – fiquemos por ora com a seguinte conclusão: sentença era apenas o pronunciamento judicial *decisório* e com *eficácia extintiva do primeiro grau de jurisdição*<sup>37</sup>.

---

<sup>35</sup> Contrariamente, no sentido de que a definição revogada de sentença levava em consideração apenas o critério topológico: “De qualquer modo, feita abstração de deslizes, o conceito de sentença baseava-se em critério puramente topológico, não substancial. O que interessava não era o conteúdo do ato, mas a pura e simples posição por ele ocupada no itinerário do feito. Na arquitetura característica do Código, a sentença assinalava o ponto final de um processo. À vista da cisão formalmente estabelecida entre o processo de conhecimento e o de execução, nos casos em que este havia de seguir-se àquele, bem se compreende a significação da parte final do § 1º do art. 162: a cláusula ‘decidindo ou não o mérito da causa’ referia-se precipuamente às duas modalidades distintas de julgamento no instante final da atividade cognitiva do órgão judicial” (BARBOSA MOREIRA, J. C., artigo citado, pp. 268-269).

<sup>36</sup> Assim: “A interlocução, a que se alude no Código de 1973 quando fala de decisões interlocutórias, é a ausência de eficácia extintiva do processo. A sentença é decisão que extingue o processo, quer se trate de mérito, quer não. Decisões são as sentenças, os acórdãos e as decisões interlocutórias, de modo que esses três julgamentos são classes, espécies” (PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti, **Comentários ao Código de Processo Civil**, tomo VII, p. 156).

<sup>37</sup> No sentido do texto, dentre outros: **(a)** PONTES DE MIRANDA: “A apelação só se permite quando a sentença de primeira instância for extintiva do processo” (obra citada, p. 157) e “Foi louvável a definição da sentença no art. 162, § 1º, preliminarmente, porque todas as hipóteses são de extinção do processo, e quando o juiz profere sentença sem decidir o mérito e se extingue o processo, ou não deixou que se prosseguisse, por algo existir ou ter surgido contra o exercício da pretensão à tutela jurídica (art. 267, I – VI e X), ou terem atos das partes ou do autor levado à própria extinção do processo (art. 267, VII e VIII)” (**Comentários ao Código de Processo Civil**, tomo III, pp. 78-79); e **(b)** Nelson Luiz PINTO: “Se fundada no art. 267 do CPC será sentença processual e extinguirá o processo sem julgamento de mérito. Se fundada no art. 269 será sentença de mérito e, pois, estará pondo fim ao processo com julgamento de mérito, decidindo definitivamente a lide” (**Manual dos Recursos Cíveis**, pp. 94-95).

### 3.2. A nova definição legal de sentença: o critério topológico foi ou não excluído da classificação dos pronunciamentos judiciais?

A partir de 24.06.2006 (inclusive), a definição legal de sentença foi alterada pela Lei n. 11.232/05 para a seguinte: “*Sentença é o ato do juiz que implica alguma das situações previstas nos arts. 267 e 269 desta Lei*”.

Portanto, de uma simples leitura, isolada, do § 1º do art. 162 do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei n. 11.232/05, depreende-se que a *definição legal de sentença* não mais faz *alusão explícita* ao **critério topológico**, limitando-se a fazer referência ao **critério substancial** consistente nas hipóteses previstas pelos arts. 267 e 269 do Código de Processo Civil.

Por essa razão, a partir da promulgação da Lei n. 11.232/05, instaurou-se, tanto na doutrina quanto na jurisprudência, o debate a respeito da nova definição legal de sentença, especialmente no que diz respeito aos **critérios** atualmente adotados pelo Código para a definição de sentença – se apenas o *substancial*, se apenas o *topológico* ou se ambos – e, por consequência, se houve ou não alguma repercussão no âmbito da **recorribilidade** das decisões judiciais.

A importância da discussão é evidente e nos levará a uma das duas conclusões: ou o critério substancial é *suficiente* para a classificação do pronunciamento judicial como sentença (e, assim, as decisões que tenham conteúdo previsto nos arts. 267 e 269 do Código, mas que sejam proferidas no curso do procedimento – e não ao final – são sentenças) ou, além dele, é necessário, ainda, que o pronunciamento, para ser taxado de sentença, extinga o procedimento de primeiro grau de jurisdição (e, desse modo, na prática, nada mudou).

Nesse particular, é possível sustentar, basicamente: **(a)** que o sistema do Código de Processo Civil, hoje, não confere mais à sentença a eficácia de extinguir o procedimento de primeiro grau jurisdicional, diante do fato de que o dispositivo legal que lhe define (§ 1º do art. 162 do CPC) não faz mais alusão ao critério topológico (ou teleológico), conclusão decorrente de uma interpretação **literal e isolada** da nova definição legal de sentença<sup>38</sup>; **(b)** que o sistema do Código de Processo Civil, hoje,

<sup>38</sup> Nesse sentido, dentre outros: Fabio MILMAN (*O novo conceito legal de sentença e suas repercussões recursais: primeiras experiências com a apelação por instrumento*; Jorge de Oliveira VARGAS (*O novo*



continua a conferir à sentença a propriedade de extinguir o procedimento de primeiro grau jurisdicional, mesmo com a alteração redacional do § 1º do art. 162 do Código de Processo Civil, pois uma interpretação **sistemática** do Código conduz, necessariamente, a essa conclusão<sup>39</sup>.

Em outras palavras, há, de um lado, quem sustente que o critério topológico foi *excluído* da classificação dos pronunciamentos judiciais (art. 162 do CPC) e, de outro lado, quem, ao contrário, defenda que a classificação estabelecida pelo Código (sentenças, decisões interlocutórias e despachos) ainda está fundada no critério topológico, embora tal alusão seja, agora, *implícita* (já que dedutível de uma interpretação *sistemática* do Código), ao contrário do que ocorria antes da Lei n. 11.232/05.

Esses são os dois grandes grupos em que se dividem os doutrinadores e juristas, que, com base nas premissas de que partem e na interpretação que fazem a respeito da reforma, entendem os integrantes do primeiro e do segundo grupo, respectivamente, que: **(a)** como o critério topológico tornou-se *irrelevante* para a identificação das sentenças, remanescendo *apenas* o critério substancial, devem ser considerados como **sentenças** os pronunciamentos judiciais que, por exemplo, excluem um litisconsorte de um dos pólos da relação jurídico-processual ou rejeitam liminarmente a reconvenção; mas, para os integrantes do segundo grupo **(b)** como o critério topológico foi mantido no *sistema* do Código (independentemente de não constar expressamente do § 1º do art. 162 do CPC), os pronunciamentos judiciais que tenham conteúdo em conformidade aos arts. 267 e 269 do Código, mas que não tenham a propriedade de extinguir o procedimento de primeiro grau de jurisdição devem ser, mesmo após a reforma, entendidos como **decisões interlocutórias** – e não como **sentenças**.

Com base nas premissas acima declinadas, é de se notar que a nova definição legal de sentença (considerada *em si mesma, isoladamente*, do ponto de vista

---

*conceito de sentença e o recurso daquela que não extingue o processo: apelação ou agravo de instrumento?*); Teresa Arruda Alvim WAMBIER (*O agravo e o conceito de sentença*); e Bruno Silveira de OLIVEIRA (*Um novo conceito de sentença*).

<sup>39</sup> Subscvem essa orientação, por exemplo: Luiz Guilherme MARINONI e Sérgio Cruz ARENHART (*Curso de Processo Civil*); Nelson NERY JUNIOR (*Código de Processo Civil comentado*); Fredie DIDIER JR. (*Curso de Direito Processual Civil*); José Carlos BARBOSA MOREIRA (*A nova definição de sentença*); entre outros.

meramente *textual*) não faz mais alusão **explícita** ao critério topológico, embora o faça **implícita** e **sistematicamente**, de modo que é possível afirmar, com razoável segurança, que a promulgação da Lei n. 11.232/05 em nada alterou a *classificação dos pronunciamentos judiciais* e o *sistema recursal*.

Seja como for, é necessário reconhecer que, de fato, *do ponto de vista estritamente redacional*, a definição legal de sentença efetivamente foi alterada, até porque isso é óbvio, considerando que bastaria a supressão de uma vírgula para que, *textualmente*, ela fosse alterada. Como se vê, não se trata de saber se houve alteração da *definição legal de sentença*, porque quanto a isso não há discussão possível. Resta saber, apenas – e este é precisamente o objeto de análise do presente trabalho – se essa alteração da *redação* da definição legal de sentença implicou alguma alteração da *classificação dos pronunciamentos judiciais* e, conseqüentemente, do *sistema recursal* estabelecido pelo Código de Processo Civil.

Quanto a essa questão, como é natural e previsível que assim seja, há controvérsias doutrinárias e jurisprudenciais, cujos grupos e respectivos segmentos serão sistematizados a seguir.

### 3.3. Interpretações da nova definição legal: sistematização

Após a análise da definição revogada e da definição vigente de sentença, bem como dos critérios que as integram, é possível (e, mais que isso, necessário à solução do problema levantado no presente trabalho) *confrontá-las*, para, então, responder as seguintes indagações: **(a)** “*a alteração redacional da definição legal de sentença promoveu alguma alteração real e prática na classificação e identificação dos pronunciamentos judiciais e, conseqüentemente, no sistema recursal?*”; e **(b)** “*em caso positivo, qual o sentido e o alcance dessa alteração?*”<sup>40</sup>.

Intuitivamente, como já observado no tópico anterior, é possível posicionar-se, frente à primeira questão, de duas formas: **(a)** por um lado, respondê-la **negativamente**, entendendo-se que a alteração da definição legal de sentença *limita-se*

<sup>40</sup> Assim: “Resta verificar – e é o que mais importa – se a modificação do texto gera alguma consequência, prática relevante. Crucial é a questão atinente à recorribilidade: como ninguém ignora, o Código prevê recursos diferentes – apelação e agravo – para a impugnação das decisões de primeiro grau” (BARBOSA MOREIRA, J. C., artigo citado, p. 275).

*exclusivamente à sua dimensão redacional (textual)*, de modo que a revogação do antigo § 1º do art. 162 do Código de Processo Civil não teve a propriedade de abalar a estrutura da classificação dos pronunciamentos judiciais e, por consequência, de romper o padrão de recorribilidade desses mesmos pronunciamentos; ou, ao contrário, **(b) por outro lado**, respondê-la **afirmativamente**, entendendo-se que a alteração da definição legal de sentença *ultrapassa o âmbito meramente redacional (textual)*, promovendo efeitos práticos, tanto no que se refere à classificação e identificação das espécies de pronunciamentos judiciais, quanto no que se refere à recorribilidade dessas mesmas espécies.

Após, caso a primeira questão seja respondida *afirmativamente*, é necessário, ainda, que se explicita, precisamente, *quais são esses efeitos práticos* decorrentes da alteração da definição legal de sentença e, também, a projeção desses efeitos no âmbito do *sistema recursal* estabelecido pelo Código de Processo Civil (que, como se sabe, não sofreu alterações).

Naturalmente, a doutrina e a jurisprudência não se manifestaram de modo unânime quanto às questões, havendo dissensos dignos de nota, quer em relação à primeira indagação, quer em relação à segunda. Como se vê, existem arranjos diversos para a solução do problema levantado na presente pesquisa monográfica, que serão, a partir de uma perspectiva *lógica*, sistematizados a seguir.

3.3.1. Primeiro grupo: alteração meramente redacional (textual) sem consequências práticas, tanto no que se refere à classificação dos pronunciamentos judiciais, quanto ao sistema de sua recorribilidade

**Em primeiro lugar**, há quem sustente que a alteração da redação do § 1º do art. 162 do Código de Processo Civil *não ultrapassou* o plano redacional (meramente textual), de modo a não abalar as estruturas consolidadas tanto da *classificação dos atos (rectius: pronunciamentos)* do juiz quanto do *sistema recursal* previsto para cada um deles.

O argumento principal (e inquestionavelmente forte) dos doutrinadores e juristas que integram esse grupo é o seguinte, dentre outros: o motivo que ensejou a promulgação da Lei n. 11.232/05 *não foi* o de modificar as estruturas *classificatória* e

*recursal* relativas aos pronunciamentos judiciais de primeiro grau jurisdicional, mas, apenas, o de corrigir – dando um passo largo demais – a imprecisão da expressão constante da definição revogada “*põe termo ao processo*”, diante da nova estrutura (sincrética) do processo.

A seguir, far-se-ão constar os principais integrantes desse segmento doutrinário, com eventual explicitação de seus respectivos argumentos:

José Carlos BARBOSA MOREIRA, em seu artigo publicado na Revista de Processo n. 136 (“*A nova definição de sentença*”), após tecer críticas à nova redação – que oscilam do âmbito semântico-gramatical ao jurídico-normativo –, conclui, expressamente, que “*as recentes reformas não produzem mudanças substanciais na maneira pela qual se identificam os pronunciamentos judiciais e se caracterizam os respectivos regimes*”<sup>41</sup>.

Luiz Guilherme MARINONI e Sérgio Cruz ARENHART, adotando orientação doutrinária de igual teor, demonstram que a manutenção da redação da definição legal de *decisão interlocutória* (§ 2º do art. 162 do Código de Processo Civil) é motivo bastante para se concluir que a redefinição legal de sentença não teve a propriedade de abalar a estrutura *classificatória dos pronunciamentos judiciais*<sup>42</sup> nem de quebrar o padrão de correspondência da *recorribilidade*<sup>43</sup> de cada um deles,

---

<sup>41</sup> BARBOSA MOREIRA, J. C., artigo citado, p. 276. Em outra passagem, o autor sustenta o seguinte: “*A apelação é o recurso cabível contra a sentença (art. 513), isto é, contra o ato pelo qual o juiz põe fim à fase cognitiva do procedimento de primeiro grau, resolvendo ou não o mérito (art. 162, § 1º, combinado com os arts. 267 e 269), ou à execução (art. 795), ou ainda a processo cautelar.(...) A caracterização do pronunciamento como ‘sentença’ há de fazer-se à luz do conceito estabelecido no art. 162, § 1º (na redação, tecnicamente criticável, da Lei nº 11.232), prevalecendo esse critério sobre o puramente literal. Não haverá ‘sentença’, mesmo que a lei empregue o temor, nem portanto caberá apelação, quando o ato judicial se restrinja a encerrar um incidente do processo*” (BARBOSA MOREIRA, J. C., **O novo processo civil brasileiro: exposição sistemática do procedimento**, p. 131).

<sup>42</sup> Entendo inalterada a estrutura e mantidos os critérios de classificação dos pronunciamentos judiciais, afirmam os autores: “*Realmente, o ato judicial que julga o mérito, no curso da fase de conhecimento ou da fase de execução do processo, não pode ser admitido como sentença. A sentença, quando toca o mérito, extingue o processo, ou a sua fase de conhecimento, ou a sua fase de ‘execução’.* Ainda que isto não esteja explícito nos arts. 162, § 1.º, e 269, caput, sabe-se que sempre houve acordo no sentido de que o juiz pode decidir o mérito – ainda que sob o nome de questão incidente – no curso do processo” (MARINONI, L.G. e ARENHART, S. C., **Processo de Conhecimento**, p. 528).

<sup>43</sup> De outro lado, por entenderem que a recorribilidade das decisões judiciais também não teve seu padrão de correspondência alterado, sustentam os autores: “*Diante disso, a sistemática recursal do Código de Processo Civil permanece inalterada, cabendo apelação apenas dos atos que possam importar extinção do processo, acrescidos das sentenças condenatórias, mandamentais e executivas que encerram a fase de conhecimento. Quanto aos atos que apreciam o mérito no interior da fase de conhecimento e de execução, continuam a ser*

mediante o emprego de um argumento que parece ser inquestionável: o conceito de “*questão incidente*” – inerente às decisões interlocutórias – nunca foi incompatível com o de “*questão de mérito*”<sup>44</sup>, de modo que, *logicamente*, nunca houve – nem há agora – óbice legal algum à possibilidade de uma *decisão interlocutória* (e, portanto, não necessariamente uma *sentença*) tratar das matérias previstas nos arts. 267 e 269 do Código de Processo Civil – no curso do procedimento, naturalmente. Conseqüentemente, mantido o **arranjo classificatório** das decisões judiciais (sentenças e decisões interlocutórias), não há como se sustentar que houve quebra do **padrão de correspondência** inerente à **recorribilidade** de cada um delas.

Fredie DIDIER JR. e Leonardo José Carneiro da CUNHA subscrevem o argumento de que a alteração da redação que trata de definir sentença prestou-se, *apenas*, a acomodá-la tecnicamente à nova estrutura do processo que, com o advento da Lei n. 11.232/05, passou a integrar uma fase *cognitiva* (fase de *acertamento*) e uma fase *executiva* (fase de *cumprimento*)<sup>45</sup>.

---

*caracterizados como decisões interlocutórias, desafiando recurso de agravo*” (MARINONI, L. G. e ARENHART, S. C., obra citada, p. 529).

<sup>44</sup> Assim: “*Porém, o ato judicial que trata do mérito no curso da fase de conhecimento do processo não pode ser admitido como sentença. O ato judicial que implica alguma das situações do art. 269 somente pode ser definido como sentença quando extingue o processo ou quando encerra a fase de conhecimento. Embora isso não esteja expresso nos novos arts. 162, § 1.º, e 269, lê-se no § 2.º do art. 162 que ‘decisão interlocutória é o ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente’.* Ora, sempre houve acordo no sentido de que o ato judicial que concede tutela antecipatória, por exemplo, julga o mérito, sem deixar de ser uma decisão interlocutória. O ato judicial que pronuncia a decadência ou a prescrição de um dos pedidos cumulados, embora também trate do mérito, igualmente sempre foi compreendido como decisão interlocutória. Quer isto dizer que o conceito de ‘questão incidente’ jamais exclui o conceito de mérito” (MARINONI, L. G. e ARENHART, S. C., obra citada, pp. 410-411); e, mais adiante, prevendo argumento contrário, assim o refutam: “*Não obstante, seria possível dizer que isto acontecia porque o art. 162, § 1.º, afirmava que a sentença extinguiu o processo. Mas, embora o novo art. 162, § 1.º (na redação da Lei 11.232/2005), admita que a sentença pode não encerrar o processo, com isto certamente não se pretendeu transformar todo e qualquer ato judicial que trate do mérito, no interior da fase de conhecimento do processo, em sentença. A razão de ser da alteração das normas do art. 162, § 1.º, e 269, caput, foi a de permitir a aglutinação dos processos de conhecimento e de execução em um único processo com duas fases distintas. Não há como fugir desta lógica na interpretação do conceito de sentença. A sentença pode não encerrar o processo, porém colocar fim apenas à fase de conhecimento, mas nenhum ato que trate do mérito no interior da fase de conhecimento pode ser admitido como sentença*” (obra citada, p. 411).

<sup>45</sup> Ver, no sentido do texto: “*Com o advento da Lei Federal nº 11.232/2005, restou alterado o conceito de sentença para fixá-lo como o ato do juiz de acordo com o art. 267 ou 269. Na realidade, a modificação da definição legal de sentença serviu apenas para adaptar-se, tecnicamente, à nova sistemática do processo, cuja estrutura afasta a existência de um processo autônomo de execução, sendo certo que, a partir do seu início de vigência, o processo será um só, com duas fases: a de acertamento e a de cumprimento. A sentença, em essência, é aquele ato do juiz que extinguiu o processo sem julgamento do mérito ou que resolveu todo o mérito, pondo termo à fase de acertamento ou de cumprimento. E é contra esse ato judicial que cabe apelação*” (DIDIER JR, Fredie e CUNHA, Leonardo José Carneiro da, **Curso de Direito Processual Civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais**, pp. 91-92).

Os autores acima indicados sustentam que a supressão da expressão “*põe fim ao processo*” não implica a supressão do fato de a sentença continuar a por fim ao procedimento de primeiro grau jurisdição. O argumento parece estar fundado em **raciocínio lógico**: partindo-se da premissa inquestionável de que *processo* e *procedimento (de primeiro grau jurisdicional)* são conceitos *rigorosa e ontologicamente distintos*, é possível afirmar, com segurança, que a supressão da expressão “*põe termo ao processo*” **não afasta** a idéia (impregnada no *sistema* do Código) de que a sentença põe (e põe mesmo) termo *ao procedimento de primeiro grau de jurisdição*.

Por essa razão, concluem que a supressão da expressão “*põe termo ao processo*” não pode ser interpretada como um abandono do *critério topológico*, pois isso seria dar um passo largo demais, consistente em querer o que o legislador não quis. Assim, extirpar da redação originária do § 1º do art. 162 do Código de Processo Civil a equivocada expressão “*põe termo ao processo*” foi medida necessária a, apenas, corrigir o equívoco, demonstrando que a sentença não põe termo *ao processo* (como de fato nunca pôs), mas tão somente *ao procedimento de primeiro grau de jurisdição*.

Com base nessas premissas, chega-se à conclusão de que a modificação da redação do § 1º do art. 162 do Código de Processo Civil não promoveu nenhuma alteração no ***arranjo classificatório dos pronunciamentos judiciais***<sup>46</sup>, pois: (i) primeiro, a definição legal de decisão interlocutória (§ 2º do mesmo dispositivo legal) manteve-se inalterada, sendo que apenas o critério topológico poderá servir de critério distintivo entre decisões interlocutórias e sentenças, por razões evidentes; (ii) segundo, mesmo antes da Lei n. 11.232/05, há mais de dez anos, as sentenças que se referiam a obrigações de fazer, de não-fazer ou de dar coisa já não encerravam mais o processo;

---

<sup>46</sup> Pertinente a seguinte citação: “O conceito de sentença tem bastante relevância: é com base nele que se saberá, como já foi visto, qual o recurso cabível, pois, de acordo com o nosso código, da sentença cabe apelação (art. 513 do CPC) e da decisão interlocutória cabe agravo (art. 522 do CPC). Não se pode, a despeito da literalidade do texto normativo, identificar a ‘sentença’ pelo seu respectivo conteúdo. Após essa alteração legislativa, é preciso compreender a sentença como o ato que encerra o procedimento nas fases de conhecimento ou de execução; a sentença encerra a primeira instância. O encerramento do procedimento fundar-se-á ora no art. 267, ora no art. 269 do CPC – isso é certo. Não há como retirar da noção de sentença – ao menos até que se reestruture o sistema recursal – a idéia de encerramento de instância” (DIDIER JR., F. e CUNHA, L. J. C., obra citada, p. 31).

(iii) terceiro, o procedimento da apelação foi pensado para um momento posterior ao encerramento procedimental de primeira instância; (iv) quarto, o conteúdo que se diz próprio de sentença não lhe é próprio com exclusividade, podendo ser objeto de decisão interlocutória, que não encerra o procedimento; e, finalmente, (v) quinto, admitir o contrário significaria retroceder a discussões contemporâneas ao Código de 1939, o que significaria injustificável retrocesso.

Além disso, embasados no mesmo raciocínio, os autores concluem que a alteração redacional da definição legal de sentença, conseqüentemente, também não modificou, em nada, o *sistema recursal*<sup>47</sup>, o que parece evidente: se os pronunciamentos judiciais continuam a ser *identificados* e *classificados* da mesma forma (diante do caráter meramente “cosmético” da alteração do § 1º e da manutenção do § 2º, ambos do Código de Processo Civil), então, necessariamente, a *regra da correspondência* não sofreu qualquer abalo, considerando que os arts. 513 e 522 do Código de Processo Civil também não sofreram qualquer modificação.

Cassio Scarpinella BUENO, por sua vez, embora inicialmente inclinado à noção de que a redefinição legal de sentença alterou a estrutura de classificação dos pronunciamentos judiciais<sup>48</sup>, em publicação mais recente manifestou-se definitivamente no sentido de que sentença é a decisão que, tendo como conteúdo uma das hipóteses previstas nos arts. 267 e 269 do Código de Processo Civil, *encerra a fase* (cognitiva, executiva ou cautelar) *do procedimento em primeiro grau de jurisdição*<sup>49</sup>.

<sup>47</sup> Necessária, aqui também, a remissão à seguinte passagem: “A alteração do § 1º do art. 162 do CPC não alterou o sistema recursal brasileiro. É preciso que o intérprete perceba isso, caso contrário essa opção legislativa terá um grave efeito colateral de criar discussões jurisprudenciais/doutrinárias bizantinas acerca do recurso cabível contra essa ou aquela decisão, revivendo, agora como farsa, as célebres polêmicas doutrinárias havidas à época da vigência do CPC/39 – as quais Alfredo Buzaid tentou, com certo êxito, resolver no CPC/73. Seria retrocesso de mais de trinta anos” (DIDIER JR., F. e CUNHA, L. J. C., obra citada, p. 32).

<sup>48</sup> Como forma de demonstrar o posicionamento anterior do autor, decorrente de uma interpretação literal e isolada do § 1º do art. 162 do Código de Processo Civil, traz-se à citação o seguinte excerto: “A este propósito, poder-se-á ouvir uma voz que afirma que a decisão em causa não é sentença porque o procedimento em primeiro grau de jurisdição não teve término e que, por isto mesmo, a decisão só pode ser interlocutória e, como conseqüência única, o recurso cabível só pode ser o agravo. Ocorre que, mesmo que se possa concordar com este entendimento que colocaria uma pá de cal em todas as dificuldades aventadas no parágrafo anterior, não é isto que decorre da alteração legislativa do § 1º do art. 162. Muito pelo contrário” (BUENO, Cassio Scarpinella, *A Nova Etapa da Reforma do Código de Processo Civil*, p. 20).

<sup>49</sup> Nesse sentido, posicionando-se de modo diverso ao anterior: “Por esta razão é que a interpretação do art. 162, § 1º, no sistema processual civil, deve ser no sentido de que sentença, para os fins presentes, é o ato que encerra a ‘etapa’ de conhecimento, a ‘etapa cognitiva’ (...) na primeira instância, o ato do juiz que revela que não há mais qualquer atividade jurisdicional a ser desenvolvida naquele caso com vistas ao reconhecimento do

Desse modo, o autor segue o padrão lógico de que se os *critérios de classificação das decisões judiciais* não foram alterados, então o *padrão de correspondência do sistema recursal* também não foi alterado.

Para chegar a essa conclusão, o autor se utiliza dos seguintes argumentos, basicamente: **(a) primeiro:** a alteração da redação do § 1º do art. 162 do Código de Processo Civil deve ser interpretada de um modo *contextualizado e sistemático*, levando-se em conta a alteração de outros dispositivos legais, como o *caput* do art. 269, o *caput* do art. 463 e o § 2º do art. 162, todos do Código de Processo Civil; **(b) segundo:** como decorrência lógica de uma interpretação sistemática do Código, os *critérios da finalidade e do conteúdo* devem estar cumulativamente configurados para que uma determinada decisão judicial seja entendida como sentença; **(c) terceiro:** não se pode deixar de atentar para o fato de que o escopo principal e específico da Lei n. 11.232/05 foi o de eliminar a separação formal entre os assim chamados “processo de conhecimento” e “processo de execução”<sup>50</sup>.

Athos Gusmão CARNEIRO, signatário do Anteprojeto da Lei n. 11.232/05, salientando que a modificação da redação do § 1º do art. 162 do Código de Processo Civil foi *consequência lógica necessária* da nova estrutura processual (agora, de índole sincrética), sustenta expressamente que, apesar da redefinição de sentença, o

---

*direito, é dizer, com relação à sua declaração ou, quando menos, à constatação de que não há condições mínimas para que se dê aquele reconhecimento. (...) É, portanto, insuficiente que o art. 162, § 1º, refira-se a sentença como ato que tenha como conteúdo uma das hipóteses dos arts. 267 e 269. É fundamental, para os fins aqui tratados, que o ato, para ser sentença, tenha, além daquele específico conteúdo, uma específica função, qual seja, a de encerrar a etapa do processo jurisdicional em que a atividade precípua desenvolvida pelo magistrado é a de verificar se o direito reclamado pelo autor em sua petição inicial existe ou não e em que medida ele deve ser tutela jurisdicionalmente” (BUENO, C. S., **Curso sistematizado de direito processual civil**, p. 327).*

<sup>50</sup> Apoiado nessas premissas, conclui expressamente que: “Não é sentença, não obstante ter como conteúdo hipóteses do art. 267 ou do art. 269, a decisão do juiz que exclui litisconsorte do processo (art. 267, IV ou VI); que rejeita liminarmente reconvenção ou pedido incidental de declaração (art. 267, IV ou VI); que rejeita liminarmente a denunciação da lide, com a mesma ressalva anterior (art. 267, IV ou VI); a que homologa a desistência parcial da ‘ação’ (art. 267, VIII) ou o reconhecimento parcial do pedido pelo réu (art. 269, II) ou a renúncia parcial, pelo autor, do direito sobre o que funda a ‘ação’ (art. 269, V). Em todos estes casos, a decisão é interlocutória nos precisos termos do art. 162, § 2º. Trata-se de interlocutória porque a sua função, a despeito de seu conteúdo, é a de resolver questão incidente ao processo; decisão que, resolvida, não põe fim à necessidade do prosseguimento da atuação judicial em primeira instância com vistas ao reconhecimento do direito; não põe fim, por isso mesmo, ao processo” (BUENO, C. S., obra citada, pp. 327-328).



**critério topológico** é o marco distintivo entre as decisões interlocutórias e as sentenças<sup>51</sup>.

Nelson NERY JUNIOR e Rosa Maria de Andrade NERY demonstram que, com o advento da Lei n. 11.232/05, não houve modificação *substancial* (mas apenas *formal*<sup>52</sup>) na estrutura da classificação dos pronunciamentos judiciais, de modo a concluir que não houve a supressão do **critério topológico** (ou *da finalidade*), pelas seguintes razões: **(a) primeiro**, porque a *eficácia extintiva* da decisão judicial ainda é o fator de discriminação entre as decisões interlocutórias e as sentenças, presente nestas e ausente naquelas; basta ver, nesse sentido, que a definição de decisão interlocutória não foi alterada (§ 2º do art. 162 do CPC); **(b) segundo**, porque a expressão “*extinção do processo*” ainda é utilizada pelo Código (capítulo III do título VI e art. 267 do CPC); **(c) terceiro**, porque a previsão de que cabe *agravo de instrumento* da *decisão de liquidação* (art. 475-H do CPC) e da *decisão que julga a impugnação ao cumprimento de sentença* (art. 475-M, § 3º, do CPC) demonstra que a opção do legislador ainda é a de que a apelação seja destinada a impugnar *decisões finais* e não *interlocutórias*, mesmo que estas se refiram às hipóteses previstas nos arts. 267 e 269 do Código<sup>53</sup>; **(d)**

<sup>51</sup> No sentido do texto: “*Parece-nos continua plenamente aplicável, mesmo sob a ‘nova’ (?) definição de sentença, o magistério de Cândido Dinamarco, para quem quando a causa atinge só parcialmente o objeto do processo (caso, v.g., de exclusão de um dos réus, por não ser parte legítima; caso de indeferimento de revonvenção etc.), não ocorre a extinção do processo e, assim, ‘a decisão com que o juiz determina alguma dessas exclusões é interlocutória e não sentença, porque não põe termo a processo algum (art. 162, §§ 1º e 2º); consequência prática é a admissibilidade do agravo e não apelação (arts. 513 e 522)’* (Instituições de Direito Processual Civil, Ed. Malheiros, vol. III, p. 189)” (CARNEIRO, Athos Gusmão, **Cumprimento da Sentença Civil**, pp. 118-119).

<sup>52</sup> Assim: “*Com o advento da L 11232/05, que alterou o conceito de sentença estabelecido no CPC 162 § 1.º, houve modificação de rótulo, mas não de essência, pois referida lei manteve inalterado o conceito de decisão interlocutória, que continua a ser o descrito no CPC 162 § 2.º, em sua redação originária, de 1973: ato pelo qual o juiz, no curso do processo (portanto, o processo continua), resolve questão incidente, sendo para tanto irrelevante o seu conteúdo. Não foi apenas o conteúdo do ato (CPC 162 § 1º) que o CPC levou em conta para definir os pronunciamentos do juiz, mas igualmente considerou a finalidade (CPC 162 §§ 2.º e 3.º) do ato como critério classificatório*” (NERY JUNIOR, N. e NERY, R. M. A., obra citada, p. 427).

<sup>53</sup> Em comentário ao art. 475-H do Código de Processo Civil, conclui o autor que a decisão de liquidação “*a despeito de julgar a pretensão de liquidação (conteúdo do CPC 269 I), não extingue o processo (conjunto das ações de conhecimento, de liquidação e de execução [pelo cumprimento da sentença] cumuladas) nem a fase processual de conhecimento, caracteriza-se como decisão interlocutória (CPC 162 §2.º). Daí o acerto da norma sob comentário, que prevê contra essa decisão o recurso de agravo, que cabe para impugnar decisão interlocutória (CPC 522 e 162 § 2.º. O CPC 475-H não autoriza, pois, interpretação literal isolada do CPC 162 § 1.º, que teria mudado o conceito de sentença*” (NERY JUNIOR, N. e NERY, R. M. A., obra citada, p. 730). O mesmo raciocínio foi empregado para concluir que como a decisão que julga a impugnação ao cumprimento de sentença *não extingue o processo*, embora se refira à hipótese do art. 269, I, do CPC, deverá ela ser impugnada mediante a interposição de *agravo de instrumento* e não de *recurso de apelação* (NERY JUNIOR, N. e NERY, R. M. A., obra citada, p. 747).

quarto, porque os dispositivos legais que tratam do padrão de recorribilidade das decisões judiciais (arts. 513 e 522 do CPC) *não foram alterados*; e (e) quinto, porque não se pode definir sentença pela *literalidade isolada* do § 1º do art. 162 do Código de Processo Civil, considerando que, a toda evidência, a *finalidade* da sentença ainda é levada em consideração pelo *sistema do Código*.

Apoiados em tais premissas, ambos os autores concluem expressamente que o critério de classificação dos pronunciamentos judiciais é um **critério misto**, de modo que, segundo definição por eles sugerida, “*sentença é o pronunciamento do juiz que contém uma das matérias do CPC 267 e 269 e que, ao mesmo tempo, extingue o processo ou a fase de conhecimento no primeiro grau de jurisdição*”<sup>54</sup>.

Aqui, deve-se abrir um parêntese: dentre os integrantes desse primeiro grupo, há quem afirme que é *apenas o critério topológico* que distingue uma sentença de uma decisão interlocutória (sendo, portanto, *irrelevante o critério do conteúdo*); por outro lado, há quem afirme que a distinção entre uma e outra deve ser feita mediante a adoção de um *critério misto*, consistente na cumulação entre os denominados *critério do conteúdo e critério da finalidade* – como Nelson NERY JUNIOR, por exemplo, como visto acima.

Quanto a essa discussão, posicionamo-nos juntamente àqueles que reputam irrelevante o conteúdo da decisão, diante do fato de que nunca houve óbice algum (e agora definitivamente não há) ao julgamento *por decisão interlocutória* das matérias previstas nos arts. 267 e 269 do Código de Processo Civil<sup>55</sup>. Também esse argumento está fundado em um raciocínio **lógico**: se o conteúdo relativo aos arts. 267 e 269 do Código de Processo Civil pode integrar tanto uma sentença quanto uma decisão

---

Também nesse sentido, observa BARBOSA MOREIRA o seguinte: “A *decisão que acolher ou rejeitar a impugnação é recorrível por agravo de instrumento, salvo quando acarretar a extinção (total) da execução, hipótese em que caberá apelação (art. 475-M, § 3º). No primeiro caso, ter-se-á típica decisão interlocutória; no segundo, verdadeira, sentença*” (BARBOSA MOREIRA, J. C., obra citada, pp. 199-200).

<sup>54</sup> NERY JUNIOR, N. e NERY, R. M. A., obra citada, p.428, donde se extrai, também, o seguinte excerto que demonstra de modo expresso e inequívoco a inserção dos autores neste primeiro grupo: “A *modificação trazida pela L 11232/05 não alterou o sistema do CPC no que tange aos pronunciamentos do juiz e sua recorribilidade*”.

<sup>55</sup> Ver, adiante, a análise da regra insculpida no § 2º do art. 162 do Código de Processo Civil (definição legal de decisão interlocutória).

interlocutória, **então** ele – conteúdo – não pode servir de critério de distinção entre essa e aquela.

Seja como for, tanto uns quanto outros afirmam que *o critério topológico não foi abandonado pelo sistema do Código*, o que os distancia dos próximos dois grupos, cujos integrantes endossam o entendimento de que, a partir da vigência da Lei n. 11.232/05, o único critério identificador da sentença é o seu próprio conteúdo.

Fechado o parêntese, voltemos à explicitação dos posicionamentos dos demais autores que pertencem a este primeiro grupo: Humberto THEODORO JUNIOR, em recente publicação conclui, também, que uma decisão que guarde correspondência com as hipóteses previstas nos arts. 267 e 269 do Código de Processo Civil só poderá ser considerada sentença quando, julgando *todo* o pedido (ou *todos* os pedidos cumulados), *encerre o procedimento de primeiro grau*<sup>56</sup>.

Portanto, coerentemente, entendem como *decisões interlocutórias* (e não como *sentenças*) as seguintes decisões judiciais, dentre outras, mesmo que contenham matérias previstas nos arts. 267 e 269 do Código de Processo Civil: **(a)** a decisão que julga a ação de liquidação de sentença; **(b)** a decisão que julga a ação de impugnação ao cumprimento da sentença, sem extinguir a execução; **(c)** a exclusão de um litisconsorte do processo por ilegitimidade de parte; **(d)** indeferimento liminar da reconvenção ou da ação declaratória incidental; e **(e)** indeferimento liminar da ação de oposição, da ação de denunciação da lide ou da ação de chamamento ao processo.

Luis Guilherme Aidar BONDIOLI, ao interpretar a terceira etapa da reforma do Código de Processo Civil, mesmo reconhecendo que a definição revogada não era cientificamente satisfatória (por privilegiar os *efeitos* em detrimento da *essência*), assevera que “*entre uma lei cientificamente falha e extremamente útil e uma lei cientificamente correta e inoperante, aquela é preferível a esta*”<sup>57</sup>.

<sup>56</sup> Assim: “Segundo penso, as ‘situações previstas nos arts. 267 e 269’ somente se prestam a configurar sentença (e a desafiar apelação) quando põem fim ao processo ou quando resolvem por inteiro o objeto principal do processo pendente de acerto em juízo. Para o ato judicial cognitivo ser tratado como sentença é preciso que todo o pedido ou todos os pedidos da inicial tenham sido resolvidos, positiva ou negativamente. Se o pronunciamento não os abrange em toda extensão, deixando questões para a solução final do processo, não pode ser havido como sentença. Sua natureza, dentro da lógica do sistema, é a de decisão interlocutória, ou seja, a de ato que, no curso do processo, ‘resolve questão incidente’ (art. 162, § 2.º)” (THEODORO JUNIOR, Humberto, *As novas reformas do Código de Processo Civil*, pp. 5-6).

<sup>57</sup> BONDIOLI, L. G. A., obra citada, p. 41.

Interessante observar que, antes de sugerir respostas às indagações oriundas da Lei n. 11.232/05, BONDIOLI fixa duas **premissas metodológicas e hermenêuticas** que nos parecem fundamentais: **(a) primeiro**, a análise de reformas pontuais (como foi a do § 1º do art. 162 do CPC) deve, além de *observar* o sistema do Código, *preservá-lo o mais possível*, pois os novos dispositivos é que devem se adaptar à sistemática vigente e não o contrário; e **(b) segundo**, a interpretação quanto ao sentido e ao alcance das reformas (especialmente as pontuais) devem, sempre, ter como norte a *mens legis*, bastando observar a explicitação dos motivos que as ensejaram<sup>58</sup>.

Com base nelas, o autor também reputa imprescindível que um pronunciamento judicial, para ser considerado *sentença*, deve *extinguir o procedimento em primeiro grau de jurisdição*, tenha ou não tenha tratado das matérias previstas nos arts. 267 e 269 do Código, *extinguir o procedimento em primeiro grau de jurisdição*. Aliás, ele demonstra com muita propriedade que: **(a) por um lado**, nem toda decisão que trata das hipóteses previstas nos arts. 267 e 269 do Código são sentenças (exclusão de litisconsorte por ilegitimidade, rejeição liminar da reconvenção ou da ação declaratória incidental *etc.*)<sup>59</sup>; e **(b) por outro lado**, nem toda sentença trata, necessariamente, das matérias estabelecidas pelos arts. 267 e 269 do Código (como ocorre com a sentença que encerra a execução reconhecendo a satisfação da obrigação)<sup>60</sup>.

---

<sup>58</sup> Ver, nesse sentido: “Logo, a lei n. 11.232, de 22 de dezembro de 2005, não quis acabar com o exame concentrado do *meritum causae* nem desvincular a sentença da idéia de encerramento (manteve os arts. 267 e 269 em capítulo do Título VI do Livro I que persiste com o rótulo ‘Da Extinção do Processo’), nem criar um processo permeado por múltiplas sentenças. Tanto assim é que, repise-se, a sistemática recursal permaneceu intocada” (BONDIOLI, L. G. A., obra citada, p. 45).

<sup>59</sup> No sentido de que a conformidade com as matérias dos arts. 267 e 269 **não é suficiente** (sendo necessária a eficácia extintiva) à classificação de um pronunciamento judicial como sentença: “Como se viu, o sistema continua pensado para um exame concentrado do mérito, com a sentença e a apelação ainda vinculadas à idéia de encerramento. E não foi intenção da lei n. 11.232, de 22 de dezembro de 2005, quebrar com essa sistemática. Logo, permanece viva no art. 269 a noção de encerramento, agora de forma implícita” (BONDIOLI, L. G. A., obra citada, p. 48).

<sup>60</sup> No sentido de que a conformidade com as matérias dos arts. 267 e 269 **não é necessária** (podendo haver outras) à classificação de um pronunciamento judicial como sentença: “Todos os atos de extinção da execução consistem em sentença e são apeláveis, mesmo sem implicar situação prevista nos arts. 267 e 269. À luz disso, é preciso relembrar que a concepção de sentença extrapola a literalidade do art. 162, § 1º, para alcançar, além das situações previstas nos arts. 267 e 269, os atos que colocam fim à execução (e tudo o mais que o legislador disser ser sentença). Registre-se que a rotulação dos atos de encerramento da execução como sentença chega a ser uma imposição sistemática. Pense-se principalmente no ato que se limita a encerrar a execução reconhecendo a satisfação da obrigação. Ele não consiste em decisão interlocutória, pois não soluciona questão

Esse entendimento encontra ressonância em segmento considerável da jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, merecendo destaque, nesse sentido, dentre outras: **(a)** a decisão monocrática proferida pelo Juiz de Direito Substituto em 2º Grau Fernando Antonio Prazeres que, com base no *caput* do art. 557 do Código de Processo Civil, não conheceu de agravo de instrumento (autuado sob o n. 511.667-2) interposto contra sentença proferida em embargos do devedor opostos em face de execução fiscal, deixando, inclusive, de aplicar o princípio da fungibilidade; do voto, extrai-se crítica à reformulação da definição legal de sentença, que, segundo o Relator, agravou a dificuldade de se distinguir decisão interlocutória e sentença e, conseqüentemente, de determinar qual o recurso cabível contra cada uma delas<sup>61</sup>; e **(b)** a decisão monocrática proferida pelo Juiz de Direito Substituto em 2º Grau Luiz Osório Moraes Panza que, também embasado no *caput* do art. 557 do Código de Processo Civil, negou seguimento a agravo de instrumento interposto contra decisão que não recebeu recurso de apelação interposto em face de decisão que julgou extinta a ação ajuizada pelo agravante e determinou o prosseguimento da reconvenção oferecida pelos agravados; na fundamentação da decisão, o Relator declarou, expressamente, que o critério topológico não foi abandonado com a promulgação da Lei n. 11.232/05; além disso, dispôs que o *“conceito de sentença não deve ser obtido através de interpretação literal do § 1º do art. 162 do CPC. Diz-se isto porque inobstante existirem provimentos jurisdicionais que contém matéria do art. 267 ou 269 do CPC, não se deve considerá-los como sentença, e sim decisões interlocutórias”*<sup>62</sup>; e

---

*incidente no curso do processo (art. 162, § 2º). Ao contrário. Atesta a desnecessidade de outras atividades satisfativas e encerra o processo, que não mais voltará a ter curso. Ainda, não pode ser rotulado como despacho, pois não está impulsionando o desenvolvimento da relação processual (art. 162, § 3º), mas sim pondo fim a ela. Resta-lhe, pois, a natureza de sentença, compatível com as pistas deixadas pelo legislador (art. 475-M, § 3º) e com o papel histórico que lhe é reservado no sistema”* (BONDIOLI, L. G. A., obra citada, p. 47).

<sup>61</sup> A decisão monocrática tem a seguinte ementa: “AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO CONTRA SENTENÇA PROFERIDA EM EMBARGOS DO DEVEDOR OPOSTOS EM FACE DE EXECUÇÃO FISCAL – RECURSO INADMISSÍVEL – INTERPRETAÇÃO DO ART. 162, § 1º, DO CPC COM A REDAÇÃO QUE LHE FOI DADA PELA LEI Nº 11.232/05 – DECISÃO QUE, POR SUA FINALIDADE E CONTEÚDO, PÕE FIM AO PROCESSO DE EMBARGOS E JULGA, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, A QUESTÃO CONTROVERSA (ART. 269, I, DO CPC) – AUSÊNCIA DE DÚVIDA OBJETIVA A AUTORIZAR A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE – RECURSO CONSIDERADO INADMISSÍVEL POR DECISÃO ISOLADA DO RELATOR (ART. 557, CAPUT, DO CPC)” (TJ/PR, Agravo de Instrumento n. 511.667-2, Juiz Relator Fernando Antonio Prazeres, decisão monocrática, 23.07.2008).

<sup>62</sup> Pertinente a remissão aos seguintes fundamentos declinados na decisão: “O anterior conceito determinava ser a sentença o ato que punha fim ao processo. Baseado neste conceito, firmou-se entendimento que a decisão que

(c) a decisão monocrática do Desembargador Valter Ressel que, utilizando-se da faculdade estabelecida pelo *caput* do art. 557 do Código de Processo Civil, negou seguimento a recurso de apelação interposto contra decisão que excluiu um dos executados do pólo passivo da execução, sob o fundamento de que esta decisão se limitou a dirimir um “incidente” no processo de execução, sem a extinguir por inteiro, motivo pelo qual não poderia ser impugnada por recurso de apelação, por não se enquadrar no conceito de sentença<sup>63</sup>.

O Superior Tribunal de Justiça também adota essa orientação jurisprudencial, como se observa, por exemplo, dos seguintes precedentes: (a) Recurso Especial n. 829.992/DF, em que o Ministro Relator Arnaldo Esteves Lima negou-lhe provimento, por declarar a *natureza interlocutória* da decisão que extingue parcialmente a execução e determina seu prosseguimento com relação aos credores que não transigiram, motivo pelo qual o recurso de apelação interposto contra ela, de fato, tratava-se de recurso incognoscível<sup>64</sup>; e (b) o mesmo Ministro (Arnaldo Esteves Lima) deu provimento ao Recurso Especial n. 805.717/SC, para declarar correta a interposição de recurso de apelação contra decisão proferida em fase de execução extinguindo-a<sup>65</sup>.

---

*julgava extinto o feito em relação a um dos litisconsortes ou julgava extinta a reconvenção, por exemplo, não se tratava de sentença, pois não colocava fim ao processo, eis que este prosseguia em relação à outra parte ou em relação ao processo principal. Destarte, o recurso cabível deste tipo de decisão era o de agravo, e não a apelação, eis que não se falava em sentença. Ressalte-se que a nova redação do art. 162 do CPC não foi capaz de modificar este entendimento” (TJ/PR, Agravo de Instrumento n. 368.152-5, Juiz Relator Luiz Osório Moraes Panza, decisão monocrática, 22.08.2006).*

<sup>63</sup> Segundo a fundamentação da decisão: “Com efeito, da decisão que exclui um dos executados do pólo passivo da execução, mas determina o prosseguimento em relação a outros sócios e em relação à empresa, cabe recurso de agravo (por instrumento ou na forma retida) e não apelação, recurso este cabível apenas contra sentença (CPC, art. 513), entendido como o ato jurisdicional que põe fim ao processo (CPC, art. 162, § 1º, antiga redação) ou que implica em m das situações do art. 267 e 269 (CPC, art. 162, § 1º, redação conferida pela Lei 11.232/05). Evidentemente, a decisão, no caso, limitou-se a dirimir um ‘incidente’ no processo (execução), e não a extinguiu por inteiro” (TJ/PR, Apelação Cível n. 500.204-8, Desembargador Relator Valter Ressel, decisão monocrática, 26.06.2008).

<sup>64</sup> O aresto vem assim ementado: “PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO QUE EXTINGUE PARCIALMENTE A EXECUÇÃO, DETERMINANDO SEU PROSSEGUIMENTO COM RELAÇÃO AOS CREDITORES QUE NÃO TRANSACIONARAM. NATUREZA INTERLOCUTÓRIA. RECURSO CABÍVEL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. INAPLICABILIDADE. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E IMPROVIDO” (STJ, REsp n. 829.992/DF, 5ª Turma, Relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, julgado em 13.12.2007).

<sup>65</sup> A ementa do acórdão é a seguinte: “DIREITO ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. DECISÃO QUE EXTINGUE O FEITO. RECURSO CABÍVEL. APELAÇÃO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO. 1. Tendo o magistrado expressamente afirmado que não haveria mais

3.3.2. Segundo grupo: alteração substancial com conseqüências práticas tanto no que diz respeito à classificação dos pronunciamentos judiciais, quanto ao sistema de sua recorribilidade

**Em segundo lugar**, há quem entenda que a redefinição legal de sentença, *ultrapassando* o plano meramente redacional, comprometeu a antiga *estrutura classificatória dos pronunciamentos judiciais* e, também, o *padrão de correspondência inerente à recorribilidade* de cada um deles.

A preocupação central dos integrantes desse grupo se desdobra em uma *dupla dimensão*: **(a) por um lado**, afirmam, deve-se observar que as definições devem levar em conta *critérios científicos*, evitando-se incoerências lógicas, tautologias e imprecisões; assim, mais vale a *cientificidade* das definições que sua *praticidade* para fins recursais; nesse aspecto, segundo afirmam, definir a sentença por sua **finalidade** ou por sua **localização no procedimento** (como ocorria com a definição revogada de sentença) consistia em verdadeira *tautologia*, o que foi solucionado pela nova redação<sup>66</sup>; e **(b) por outro lado**, ressaltam que se deve preservar a incolumidade da marcha do procedimento (em vista do *princípio da razoável duração do processo*), evitando-se que todas as sentenças proferidas ao longo de sua extensão ensejem a interposição de diversos recursos *dotados de efeito suspensivo*, o que evidentemente comprometeria os princípios da celeridade e da economia processuais e, portanto, da efetividade do processo, o que contrariaria os próprios escopos perseguidos pela Lei n. 11.232/05.

---

diferenças a serem pagas à recorrente na execução de sentença movida por ela, por certo que houve a extinção do feito, pelo que correta a interposição do apelo. 2. Recurso especial conhecido e provido” (STJ, REsp n. 805.717/SC, 5ª Turma, Relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, julgado em 05.11.2007).

<sup>66</sup> No sentido de que a sentença não pode ser definida a partir de sua finalidade, mas sim de seu conteúdo, ver, por todos: “Sempre sustentamos que dizer que a sentença é o ato do juiz que põe fim ao procedimento em primeiro grau de jurisdição, afirmação a que se era levado pela redação do art. 162 anterior à reforma da Lei 11.232/2005, envolvia uma tautologia. Perguntava-se: qual é o ato do juiz que põe fim ao procedimento em primeiro grau de jurisdição? Respondia-se: a sentença. Por outro lado, ao se perguntar o que é uma sentença, tinha de se responder: o ato do juiz que põe fim ao procedimento em primeiro grau de jurisdição” (WAMBIER, Teresa Arruda Alvim, **Nulidades do processo e da sentença**, pp. 30-31). E, mais adiante: “Como se disse no item precedente, havia que dar voltar à tautologia, a que dava azo a própria lei, e – conforme antes sustentávamos –, certamente, o único elemento por meio do qual se pode identificar as sentenças é o seu conteúdo. Dizer poder distinguir-se a sentença das demais manifestações judiciais a partir do critério topológico significava, a nosso ver, endossar a tautologia a que se chegava pela anterior redação do texto legal: o lugar em que a sentença se encontra é o fim do procedimento em primeiro grau” (pp. 32-33).

Nesse particular, Teresa Arruda Alvim WAMBIER, com base em Alfredo ROCCO, para quem nenhuma *condição extrínseca* caracteriza a sentença, mas sim – apenas – seu *conteúdo (condição intrínseca)*<sup>67</sup>, sustenta que sua tese foi, com a reforma, chancelada pela lei, no sentido de que as decisões que tratam das matérias estabelecidas pelos arts. 267 e 269 do Código, independentemente de sua localização no procedimento, são *sentenças* e não *decisões interlocutórias*.

Como se vê, para a autora, a redefinição legal de sentença promoveu alterações efetivas na *classificação dos pronunciamentos judiciais*, diante daquilo que, para ela, significou o abandono definitivo do critério topológico (ou da finalidade) para a distinção entre sentenças e decisões interlocutórias.

Desse modo, como se vê, as decisões que solucionam as matérias previstas nos arts. 267 e 269 sem extinguir o procedimento de primeiro grau de jurisdição (anteriormente entendidas como *decisões interlocutórias*) **são, a partir de agora, sentenças**, como ocorre, por exemplo, com a decisão que exclui um dos litisconsortes, com a que rejeita liminarmente a reconvenção ou a ação declaratória incidental *etc*<sup>68</sup>.

Todavia, a resolução do equívoco científico da definição revogada de sentença não pode, segundo Teresa WAMBIER, gerar outro problema, ainda mais grave: o de permitir a sucessiva interposição de recursos de apelação (dotados de efeito

---

<sup>67</sup> Para ilustrar a diferença entre o *conteúdo* e os *efeitos* da sentença, Teresa WAMBIER, em sua obra acima cita, faz remissão ao seguinte excerto doutrinário de José Carlos BARBOSA MOREIRA: “*Todo ato jurídico tem um conteúdo onde se podem discernir notas essenciais, pelas quais ele se distingue dos outros atos jurídicos, e por isso mesmo fornecem elementos para sua definição. Assim, por exemplo, o conteúdo do contrato de compra e venda consiste em dupla manifestação de vontade: do vendedor, no sentido de transferir o domínio de certa coisa, e do comprador, no de pagar-lhe certo preço em dinheiro. O conteúdo é algo que não pode faltar ao ato, sob pena de comprometer-lhe a existência. Se não houver as duas manifestações de vontade, a do vendedor e a do comprador, simplesmente não haverá compra e venda. Por outro lado, todo ato jurídico é, em tese, suscetível de produzir efeitos no mundo do direito – característica pela qual, justamente, se distinguem os atos jurídicos dos que não o são. Os efeitos podem ser considerados em potência (como passíveis de produzir-se) ou em ato (como realmente produzidos)*” (BARBOSA MOREIRA, J. C., **Conteúdo e efeitos da sentença**: variações sobre o tema, *RePro* 40, pp. 7-12).

<sup>68</sup> A autora expressamente se insere neste grupo, como se observa da seguinte passagem: “*Por isso é que sempre sustentei, por exemplo, que a decisão que extingue liminarmente a reconvenção também tem natureza de sentença. Eu sempre sustentei que, substancialmente, esta decisão é uma sentença que extingue o processo por falta de possibilidade jurídica do pedido. É uma sentença encartável no art. 267 de que excepcionalmente se admite o cabimento do agravo e não da apelação por razões pragmáticas de ordem procedimental. Outro exemplo é a decisão de exclusão de litisconsorte: A move ação contra B, C e D. O juiz exclui D do processo. O que o juiz fez quando diz isso? Ele está proferindo uma sentença entre A e D, extinguindo a relação processual que se formou: A, juiz e D. O recurso cabível é o agravo*” (WAMBIER, T. A. A., conferência **O agravo e o conceito de sentença**, *RePro* n. 144, p. 254).



suspensivo, naturalmente, excepcionadas as hipóteses do art. 520 do CPC) em face de “todas as sentenças” proferidas ao longo do fluir do procedimento.

Para isso, a autora sugere a quebra da **regra da correspondência** entre as *decisões* e os *recursos cabíveis* (arts. 513 e 522 do CPC), de modo que: **(a)** se por um lado é verdade que as decisões no curso do procedimento que julgarem as matérias previstas nos arts. 267 e 269 são *sentenças*, por força do que passou a dispor o § 1º do art. 162 do Código de Processo Civil; **(b)** por outro lado, devem ser consideradas *apeláveis* apenas as sentenças proferidas *no final do procedimento*, de modo que as sentenças proferidas *no curso dele*, ainda que com natureza de sentença, são *agraváveis*, a despeito do que dispõem os arts. 513 e 522 do Código de Processo Civil<sup>69</sup>.

Araken de ASSIS, por sua vez, salienta que: por um lado, a nova definição suprimiu a referência à *eficácia extintiva* da sentença em relação ao procedimento de primeiro grau de jurisdição, de modo que a decisão do juiz que, por exemplo, indefere a petição inicial da reconvenção *é sentença* e não mais *decisão interlocutória* (art. 162, § 1º, combinado com o art. 267, I, ambos do CPC)<sup>70</sup>; mas, por outro lado, por razões de ordem pragmática, só são apeláveis os pronunciamentos judiciais que, *simultaneamente*, tenham conteúdo conforme os arts. 267 e 269 e, além disso, tenham aptidão a extinguir o procedimento de primeiro grau jurisdicional<sup>71</sup>.

---

<sup>69</sup> Nesse aspecto: “Fica inegavelmente comprometido o princípio da correspondência entre decisões e tipo de recurso contra elas manejável, já que se trata de decisões que têm natureza de sentença e que, no entanto, estão submetidas ao recurso de agravo, apesar de transitarem em julgado e de serem, eventualmente, até rescindíveis” (WAMBIER, T. A. A., obra citada, pp. 35-36).

<sup>70</sup> No sentido de que a alteração da definição de sentença acarretou impactos na estrutura de classificação dos pronunciamentos judiciais: “O problema ameaçador criado através da intempestiva reforma repousa na linha divisória traçada entre sentença (art. 162, § 1.º), baseada no conteúdo do ato, e decisão (art. 162, § 2.º), definida por exclusão. Tais pronunciamentos surgem no curso do processo e, ao menos no tocante à resolução de mérito (art. 269), a sentença jamais extinguirá o processo (nem, diga-se, a sentença terminativa, relevado o erro flagrante do art. 267, caput). É a matéria formalmente julgada, num e noutro, que permite distinguir a natureza do ato. Logo, indeferindo o juiz a petição inicial da reconvenção, indubitavelmente proferirá sentença (art. 162, § 1.º, c/c art. 267, I), passível de apelação dotada de efeito suspensivo” (ASSIS, A., **Manual dos recursos**, p. 372).

<sup>71</sup> Já no sentido de que a alteração da definição de sentença exige a flexibilização da regra da correspondência inerente ao sistema recursal: “Não há remédio, portanto: o pronunciamento judicial apelável há de revestir-se de dois requisitos concorrentes e simultâneos: primeiro, afeiçoar-se a uma das hipóteses dos arts. 267 e 269, pressuposto já implícito no regime anterior; segundo, revelar aptidão para extinguir o processo, assumindo a função de ato final do procedimento, no plano lógico. Caberá agravo, por conseguinte, em todas as hipóteses ventiladas no item precedente – como já se entendia, aliás. (...) Nesses casos, cabe agravo, porque a apelação

Paulo Afonso de Souza SANT'ANNA, coadunando do entendimento acima explicitado – no sentido de que a redefinição legal de sentença alterou substancialmente a **classificação dos atos do juiz** – afirma que o fato de uma sentença ser proferida *no curso do procedimento* não altera sua *natureza de sentença* e, paralelamente, da mesma forma, seu *conteúdo* (que se conforma às hipóteses dos arts. 267 e 269 do CPC) não se transmuda em “*questão incidente*” apenas porque não decidiu todos os pedidos. De acordo com sua conclusão, essa decisão, pelo simples fato de subsumir-se à definição estabelecida pelo § 1º do art. 162 do Código de Processo Civil, é uma sentença, embora “*parcial*”<sup>72</sup>.

Além disso, quanto à questão da **recorribilidade**, sustenta o autor que o receio de admitir interposição de recurso de apelação contra as “sentenças parciais” (o que evidentemente seria um problema, admite ele) não tem a propriedade de alterar a sua *natureza*, motivo pelo qual conclui que: partindo-se da premissa de que o conceito de sentença não deve servir à identificação do recurso cabível, mas tão somente a saber o que ela é, conclui-se que o *critério topológico* não serve para identificar *as espécies de pronunciamentos judiciais* mas, apenas, para identificar *o recurso cabível em face de cada um deles*<sup>73</sup>. Resta comprometida, portanto, segundo SANT'ANNA, a regra da correspondência estabelecida pelos arts. 504, 513 e 522, todos do Código de Processo Civil.

---

*transtornaria a marcha firme e rápida do processo – por exemplo: o juiz exclui determinado litisconsorte do processo, porque parte manifestamente ilegítima; indefere a petição inicial da reconvenção; acolhe o reconhecimento parcial do pedido formulado pelo réu; e assim por diante.” (ASSIS, A., obra cita, p. 373).*

<sup>72</sup> Pertinente citar a seguinte passagem, nesse particular: “Com efeito, discordamos desse posicionamento. Para ser considerada sentença, a decisão não precisa ter apreciado a demanda em sua integralidade: basta que verse sobre as matérias previstas nos arts. 267 e 269 do CPC, como expressa e, agora, corretamente prevê o § 1.º do art. 162. O fato de ser proferida apenas sobre parte da demanda não altera seu objeto. O seu conteúdo (arts. 267 e 269) não se transmuda para ‘questão incidente’ apenas porque não decidiu todos os pedidos. É sentença, porém, parcial. (...) Da mesma forma, a natureza da decisão não se altera apenas porquanto proferida no curso do processo. Será sentença a decisão que tiver por conteúdo os arts. 267 e 269 e será decisão interlocutória a decisão que resolver questão incidente (arts. 162, §§ 1.º e 2.º). A sentença não se transforma em decisão interlocutória somente porque não proferida no fim da fase de conhecimento do processo. É sentença, porém, parcial” (SANT'ANNA, Paulo Afonso de Souza, **Sentença parcial**, RePro n. 151, p. 179).

<sup>73</sup> No sentido do texto: “Contudo, o conceito de sentença não deve servir para identificar o recurso cabível. O conceito de sentença deve servir para saber o que ela é. O problema da recorribilidade não deve ser solucionado pelo desvirtuamento do conceito de sentença, mas sim pela localização da decisão no processo. Vale dizer, o critério topológico deve ser utilizado para aferir a recorribilidade da decisão, mas não para definir o seu conceito ou sua natureza” (SANT'ANNA, P. A. S., artigo citado, p. 179).

Como se pode perceber, os integrantes dessa vertente doutrinária **deslocam** o critério misto (expressão utilizada por Nelson NERY JUNIOR) da classificação dos pronunciamentos judiciais para a determinação do recurso cabível contra eles, apenas.

Em outras palavras, segundo sustentam os juristas que integram este grupo, a cumulação do critério da finalidade e do critério do conteúdo, que antes era necessária para que determinado pronunciamento judicial *fosse uma sentença* (sempre apelável), passou a ser necessária, apenas, para que determinada sentença *seja de fato apelável*, já que é possível, conforme argumentam, falar-se em sentenças agraváveis, por ser o critério do conteúdo o único critério mantido pelo § 1º do art. 162 do Código de Processo Civil.

Ainda mais simplesmente: o critério misto, para aqueles que cancelam este entendimento, deixou de ser necessário para a determinação **da espécie de pronunciamento judicial** (se sentença ou se decisão interlocutória) para se limitar à determinação **do recurso cabível contra as sentenças**, que pode variar segundo a posição da sentença no procedimento: se proferida *no curso dele*, deverá, então, ser impugnada mediante interposição de agravo; se, ao contrário, for proferida *ao final*, deverá, por isso, ser impugnada mediante interposição de apelação.

Em suma: nesse segundo ângulo de interpretação da redefinição de sentença, a Lei n. 11.232/05: **(a) de um lado**, alterou a **estrutura de classificação dos pronunciamentos judiciais**, por razões de ordem *científica*, destinadas a corrigir o equívoco da definição anterior consistente na definição de um fenômeno – no caso, a sentença – por uma *condição extrínseca a ela* (sua finalidade ou sua posição no procedimento) e não por *características intrínsecas a ela* (seu conteúdo); e **(b) de outro lado**, além disso, também comprometeu o **padrão de correspondência inerente ao sistema recursal**, por razões de ordem *pragmática*, destinadas a não violar o princípio da celeridade processual e a não permitir tumultos processuais decorrentes da interposição de diversos recursos dotados de efeito suspensivo como é o de apelação.

3.3.3. Terceiro grupo: alteração substancial com conseqüências práticas apenas no que diz respeito à classificação dos pronunciamentos judiciais, mas não quanto ao sistema de sua recorribilidade

**Em terceiro lugar**, por fim, há quem entenda que a redefinição legal de sentença, *ultrapassando* o plano meramente redacional, comprometeu, *apenas*, a classificação dos pronunciamentos judiciais, sem romper com o padrão de recorribilidade inerente ao sistema recursal do processo civil brasileiro.

Para os que integram esse terceiro grupo, a nova definição legal de sentença implicou uma *alteração substancial* no que diz respeito à distinção entre *sentenças* e *decisões interlocutórias*, de modo que, agora, qualquer decisão judicial que “implique alguma das situações previstas nos arts. 267 e 269”, *independentemente de sua posição no procedimento de primeiro grau jurisdicional*, são *sentenças* (e não mais *decisões interlocutórias*).

Assim, em relação ao **plano da classificação dos pronunciamentos judiciais**, não se opõem ao entendimento esposado pelos integrantes do grupo anterior (segundo grupo); ao contrário, subscrevem-no.

Todavia, no que diz respeito à **regra da correspondência do sistema recursal**, entendem que as “*sentenças*” (inclusive as “sentenças que não encerram o procedimento em primeiro grau de jurisdição”) deverão continuar sendo impugnadas mediante interposição de *recurso de apelação* (art. 513 do CPC) e, da mesma forma, das *decisões interlocutórias* continuará cabendo *recurso de agravo* (art. 522 do CPC).

Para Fabio MILMAN, da “sentença parcial” deverá caber *apelação* não só porque deve ser respeitado o comando do art. 513 do Código de Processo Civil, mas também porque a lei outorga maiores vantagens aos litigantes no uso da apelação do que no do agravo, como as seguintes: (i) primeiro, porque a apelação é recebida, em regra, no *efeito suspensivo* (excetuada as hipóteses do art. 520 do CPC) e, no agravo, isso ocorre apenas excepcionalmente; (ii) segundo, porque o procedimento da apelação prevê *sustentação oral do advogado*, inexistente no agravo; (iii) terceiro, porque apenas os recursos extraordinário e especial interpostos contra acórdãos que julgam

apelações têm tramitação imediata; e (iv) quarto, porque apenas na apelação há a submissão do feito a revisor, hipótese vedada para o recurso de agravo<sup>74</sup>.

No entanto, a preocupação relativa ao tumulto processual consistente na possibilidade de interposição sucessiva de diversos recursos de apelação (dotados, naturalmente, de efeito suspensivo) não são ignoradas pelos autores que se enquadram nesse terceiro grupo.

Por essa razão, ao invés de, como o segundo grupo, *flexibilizar a correspondência entre espécie de decisão e recurso cabível*, o autor sugere uma nova possibilidade: a interposição de **recurso de apelação** (pois isso é o que determina o art. 513 do CPC), mas **por instrumento** (pois isso é o que exige a prática forense).

O próprio autor, prevendo as críticas que de fato recebeu de outros doutrinadores, insiste em sua proposta, refutando os contra-argumentos da seguinte forma: **(a)** a apelação por instrumento não viola o *princípio da taxatividade*, uma vez que, segundo afirma, não se está a criar recurso novo (não previsto em legislação federal), mas apenas a se utilizar do próprio recurso de apelação com sutis alterações procedimentais<sup>75</sup>; **(b)** a omissão legislativa a respeito da *iniciativa da formação do instrumento* não inviabiliza a proposta, pois o próprio juiz pode tomar para si a tarefa – determinando a extração das cópias necessárias – ou, ainda, pode-se exigir do próprio apelante que arque com os ônus processuais relativos à formação do instrumento, da mesma forma como se dá no recurso de agravo de instrumento; **(c)** a possibilidade de o julgamento da apelação interposta contra “sentença parcial” anulá-la ou reformá-la (com o inconveniente de que os atos posteriores à publicação da sentença haveriam de serem repetidos) também não oferece óbice algum à proposta, já que esse problema

---

<sup>74</sup> Assim: “Ocorre que a própria lei outorga maiores vantagens aos litigantes no uso da apelação do que no manejo do agravo de instrumento. Assim está no art. 520, caput, do CPC ser regra o recebimento da apelação no efeito suspensivo, enquanto no agravo de instrumento tanto poderá ou não ser alcançado conforme decisão irrecorrível do relator (art. 527, III e parágrafo único, do CPC; art. 558 do CPC). A possibilidade de sustentação oral das motivações recursais é admitida na apelação e vedada no agravo de instrumento (art. 554 do CPC). Eventual recurso extraordinário ou recurso especial que tiver sido interposto ‘contra decisão interlocutória em processo de conhecimento, (...) ficará retido nos autos’ (art. 542, § 3.º, do CPC), enquanto as mesmas espécies, se interpostas contra acórdãos que tenham julgado apelações, terão tramitação imediata, sem dependência de atos ou possibilidades futuras. Por fim, no julgamento da apelação prevê o art. 551 do CPC prévia submissão do feito a revisor, figura excluída em se tratando de agravo”. (MILMAN, Fabio, **O novo conceito legal de sentença e suas repercussões recursais**: primeiras experiências com a apelação por instrumento, *RePro* n. 150, p. 166).

<sup>75</sup> Essa questão será enfrentada mais adiante, na seção referente ao *princípio da taxatividade*.

ocorre também com o recurso de agravo; **(d)** a alegação de que a admissão de “sentenças parciais” e “apelações por instrumento” poderia gerar um número muito grande de incidentes processuais e recursais (o que seria antieconômico) também não deve ser levada em conta, porque em todos os casos de ações cumuladas por pedidos independentes o autor poderia, mesmo antes da nova sistemática, ajuizá-las em separado.

Então, embasando-se em toda essa argumentação, Fabio MILMAN sustenta que, com a alteração da redação do § 1º do art. 162 do Código de Processo Civil, encerrou-se histórica discussão doutrinária, afirmando que, hoje, a possibilidade de julgamento parcial e de existirem várias sentenças no mesmo procedimento é realidade chancelada pela lei. Todavia, para que a impugnação das “sentenças parciais” não viole o disposto no art. 513 do Código de Processo Civil e não tumultue o fluir do procedimento, ela – impugnação – deverá ser feita mediante a interposição de **apelação por instrumento**<sup>76</sup>.

De modo semelhante, Bruno Silveira de OLIVEIRA reconhece que a alteração da definição legal de sentença não foi meramente redacional (causando impactos na própria estrutura classificatória dos pronunciamentos judiciais) e reconhece, também, que, por outro lado, admitir apelação contra as “sentenças parciais” causaria transtornos inaceitáveis e injustificáveis ao processo<sup>77</sup>, motivo pelo qual argumenta que o recurso cabível contra elas é a **apelação por instrumento**.

---

<sup>76</sup> Fabio MILMAN sugere a adição de três parágrafos ao art. 514 do Código de Processo Civil, assim redigidos, segundo sua proposta:

*“§ 1.º. Na hipótese de sentença parcial, o apelante dirigirá a petição diretamente ao tribunal competente, atendendo aos requisitos do caput deste artigo, também informando o nome e endereço completo dos advogados constantes do processo e, no prazo de 3 (três) dias fará juntar, na origem, cópia das razões da apelação, do comprovante de sua interposição e relação das peças que a instruíram, sob pena de não conhecimento.*

*§ 2.º. A apelação a que se refere o parágrafo anterior será obrigatoriamente instruída de cópias da petição inicial, da resposta, da sentença parcial, da certidão da intimação das partes, de eventuais embargos de declaração, sua decisão e certidão da respectiva intimação, do comprovante de preparo, se exigido, e de todas e quaisquer peças que o recorrente reputar úteis à compreensão e julgamento.*

*§ 3.º. Deficiente a formação do instrumento, porque faltantes peças obrigatórias ou ausentes aquelas que possibilitem formação da compreensão acerca da controvérsia para efeito de julgamento, a apelação será de imediato não conhecida (art. 557, caput)” (MILMAN, F., artigo citado, p. 172).*

<sup>77</sup> O autor salienta que: “Ficamos, então, com três certezas: (i) o conceito de sentença mudou; (ii) da sentença cabe apelação [art. 513]; (iii) a apelação interposta de sentença que julgar um dos capítulos da demanda não pode subir nos próprios autos do processo” (OLIVEIRA, Bruno Silveira, **Um novo conceito de sentença?**, *RePro* n. 149, p. 133).

O autor, também prevendo a crítica de que sua proposta viola o *princípio da taxatividade*, sustenta o seguinte: se por um lado é verdade que não há previsão legal para que, na apelação, forme-se instrumento como ocorre no agravo, é inegável que, por outro lado, também é verdade que não há qualquer dispositivo legal no Código que obrigue que os autos que deverão subir ao tribunal sejam os originais<sup>78</sup>.

De seu turno, Jorge de Oliveira VARGAS, integrante da magistratura paranaense, partindo de idênticas premissas<sup>79</sup>, conclui que a admissão de *agravo* (e não de *apelação*) para as “sentenças parciais” fere o **princípio da correspondência**, o **princípio da igualdade** e, também, o **princípio do processo legal devido**.

Em sua ótica, uma interpretação integrada dos arts. 513 e 522 do Código de Processo Civil conduz, forçosamente, à conclusão de que a “sentença que não extingue o processo” não pode ser impugnada por meio de agravo, já que *da sentença continua a caber a interposição de apelação*. Por essa razão, o entendimento de que dessas “sentenças” cabe agravo contraria, de modo inadmissível, o **princípio da correspondência** inerente ao sistema recursal estabelecido pelo Código de Processo Civil, motivo pelo qual deve ser afastado.

Além disso, o **princípio da igualdade** e o do **processo legal devido** exige que o recurso cabível seja, de fato, o de apelação, pois, caso contrário, o litisconsorte excluído no início do procedimento não teria todas as prerrogativas conferidas ao que foi excluído apenas ao final, já que este poderá interpor apelação (dotada de maiores vantagens<sup>80</sup>) e aquele não, devendo interpor agravo.

<sup>78</sup> Conforme salienta o autor: “Como, então, permitir a subida do recurso sem a paralisação do procedimento a quo? A resposta intuitiva, ao que nos parece, é a formação de um instrumento. Não se venha a objetar, quanto ao ponto, que não há previsão legal para isso. Decerto não há (admitamos), mas, até aí, também não existe um artigo de lei – um sequer – que obrigue a subida da apelação nos próprios autos do processo. Assim é feito por sempre haver sido feito assim, em obediência ao poder silencioso da tradição. De direito posto, entretanto, nada há que nos imponha tal prática” (OLIVEIRA, B. S., artigo citado, p. 134).

<sup>79</sup> Nesse sentido: “Numa síntese conclusiva parcial pode-se afirmar que: a) pelo sistema anterior a sentença era definida pelo seu efeito de por fim ao processo, enquanto que pelo atual, o é por seu conteúdo; b) pelo sistema anterior o processo comportava apenas uma sentença, enquanto que pelo atual, várias; e, c) pelo sistema anterior, para fins recursais, a sentença que não pusesse fim ao processo, seria considerada decisão interlocutória, ou seja, só poderia ser objeto de agravo e não de apelação” (VARGAS, Jorge de Oliveira, **O novo conceito de sentença e o recurso daquela que não extingue o processo**: apelação ou agravo de instrumento?, *RePro* n. 148, p. 115).

<sup>80</sup> O autor explicitou em seu artigo as diferenças entre os regimes da apelação e do agravo de instrumento da seguinte forma: “a) apelação deve ser interposta no prazo de quinze dias (art. 508), enquanto que o agravo no de dez (art. 522); b) a apelação é interposta perante o juiz de primeiro grau e pelo mesmo não será recebida

Por tudo isso, o magistrado conclui que a Lei n. 11.232/05, mesmo que tenha alterado substancialmente os critérios de distinção entre as sentenças e as decisões interlocutórias, não gerou qualquer efeito modificativo em relação ao *padrão de correspondência do sistema recursal*.

Optou, contudo, pela inovada **apelação por instrumento**, com base na seguinte argumentação: **(a)** para preservar a celeridade da tramitação do procedimento de primeiro grau jurisdicional, pode-se optar por qualquer uma das seguintes opções: (i) primeiro, o processo pode subir ao tribunal para que a apelação seja apreciada e o procedimento em primeiro grau continuaria tramitando através de *autos suplementares*; ou (ii) segundo, a apelação poderá subir *por instrumento* ao tribunal, mantendo os autos originais em primeiro grau de jurisdição, com base em aplicação analógica do art. 583, parágrafo único, do Código de Processo Penal<sup>81</sup>; **(b)** a apelação por instrumento não fere o princípio da taxatividade dos recursos, já que não é um recurso *novo e não previsto* na legislação processual, mas é o *próprio* recurso de apelação interposto *de outro forma*; além disso, mesmo que ferisse, é de se ver que o princípio da taxatividade não poderia prevalecer sobre os princípios da *correspondência*, da *igualdade* (isonomia processual) e do *processo legal devido*<sup>82</sup>.

---

*quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal; já o agravo tem o seu juízo de admissibilidade analisado em segundo grau e será convertido em retido 'salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, (...)' (art. 522); c) em relação a apelação, regra geral, não se admite juízo de retratação (art. 463), já em relação ao agravo admite-se (arts. 523, § 2.º, e 529); d) do acórdão não unânime que reformar a sentença de mérito em grau de apelação, cabe embargos infringentes (art. 530); em se tratando de agravo, em princípio, pelo texto legal, não cabe embargos infringentes, apesar do contido na Súmula 255 do Superior Tribunal de Justiça; e) tratando-se de apelação, com as exceções previstas no § 3.º do art. 551, haverá revisor, já no recurso de agravo, não; e, f) no julgamento do recurso de apelação, poderá haver sustentação oral (art. 167 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná), no julgamento do agravo, não (§ 1.º do citado artigo)" (VARGAS, J. O., artigo citado, p. 116).*

<sup>81</sup> O dispositivo legal mencionado dispõe o seguinte: “O recurso da pronúncia subirá em traslado, quando, havendo dois ou mais réus, qualquer deles se conformar com a decisão ou todos não tiverem sido ainda intimados da pronúncia”.

<sup>82</sup> Em suas palavras: “Todavia, este argumento, por si só, não impede o recurso de apelação, pois o processo pode subir ao tribunal para ser apreciada a apelação da sentença que não pôs fim ao procedimento e continuar tramitando em primeiro grau através de autos suplementares, ou o processo, para apreciação da apelação, poderá subir por traslado, adotando-se, aí, por analogia, o contido a respeito do recurso em sentido estrito da pronúncia, no art. 583, parágrafo único, do CPP (...). A adoção de qualquer destas soluções, de ordem prática, afastaria, em princípio, os problemas sobre o recurso de apelação da decisão que não pusesse fim ao processo. Existe ainda o argumento de que a subida da apelação, por traslado, caracterizaria um novo tipo de recurso, qual seja, o de apelação por instrumento, o que iria ferir o princípio da tipicidade dos recursos. Este argumento também, ainda que pudesse ser tido como válido, não poderia prevalecer sobre os princípios da correspondência, da isonomia e do devido processo legal procedimental; além do que, não se trata de um novo



Com alguma variação – consistente na não exigência de que a apelação seja interposta por meio de instrumento – encontra-se o seguinte julgado, oriundo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná: trata-se de acórdão de relatoria do Juiz de Direito Substituto em 2º Grau Fernando César Zeni (acompanhado pelo Desembargador Sérgio Rodrigues e pelo Juiz de Direito Substituto em 2º Grau Edgard Fernando Barbosa), que afastou a preliminar de incognoscibilidade do recurso de apelação interposto contra decisão que não pôs fim à execução fiscal, através da seguinte fundamentação: o critério topológico foi suprimido do sistema do Código de Processo Civil com a promulgação da Lei n. 11.232/05, de modo que a decisão recorrida, embora não tenha extinguido a execução, tratou de matéria prevista pelo art. 267, VI, do Código de Processo Civil, o que é motivo bastante para que seja considerada sentença e, portanto, apelável<sup>83</sup>.

Por fim, após a sistematização das três vertentes doutrinárias e jurisprudenciais e a explicitação de seus argumentos e controvérsias, resta, por fim, salientar que todos, sem exceção, reconhecem que, agora, o **princípio da fungibilidade recursal** – que permite o recebimento do recurso inadequado e sua conversão no que deveria ter sido interposto – deverá ser aplicado com maior frequência, por uma razão óbvia e inquestionável: se há grave controvérsia a respeito do recurso cabível contra as decisões judiciais que, mesmo incorrendo nas hipóteses previstas nos arts. 267 e 269 do Código de Processo Civil, não encerram o procedimento de primeiro grau de jurisdição, então não se pode falar em “*erro grosseiro*”, hipótese em que o princípio da fungibilidade não pode ser aplicado.

---

*recurso, mas do mesmo, qual seja, o de apelação, assim como o recurso em sentido estrito, referido, quando sobre por traslado, não muda de nome, continua a ser recurso em sentido estrito; ou seja, a ‘apelação por instrumento’ além de não ferir o princípio da tipicidade, ainda faria observar os da correspondência, da isonomia e do devido processo legal” (VARGAS, J. O., artigo citado, p. 117).*

<sup>83</sup> A fundamentação do acórdão é a seguinte, no que diz respeito à questão: “Porém, conforme se depreende da leitura do art. 162 do CPC, os atos do juiz consistem em sentenças, decisões interlocutórias e despachos. Da leitura do § 1º deste mesmo dispositivo, com a redação dada pela Lei 11.232/05, verifica-se que sentença é o ato do juiz que implica em alguma das situações previstas nos art. 267 e 269 do CPC. Assim, ainda que a decisão proferida às f. 44/45 não tenha posto fim ao processo de execução fiscal, inegável é o seu caráter de sentença, conforme o que foi exposto, por ter sido fundada no art. 267, inc. VI, do CPC. (...). Desta feita, superado o fato de que a decisão recorrida trata-se efetivamente de sentença, verifica-se que o recurso adequado para rever tal decisão é o recurso de apelação” (TJ/PR, Apelação Cível n. 410.917-1, 1ª Câmara Cível, Juiz Relator Fernando César Zeni, 29.05.2007).

#### 4. A NOVA DEFINIÇÃO LEGAL DE SENTENÇA, A CLASSIFICAÇÃO DOS PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS E O SISTEMA RECURSAL DO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO: PRINCÍPIOS E REGRAS PERTINENTES

Depois de termos feito, no primeiro capítulo, **considerações gerais** sobre a reforma operada pela Lei n. 11.232/05 (tanto no que diz respeito à nova estrutura – sincrética – do processo, quanto aos motivos que ensejaram sua promulgação) e, no segundo capítulo, **considerações específicas** sobre as definições legais de sentença (tanto a revogada quanto a vigente), é fundamental que, agora, sejam feitas algumas **considerações críticas** em relação aos posicionamentos doutrinários a respeito da questão levantada nesse trabalho, levando-se em conta, principalmente, os **princípios inerentes ao sistema recursal brasileiro**.

Para tanto, é necessário, ainda que superficialmente, fazer algumas anotações introdutórias em relação ao **sistema recursal brasileiro**, destacando os princípios e as regras mais relevantes à solução do problema levantado na presente monografia. Feito isso, com base nas noções extraídas, procurar-se-á apreciar criticamente as propostas e as conclusões dos doutrinadores e juristas do segundo e do terceiro grupos enunciados no capítulo anterior.

Como temos reiterado ao longo de toda a exposição, diante da reformulação legal da definição de sentença, é possível, basicamente, interpretá-la de duas formas: **(a) de um lado**, é possível que, levando-se em conta a **literalidade isolada** da nova redação do § 1º do art. 162 do Código de Processo Civil, chegue-se à conclusão de que, após a promulgação da Lei n. 11.232/05, algumas decisões judiciais que anteriormente eram entendidas como *decisões interlocutórias*, passem à condição efetiva de *sentenças* (como as decisões que, por exemplo, extinguem um dos litisconsortes, rejeitem liminarmente a reconvenção ou a ação declaratória incidental etc.); mas **(b) de outro lado**, é possível que, a partir de premissas *hermenêuticas* e *metodológicas* que levem em consideração o **sistema do Código de Processo Civil** (especialmente o **sistema recursal**), chegue-se à conclusão de que, na prática, as decisões que eram – anteriormente à vigência da Lei n. 11.232/05 – sentenças continuam a ser sentenças e as decisões que eram interlocutórias continuam a ser interlocutórias, sem qualquer modificação prática ou substancial.

Desse modo, levando-se em conta a necessidade de preservar, o mais possível, o sistema do Código e, ainda, a intenção do legislador com a promulgação da Lei n. 11.232/05, parece-nos fundamental levar a efeito algumas **considerações críticas** quanto ao entendimento doutrinário que afirma ter sido modificada a **classificação dos pronunciamentos judiciais** (terceiro grupo, conforme sistematização do capítulo anterior) e eventualmente também a **regra da correspondência inerente ao sistema recursal do processo civil brasileiro** (segundo grupo).

#### 4.1. O sistema recursal brasileiro: considerações introdutórias

O processo civil, enquanto **instrumento** orientado pelo escopo de efetivar a tutela jurisdicional do direito material do autor, é marcado pela *tensão dialética* que existe entre, de um lado, a necessidade de que a tutela do direito material do autor seja entregue **tempestivamente** (sob pena de sacrifício do direito), o que pressupõe certa celeridade na tramitação do procedimento, e, de outro lado, a necessidade de que a prestação da tutela seja alcançada após um trâmite **justo** do procedimento (sob pena de comprometer a legitimidade do exercício do poder jurisdicional), o que exige o exercício pleno do contraditório e da ampla defesa pelo réu, tendo-se em vista o princípio constitucional do processo legal devido<sup>84</sup>.

Por essa razão, levando-se em conta (i) a relevância dos bens jurídicos garantidos pela ordem jurídica e discutidos nos processos judiciais, (ii) as dificuldades decorrentes da tensão entre a urgência do autor em ver seu direito material garantido e o tempo mínimo exigido para que as garantias do réu sejam preservadas e, especialmente, (iii) a premissa inquestionável de que o juiz pode falhar (porque é um ser humano antes de ser um órgão estatal investido de poder jurisdicional), foi necessário instituir uma estrutura processual que admitisse a **revisão das decisões judiciais**.

---

<sup>84</sup> Pertinente, no sentido do texto, a seguinte citação: “A *permissão ao vencido para impugnar a decisão assegura o aprimoramento do ato e, se não assegura, ao menos aumenta a possibilidade de real pacificação dos litigantes. A própria origem já revela que os meios de impugnação às resoluções judiciais tutelam relevante interesse público. Os atos do órgão judiciário nem sempre se revelam isentos de defeitos, ou vícios, quanto ao fundo e à forma. Não poderia o Estado desinteressar-se da correta aplicação do direito material e processual. O indispensável serviço de resolver lides abrange a faculdade de promover o reexame dos elementos do processo, no todo ou em parte, inculcando confiança no público*” (ASSIS, A., **Manual dos recursos**, p. 31-32).

Em termos mais simples: considerando a hipótese de um processo em que houvesse apenas uma decisão, inquestionável e definitiva, deve-se reconhecer que, depois de proferida a decisão, é possível que: (i) embora o autor tivesse razão, o juiz proferisse sentença de improcedência, sacrificando para sempre o direito de sua titularidade; ou que (ii) embora o réu tivesse razão, o juiz proferisse sentença de procedência do pedido, gerando uma situação injusta, mas imutável, à sua esfera jurídica.

Assim, com o escopo inequívoco de assegurar, o mais possível, a justiça da prestação jurisdicional, absolutamente incompatível com a idéia de decisão única, definitiva e inquestionável, o legislador instituiu a *possibilidade* (e, em certos casos específicos, a *necessidade*) de que as decisões judiciais sejam revistas, respeitados certos *limites* e satisfeitos certos *requisitos*<sup>85</sup>. Em outras palavras, o ordenamento jurídico-processual, em *regra*, **permite** que o jurisdicionado, por iniciativa sua (em homenagem ao *princípio dispositivo*) impugne decisão desfavorável às suas pretensões, com o fito de obter uma nova. Além disso, como *exceção*, **exige** que certos pronunciamentos judiciais sejam submetidos a reexame, nas hipóteses previstas no art. 475 do Código de Processo Civil<sup>86</sup>.

Partindo de tais premissas, e adentrando, superficialmente, o terreno da Teoria Geral dos Recursos, pode-se definir **recurso** como “o *remédio voluntário idôneo a*

---

<sup>85</sup> Em nada contrariando o sentido do texto, é pertinente (e necessário) citar o posicionamento crítico de Ovídio BAPTISTA: “*Encontra-se justamente, no tratamento que o legislador e a própria doutrina dão aos recursos, um dos sintomas mais claros da submissão do sistema à ideologia racionalista. Embora seja um dado de nossa experiência o fato de que os recursos constituem um dos pontos que mais contribuem para a morosidade da justiça em nosso país, ninguém está disposto a revisá-los, com o objetivo de reduzir-lhe o número ou dar-lhes disciplina que faça minimamente declinar o peso extraordinário de sua significação. Ao contrário, as modificações introduzidas no Código de Processo Civil visam a fortalecê-los ainda mais, pela transferência para os tribunais da modesta parcela de poder de que ainda desfrutavam, há alguns anos, os magistrados de primeira instância. Estamos frente ao núcleo duro do sistema, o ponto em que ele se mostra inflexível. É desta perspectiva que se percebe seu caráter autoritário. Embora seja unânime a compreensão de que o imenso caudal de recursos seja o principal fator para o emperramento da máquina judiciária, podemos estar seguros de que não teremos como livrar-nos do mal. Todos concordam em que se deveria impor uma severa revisão no sistema recursal, de modo a limitar drasticamente seu número e, especialmente quanto à apelação, os limites e seu efeito devolutivo. Apesar do consenso, podemos apostar em que o sistema será mantido*” (SILVA, Ovídio A. Baptista, **Processo e ideologia**: o paradigma racionalista, pp. 242-243).

<sup>86</sup> Nesse sentido: “*Não fica circunscrita, em regra, a um único pronunciamento a apreciação pelo organismo investido da função jurisdicional, da matéria que lhe compete julgar. Com o propósito de assegurar, na medida do possível, a justiça das decisões, contempla a lei a realização de dois ou mais exames sucessivos, ao passo que, por outro lado, a fim de evitar que se sacrifique a necessidade de segurança, cuida de limitar o número das revisões possíveis*” (BARBOSA MOREIRA, J. C., **O novo processo civil brasileiro**: exposição sistemática do procedimento, p. 113).

*ensejar, dentro do mesmo processo, a reforma, a invalidação, o esclarecimento ou a integração de decisão judicial que se impugna*”<sup>87</sup>, reconhecendo que a previsão de um **sistema recursal** se presta a oferecer um mínimo de garantia aos litigantes no sentido de que a tutela jurisdicional será, de fato, entregue a quem tiver razão, de modo *justo* (na medida em que prevê a existência de recursos) e *tempestivo* (na medida em que disciplina e limita o número de recursos cabíveis).

O **sistema recursal**, por sua vez, é um conjunto de princípios<sup>88</sup> e regras (normas) processuais destinados a tornar possível e provável a justiça das decisões judiciais e, também, destinados à equação da *tensão dialética* que se estabelece entre o **lapso temporal máximo** para que a tutela jurisdicional seja entregue ainda *tempestivamente*<sup>89</sup> e o **lapso temporal mínimo** para que a tutela jurisdicional seja entregue de modo *justo*. O raciocínio é bastante singelo: (i) se o fluir do procedimento é muito **célere**, corre-se o risco de haver pronunciamento judicial *injusto*, ou porque *falho* (na medida em que terá sido proferido sem que o **tempo mínimo** necessário à maturação do feito houvesse transcorrido), ou porque *ilegítimo* (já que foi proferido sem preservar as garantias processuais das partes litigantes); mas (ii) se o fluir do procedimento é demasiadamente **moroso**, é quase certo que haverá tutela jurisdicional *intempestiva*, porque o pronunciamento judicial que a consubstancia foi proferido além do **tempo máximo** suportável pelo autor.

---

<sup>87</sup> BARBOSA MOREIRA, J. C., **Comentários ao Código de Processo Civil.**, p. 233.

<sup>88</sup> Ver, nesse particular: “*Entendem-se por princípios fundamentais as diretrizes ideológicas que inspiram determinados setores ou o conjunto do ordenamento jurídico. Variam no tempo e no espaço e comportam oposição entre si. Em tema de recursos, a análise do modo pelo qual tais princípios se desenvolveram, aperfeiçoaram e ampliaram, ou hoje incidem, tornou-se obrigatória em razão do êxito de monografias dedicadas a tais aspectos. O prestígio contemporâneo dessa abordagem da matéria recursal decorre da nítida influência da ‘jurisprudência dos princípios’ em voga no direito brasileiro*” (ASSIS, A., obra citada, p. 67).

<sup>89</sup> Vale destacar a seguinte observação crítica a respeito da demora processual como óbice à entrega justa da tutela jurisdicional de direitos: “*Nessa linha é fácil concluir que o autor com razão é prejudicado pelo tempo da justiça na mesma medida em que o réu sem razão é por ela beneficiado. Vistas as coisas através desse ângulo, fica muito claro o valor que o tempo possui diante desses conflitos. Ademais, a morosidade do processo atinge de modo muito mais acentuado os que têm menos recursos. A demora, tratando-se de litígios envolvendo patrimônio, certamente pode ser compreendida como um custo, e esse é tanto mais árduo quanto mais dependente o autor é do valor patrimonial buscado em juízo. (...) Por isso mesmo, o autor cuja vida depende do bem em litígio pode se sentir obrigado a ceder à demora do processo, o que confere ao réu condições para a estruturação de estratégias de protelação e, em outras palavras, a possibilidade de abusar do seu direito de defesa*” (MARINONI, L. G. e ARENHART, S. C., **Teoria Geral do Processo**, pp. 191-192).

Portanto, se por um lado é verdade que mais vale uma decisão **justa** do que uma decisão **tomada rapidamente**, por outro lado também é verdade que, seja quando for (de preferência, o mais breve possível), o procedimento deve encontrar seu termo final, sob pena de inutilidade do provimento jurisdicional<sup>90</sup>. Em outras palavras, o sistema recursal é teleologicamente orientado a garantir que as decisões judiciais sejam *justas e também tempestivas*, evitando-se, desse modo, a existência de decisões *intempestivamente justas* ou *tempestivamente injustas*.

Por essa razão é que a *disciplina legal do sistema recursal* é integrada por *princípios* e *regras* que estabeleçam os **limites** (quer os referentes à *amplitude* quer à *profundidade* do objeto recursal), os **requisitos** e **pressupostos de admissibilidade** (tanto os *intrínsecos* quanto os *extrínsecos*), os **efeitos de interposição** e as demais particularidades dos recursos: para preservar a legitimidade dos meios procedimentais (aspecto *formal*) e a justiça dos pronunciamentos e decisões judiciais (aspecto *substancial*) do exercício do poder jurisdicional.

No âmbito dos *princípios* e das *regras* que integram o regramento constitucional e infraconstitucional do sistema recursal brasileiro, encontramos, basicamente, os seguintes, sumariamente descritos a seguir: **(a) o princípio do duplo grau de jurisdição**, que, consistente em garantia inerente ao processo legal devido, permite a *impugnação* das decisões judiciais e, portanto, o *reexame* delas por outro órgão da jurisdição, para evitar *errores in procedendo* e *errores in judicando*; segundo a maior parte da doutrina<sup>91</sup>, trata-se de princípio de índole constitucional, que, apesar

<sup>90</sup> Quanto à questão da tensão dialética entre celeridade e justiça, a lição deixada por Araken de ASSIS é definitiva, bem resumindo a idéia transcrita no texto: “*Em qualquer processo, independentemente de sua função predominante – cognição, execução e cautelar -, as partes opõem duas forças parcialmente antagônicas. Por um lado, os litigantes aspiram à vitória perante o adversário, objetivo racionalizado com um imperativo da mais inequívoca justiça; de outra parte, à sociedade interessa, sobretudo, restaurar a paz social – finalidade precípua do processo e que sobrepuja os interesses individuais das partes. O delicado equilíbrio consiste em impor desfecho rápido e justo ao processo. No entanto, celeridade e justiça nem sempre se conjugam em medidas iguais. Frequentemente, a formulação perfeita da regra jurídica particular, bem como sua efetiva atuação no mundo real, exigem tempo largo para sopesar, medir, ponderar, agir. E menosprezar a rapidez não raro ceifa a própria justiça, porque colhida tardiamente. Bem se compreende, então, o art. 5.º, LXXVIII, da CF/1988, introduzido pela EC 45, de 08.12.2004, enunciar como direito fundamental a ‘razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade da sua tramitação’.* Não se almeja com a disposição, evidentemente, obter uma solução de qualquer conteúdo, desde que expedita e fulminante, mas proclamar e promover o equilíbrio entre os valores justiça e celeridade” (ASSIS, A., obra citada, p. 68).

<sup>91</sup> No sentido do texto: Nelson Luiz PINTO, Calmon de PASSOS, Teresa Arruda Alvim WAMBIER, Fredie DIDIER JR., Leonardo José Carneiro da CUNHA, Araken de ASSIS, entre outros.

disso, comporta exceções<sup>92</sup>; **(b)** o princípio da taxatividade, que se refere à exigência de que a enumeração dos recursos (prevista no Código de Processo Civil ou em lei federal diversa) seja *taxativa (numerus clausus)*, vedando-se que qualquer interpretação analógica ou extensiva ou, ainda, que lei estadual ou norma regimental “criem” novos recursos; **(c)** o princípio da singularidade, que, ressalvadas algumas exceções<sup>93</sup>, veda a interposição simultânea de dois recursos contra a mesma decisão judicial, pois, em regra, para cada decisão há *um recurso adequado e somente um*; **(d)** o princípio da fungibilidade, por força do qual é possível que o recurso inadequado seja *convertido* no recurso adequado e, então, *recebido e conhecido* como tal, sempre que haja *dúvida razoável* e não se trate de *erro grosseiro*, sendo controversa, tanto na doutrina quanto na jurisprudência, o requisito atinente ao prazo de interposição<sup>94</sup>; **(e)** o princípio da proibição da *reformatio in pejus*, por meio do qual o sistema recursal brasileiro não admite reforma que implique *situação prática mais desfavorável* ao recorrente, exceto quando a reforma para pior seja resultado da apreciação de uma questão cognoscível de ofício ou alegada pela parte contrária em recurso respectivo; **(f)** o princípio da dialeticidade, que impõe à parte o *ônus processual* de motivar o recurso no ato da interposição, impugnando os fundamentos da decisão recorrida, sob pena de seu recurso não poder ser conhecido por ausência de *regularidade formal*; e

<sup>92</sup> Como ocorre, por exemplo, com o permissivo legal insculpido no art. 515, § 3º do Código de Processo Civil, que torna possível ao órgão colegiado do tribunal julgar, desde logo, o mérito, desde que a causa verse exclusivamente sobre questão de direito ou que, versando também sobre questão de fato, o feito já esteja maduro para julgamento.

<sup>93</sup> Como, por exemplo, a interposição simultânea de *recurso especial* e de *recurso extraordinário* contra acórdão objetivamente complexo.

<sup>94</sup> No sentido de que é inadmissível exigir que o recorrente interponha o recurso impróprio no prazo do recurso próprio: **(a)** “Exigir-se que a apelação seja interposta no prazo ‘menor’, em 10 (dez) dias, é deixar de aplicar o princípio da fungibilidade, configurando ofensa ao princípio constitucional do acesso à justiça” (NERY JUNIOR, Nelson et al, **Código de processo civil comentado e legislação extravagante**, p. 809); “o recurso interposto há eu respeitar o prazo daquele que deveria ter sido – não se reputa correta a exigência desse pressuposto, pois as situações de dúvida podem envolver recursos com prazos diferentes (agravo de instrumento e apelação, por exemplo), quando, então, o respeito ao prazo seria imposição que esvaziaria a utilidade do princípio” (DIDIER JR et al, **Curso de direito processual civil**, v. 3, p. 44); “Essa exigência é inadmissível, por duas ordens de razões: a) não se proporciona à parte a garantia constitucional do due process of law, abreviando-se o prazo do recurso; b) não se estaria aplicando realmente o princípio da fungibilidade recursal, pois, se havia dúvida, e se a parte optou por um dos recursos, a opção deveria ter sido feita integralmente” (WAMBIER, L. R. et alli, **Curso avançado de processo civil**, v. 1, p. 524; “No entanto, a exigência representa flagrante excesso e, na prática, impede a troca na sua plenitude. A gravíssima restrição inculca a necessidade de o recorrente, a título de precaução, interpor o recurso no menor prazo contemplado na lei, e, desse modo, tornando a questão teórica. O único requisito a observar, nesse âmbito, é o da tempestividade do recurso impróprio” (ASSIS, A., obra citada, p. 93).

(g) o princípio da correspondência, por força do qual pode-se afirmar que há perfeita *correspondência* ou *correlação* entre a *natureza* do ato judicial impugnável e o *recurso* cabível contra ele, de modo que: (i) segundo o art. 513 do Código de Processo Civil, a **sentença** (art. 162, § 1º, CPC, reformado pela Lei n. 11.232/05) é impugnável mediante interposição do recurso de *apelação*; (ii) consoante o teor do art. 522 do Código de Processo Civil, da **decisão interlocutória** (art. 162, § 2º, CPC) cabe *agravo*; e (iii) de acordo com o art. 504 do Código de Processo Civil, os **despachos** (art. 162, § 3º) são *irrecorríveis*, pois sua carga decisória é nula ou irrelevante.

Embora todos os princípios que compõem o sistema recursal brasileiro sejam importantes para garantir a legitimidade formal e substancial do exercício do poder jurisdicional, alguns deles são particularmente importantes para a análise da questão abordada na presente pesquisa monográfica, pois: **(a)** a análise do **princípio do duplo grau de jurisdição** pode embasar a conclusão de que a reforma da definição legal de sentença era medida *desnecessária*, porque tal análise serve para demonstrar que a expressão “*põe termo ao processo*” (constante da redação revogada do art. 162, § 1º, CPC) já era *incompatível* com o sistema do Código (e, por consequência, que essa expressão não se tornou incompatível apenas com a reforma estrutural feita pela Lei n. 11.232/05), pois, considerando-se o procedimento recursal posterior à prolação da sentença, é possível afirmar que a sentença nunca teve a propriedade de, a rigor, extinguir *o processo*; **(b)** a análise do **princípio da taxatividade dos recursos** é fundamental para que se possa averiguar a (in)viabilidade legal da proposta de interpor “*apelação por instrumento*” contra as decisões judiciais que, apesar de guardarem conformidade com o art. 267 ou com o 269 do Código de Processo Civil, não extinguem o procedimento de primeiro grau jurisdicional; **(c)** a análise do **princípio da fungibilidade recursal** torna-se necessária, pois, com a reforma do art. 162, § 1º, do Código de Processo Civil, o recurso cabível contra uma decisão que, por exemplo, exclua um litisconsorte ou rejeite liminarmente a reconvenção ou a declaratória incidental, tornou-se, novamente, objeto de *dúvidas* (evidentemente *razoáveis*) e controvérsias doutrinárias e jurisprudenciais; e, finalmente, **(d)** a análise do **princípio da correspondência ou da correlação** pode oferecer óbice legal definitivo à proposta doutrinária dos autores que, entendendo que tais decisões são sentenças (porque



incorrem nas situações previstas no art. 267 ou no art. 269 do Código de Processo Civil), afirmam que razões de ordem pragmática exigem que, apesar disso, elas sejam impugnadas mediante interposição de *agravo* e não de *apelação* (art. 513, CPC).

#### **4.2. Interpretação isolada e restritiva do § 1º do art. 162 do Código de Processo Civil: críticas possíveis**

Tanto o segundo quanto o terceiro grupos sistematizados no capítulo anterior endossam o entendimento de que a nova definição legal de sentença, por ter abandonado definitivamente o *critério topológico*, rompeu com a **estrutura da classificação dos pronunciamentos judiciais**, de modo a converter algumas *decisões interlocutórias* em verdadeiras *sentenças*.

Isso porque, segundo nos parece, seus integrantes levam em consideração *apenas* o teor da nova redação do § 1º do art. 162 do Código de Processo Civil, o que constitui **interpretação isolada e restritiva** desse dispositivo legal, sem observar (nem tentar compatibilizá-lo com) outros *princípios* e outras *regras* que informam o **sistema do Código**.

A seguir, procuraremos, de modo sistemático, expor alguns argumentos que parecem inviabilizar a conclusão desses dois grupos, como forma de contribuir para o debate e, assim, amadurecê-lo.

##### **4.2.1. Princípios pertinentes**

De todos os **princípios** que conformam o sistema recursal estabelecido pelo Código de Processo Civil, três adquirem importância fundamental no que diz respeito ao presente trabalho monográfico: (a) o **princípio do duplo grau de jurisdição**, por força do qual a redação revogada do § 1º do art. 162 do Código de Processo Civil nunca foi, a rigor, tecnicamente correta, haja vista que, proferida a sentença, o *processo* não terminava, mas apenas o *procedimento de primeiro grau de jurisdição* (diante da evidente continuidade do processo perante o tribunal); (b) o **princípio da taxatividade**, segundo o qual o rol de recursos previstos em legislação federal é *taxativa (numerus clausus)*, o que, possivelmente, inviabilizará a proposta de

“*apelação por instrumento*” sugerida pelos autores que integram o terceiro grupo; e (c) o **princípio da fungibilidade**, que deverá ser, a partir de agora, amplamente empregado nos tribunais, diante da controvérsia doutrinária e jurisprudencial a respeito do recurso cabível contra as decisões judiciais que, guardando conformidade com os arts. 267 e 269 do Código de Processo Civil, não extinguem o procedimento em primeiro grau.

4.2.1.1. O princípio do duplo grau de jurisdição: a expressão “põe termo ao processo”, a rigor, já não era compatível com a definição revogada

O **princípio do duplo grau de jurisdição**, destinado a harmonizar a tensão dialética entre a *tempestividade* (que pressupõe urgência) e a *justiça* (que não é compatível com a violação de garantias que exigem tempo para serem respeitadas) da tutela jurisdicional, permite que o vencido na primeira apreciação judicial da demanda provoque outra avaliação do caso concreto por órgão judiciário diverso e hierarquicamente superior<sup>95</sup>.

O **fundamento político-jurídico** que confere legitimidade e, portanto, é inerente ao princípio do duplo grau de jurisdição pode ser assim resumido: **(a) por um lado**, à idéia de justiça repugna juízos inquestionáveis, irrecorríveis e imutáveis, sendo-lhe incompatíveis, também, decisões proferidas de afogadilho, motivo pelo qual é necessário garantir a possibilidade (e, em certos casos, inclusive a necessidade) de que os pronunciamentos judiciais sejam revistos<sup>96</sup>; mas **(b) por outro lado**, a mesma idéia de justiça, que, como visto, não pode ser alcançada sem que transcorra razoável lapso temporal, tornar-se-ia evidentemente irrealizável, caso não houvesse limites às impugnações e revisões dos atos judiciais, pelo simples fato de que o processo, nessa hipótese, não encontraria termo final.

<sup>95</sup> No sentido do texto: “*Para dissipar a tensão gerada por essas forças incomensuráveis, os ordenamentos jurídicos, ao longo dos séculos, forjaram engenhosa solução de compromisso. Ao vencido na primeira apresentação da solução do conflito, raramente convencido desse resultado, a lei confere o direito de provocar outra avaliação do seu alegado direito, de ordinário perante órgão judiciário diverso e de superior hierarquia*” (ASSIS, A., obra citada, p. 68).

<sup>96</sup> Assim: “*Por outro lado, sem o duplo grau de jurisdição correr-se-ia o risco de o juiz julgar-se soberano e infalível, tornando-se despótico, na medida em que suas decisões jamais seriam reexaminadas. Isto atentaria contra o próprio Estado de Direito, princípio basilar sobre o qual se assenta o Estado brasileiro*”. (PINTO, N. L., obra citada, p. 81).

Em uma frase, o princípio do duplo grau de jurisdição, garante, de um lado, que não haja pronunciamento judicial proferido em instância única e, de outro lado, impede que seja aberta a possibilidade de reapreciação indefinida dos provimentos jurisdicionais, buscando, portanto, conciliar o delicado equilíbrio que deve existir entre o *tempo máximo* necessário à *tempestividade* da tutela e o *tempo mínimo* necessário à *justiça* da tutela.

Deixando de lado outras questões, que, embora relacionadas ao princípio do duplo grau de jurisdição, não têm pertinência à investigação feita pelo presente trabalho (como a ponderação de argumentos favoráveis e contrários ao duplo grau de jurisdição ou a questão referente ao *status* constitucional ou infraconstitucional do princípio, por exemplo), pode-se sumariar este princípio da seguinte forma: tecnicamente, em seu sentido próprio, o princípio do duplo grau de jurisdição enseja a *reapreciação* do ato decisório por um órgão jurisdicional *hierarquicamente superior*, mediante a interposição do *recurso adequado*, com o fito de evitar erros e imperfeições da decisão impugnada, quer os vícios de juízo (*errores in iudicando*), quer os vícios de atividade (*errores in procedendo*).

Com base nisso, a partir de um raciocínio *pura e simplesmente lógico*, é fácil e inevitável a conclusão de que: **se** o processo (em sua integralidade) continuava fluindo com o *procedimento recursal perante o tribunal*, **então** ele – o processo – não poderia ter se *encerrado* com a prolação da sentença.

Essa conclusão – que nos parece ser absolutamente inquestionável – nos conduz à idéia de que a expressão “*põe termo ao processo*” (constante da definição revogada de sentença) não se tornou incompatível apenas com a reforma operada pela Lei n. 11.232/05, pois, como é evidente, já era incompatível, a rigor, com o próprio sistema do Código.

Tanto é assim que a doutrina e a jurisprudência, mesmo antes da reforma, já haviam criticado essa expressão, demonstrando que a sentença nunca pôs termo *ao processo*, mas apenas ao *procedimento de primeiro grau de jurisdição*<sup>97</sup>.

---

<sup>97</sup> Por todos, ver, nesse sentido: “Segundo o Código de Processo Civil, sentença seria o ato que põe fim ao processo, com ou sem extinção do mérito (CPC, art. 162, § 1º); mas essa definição não corresponde inteiramente à realidade, porque o processo só se extinguirá realmente se contra a sentença não vier a ser interposto recurso e a causa não for daquelas sujeitas ao necessário duplo grau de jurisdição (art. 475). Ela é o último ato do procedimento em primeiro grau de jurisdição e realmente lhe põe fim mas, naquelas hipóteses, o

Como se vê, é equivocado afirmar que “antes da Lei n. 11.232/05 a sentença extinguia o processo, mas hoje não mais”, pois a sentença *nunca* extinguiu o processo, mas, tão-só, o *procedimento de primeiro grau de jurisdição*. Aliás, é bastante provável (quase certo, diga-se) que se a redação revogada trouxesse “*procedimento de primeiro grau de jurisdição*” ao invés de “*processo*”, a redefinição legal de sentença não seria medida sentida como necessária pelo legislador federal e, portanto, todo o problema investigado no presente trabalho não teria existido.

Por fim, resta-nos dizer que, diante dessas considerações, é também possível concluir que interpretar a modificação da definição legal de sentença como um *abandono definitivo do critério topológico* (entendido em sua real dimensão, isto é, entendendo a sentença como o pronunciamento judicial proferido ao final do *procedimento de primeiro grau* e não ao final do *processo*) significa dar um passo largo demais<sup>98</sup>. Isso é assim, pois, evidentemente, não é porque a sentença *não extingue o processo*, que não extinguirá *nem mesmo o procedimento de primeiro grau* (diante das diferenças *lógicas* e *ontológicas* entre um e outro).

Assim, levando-se em conta o **princípio do duplo grau de jurisdição**, chega-se à conclusão inarredável de que para a correção do equívoco da redação anterior do § 1º do art. 162 do Código de Processo Civil bastaria a **substituição** da expressão “*põe termo ao processo*” por “*põe termo ao procedimento de primeiro grau de jurisdição*”, não sendo *necessário* (como indica parte da doutrina, hoje) – nem mesmo *possível*, sob pena de tumultuar o sistema recursal – a **supressão** do *critério topológico*.

Em suma: a correta análise do **princípio do duplo grau de jurisdição** exige que a *interpretação* do novo dispositivo legal que define sentença não se dê de forma

---

processo não termina com a prolação da sentença e prossegue perante os tribunais – porque a interposição de um recurso não dá origem a um processo novo, mas a um outro procedimento, no mesmo processo (procedimento recursal). Melhor será conceituar a sentença, portanto, como o ato cujo principal efeito processual é o de extinguir o processo – com a consciência de que nem sempre esse efeito se produzirá (supra, n. 651). Pode-se também dizer que ela é o ato que põe fim ao procedimento em primeiro grau de jurisdição (no processo de conhecimento, com ou sem julgamento do mérito)” (DINAMARCO, C. R., **Instituições de Direito Processual Civil**, v. III, item 1.216).

<sup>98</sup> Nesse sentido, em publicação posterior à Lei n. 11.232/05, afirmou BARBOSA MOREIRA: “A *apelação* é o recurso cabível contra a sentença (art. 513), isto é, contra o ato pelo qual o juiz põe fim à fase cognitiva do procedimento de primeiro grau, resolvendo ou não o mérito (art. 162, § 1º, combinado com os arts. 267 e 269), ou à execução (art. 795), ou ainda a processo cautelar. (...) A caracterização do pronunciamento como ‘sentença’ há de fazer-se à luz do conceito estabelecido no art. 162, § 1º (na redação, tecnicamente criticável, da Lei nº 11.232), prevalecendo esse critério sobre o puramente literal” (BARBOSA MOREIRA, J. C., obra citada, p. 131).

isolada e restritiva, pois que, assim, chegar-se-á às conclusões – equivocadas a nosso ver – de (i) que o critério topológico foi *definitivamente abandonado* pelo Código de Processo Civil, (ii) que algumas decisões que anteriormente eram entendidas como *decisões interlocutórias* são, hoje, *sentenças* e, finalmente, (iii) que é possível haver mais de uma sentença ao longo do procedimento de primeiro grau jurisdicional.

4.2.1.2. O princípio da taxatividade: a proposta de interposição de “apelação por instrumento” das “sentenças” proferidas no curso do processo é legalmente inviável

O **princípio da taxatividade**, profundamente vinculado ao *princípio da legalidade* e diretamente relacionado a uma *determinação constitucional* (art. 22, I, da CR), consiste no fato de que a enumeração dos recursos deve ser *taxativa e expressamente prevista em lei federal*, proibindo-se, desse modo: (i) que as partes, os Estados, os Municípios e os tribunais instituam, modifiquem ou extingam recursos<sup>99</sup> e (ii) que a interpretação das normas que tipificam as espécies de recursos seja *analógica ou extensiva*<sup>100</sup>.

Conforme declinado nas considerações introdutórias a respeito do **sistema recursal brasileiro**, razões elementares e inafastáveis, relativas à efetividade do processo, exigem que ele – processo – seja extinto após a fluência de lapso temporal razoável (nem mais exíguo que o *mínimo* nem mais prolongado que o *máximo*).

Nesse contexto, o **princípio da taxatividade** desempenha papel de relevância notável, já que, caso não houvesse a limitação por ele promovida, seria facultado ao vencido a possibilidade de, sempre, impugnar pronunciamentos a ele desfavoráveis, o

---

<sup>99</sup> Nesse sentido: “*Também chamado de princípio da legalidade, consiste na exigência constitucional (art. 22, I, da CF) de que a enumeração dos recursos seja taxativamente prevista em lei, em lei federal. Não é deixada ao arbítrio das partes, nem para a competência dos Estados ou Município, tampouco para os regimentos internos dos tribunais, a tarefa de criar recursos, modificá-los ou extingui-los*” (PINTO, N. L., obra citada, p. 82).

<sup>100</sup> Assim: “*Segundo esse princípio, só há os recursos que a lei federal prevê. As normas processuais que tipificam os recursos, criando-os, não podem ser interpretadas extensivamente ou analogicamente. Assim, a taxatividade dos recursos significa a necessidade de que sejam criados por lei federal, nada impedindo, portanto, que haja recursos, previstos por outras leis federais, fora do sistema do Código de Processo Civil*” (WAMBIER, L. R. e outros, obra citada, pp. 522-523).

que faria com que o processo se prolongasse indefinidamente ou que o seu término estivesse condicionado à aquiescência do vencido<sup>101</sup>.

Diante disso, como é evidente, o **princípio da taxatividade** é especialmente relevante para a questão tratada na presente investigação, na medida em que oferece *óbice definitivo* à proposta de que seja interposta “*apelação por instrumento*” das decisões judiciais que, embora guardem conformidade com os arts. 267 e 269 do Código de Processo Civil, não ponham fim ao procedimento de primeiro grau de jurisdição (terceiro grupo, conforme sistematização feita no capítulo anterior). Isso porque não há, na legislação federal, a previsão de “*apelação por instrumento*”.

Mesmo assim, os autores que sugerem a interposição de “*apelação por instrumento*” daquelas decisões (tratadas, por eles, como “*sentenças proferidas no curso do processo*” ou “*sentenças parciais*”) afastam esse argumento, sustentando que a “*apelação por instrumento*” é, antes de tudo, *apelação* (e não *recurso novo*), motivo pelo qual, dizem, suas propostas não violam o princípio da taxatividade<sup>102</sup>.

Todavia, o argumento parece-nos fragilíssimo porque reduz a real dimensão do princípio da taxatividade, limitando-o à exigência de que haja previsão, apenas, do *nomen iuris* do recurso. Todavia, o princípio da taxatividade não exige apenas que o

<sup>101</sup> Quanto à relação entre a duração razoável do processo e o princípio da taxatividade: “*Nenhum ordenamento jurídico pode deixar à autonomia dos litigantes a instituição dos meios hábeis para impugnar as resoluções judiciais. Razões do mais elevado interesse público exigem que os litígios sejam extintos no menor tempo possível. Esse objetivo jamais se mostraria realizável na hipótese de o vencido, por iniciativa própria, criar mecanismo para impugnar o pronunciamento do órgão judiciário. Em tal contingência, o processo se prolongaria indefinidamente ou, no mínimo, seu término dependeria da aquiescência do vencido ao provimento*” (ASSIS, A., obra citada, p. 77).

<sup>102</sup> Refutando a crítica de que suas propostas violam o princípio da taxatividade: “*Este argumento também, ainda que pudesse ser tido como válido, não poderia prevalecer sobre os princípios da correspondência, da isonomia e do devido processo legal procedimental; além do que, não se trata de um novo recurso, mas do mesmo, qual seja, o de apelação, assim como o recurso em sentido estrito, referido, quando sobe por traslado, não muda de nome, continua a ser recurso em sentido estrito; ou seja, a ‘apelação por instrumento’ além de não ferir o princípio da tipicidade, ainda faria observar os da correspondência, da isonomia e do devido processo legal*” (VARGAS, J. O., artigo citado, p. 117); “*Não se venha objetar, quanto ao ponto, que não há previsão legal para isso. Decerto não há (admitamos), mas, até aí, também não existe um artigo de lei – um sequer – que obrigue a subida da apelação nos próprios autos do processo. Assim é feito por sempre haver sido feito assim, em obediência ao poder silencioso da tradição. De direito posto, entretanto, nada há que nos imponha tal prática*” (OLIVEIRA, B. S., artigo citado, p. 134); e “*Óbice comumente articulado está no fato de que a apelação por instrumento feriria o princípio da taxatividade. Com a devida vênia, não há criação de recurso novo, mas sim, emprego da apelação consagrada no Código de Processo Civil com estreita obediência a toda sorte de seus pressupostos – ofertada por escrito em quinze dias perante o juízo que proferiu a sentença, acompanhada da prova do preparo, recebida nos efeitos previstos no art. 520 do CPC, com oportunidade de resposta em quinze dias, distribuição a relator, atuação de revisor, possibilidade de sustentação oral etc. Apenas o que se agrega ao ritual ortodoxo é a remessa do recurso na forma de fotocópias em caderno próprio, condição que em nada descaracteriza a apelação*” (MILMAN, F., artigo citado, p. 169).

**nome** do recurso seja previsto em lei federal (hipótese em que o argumento seria aceitável), mas, mais do que isso, exige também que haja, em lei federal, a **completa e efetiva disciplina** dos *pressupostos*, dos *efeitos* e do *procedimento* de cada espécie de recurso<sup>103</sup>, donde se extrai a inconsistência do argumento. Essa, pois, é a real dimensão e o verdadeiro alcance do princípio em discussão.

Desse modo, lembrando-se de que o princípio da taxatividade veda *interpretações extensivas e analógicas* relativas às espécies de recursos, não se pode preencher a omissão atinente ao procedimento da “*apelação por instrumento*” com mecanismos analógicos propostos pela doutrina, mais um motivo pelo qual a proposta deve ser refutada.

Portanto, é de se concluir que, até que o legislador insira regramento procedimental específico à famigerada “*apelação por instrumento*” (partindo-se, aqui, da premissa – questionável – de que isso seria algo positivo ou necessário), a proposta do terceiro grupo é absolutamente inviável, por flagrante e absoluta violação ao **princípio da taxatividade** e, portanto, ao **princípio da legalidade**.

4.2.1.3. O princípio da fungibilidade: necessidade de utilização para os recursos interpostos em face das decisões judiciais que, mesmo tratando das matérias previstas nos arts. 267 e 269, não põem termo ao procedimento de primeiro grau jurisdicional

Devido às não poucas dúvidas que eram geradas pelo sistema recursal previsto pelo Código de Processo Civil de 1939, o **princípio da fungibilidade** era expressamente previsto em seu art. 810<sup>104</sup>, consistindo em verdadeira técnica processual destinada a superar – ou, pelo menos, minimizar – os efeitos negativos que tais dúvidas geravam aos jurisdicionados. Com o Código de Processo Civil de 1973 –

---

<sup>103</sup> Também assim: “A fragilidade dessa alegação já denuncia a sua completa insipidez. O princípio da taxatividade vai além da mera tipicidade recursal, a ponto exigir, sim, a efetiva e integral disciplina recursal por lei, com todos os seus pressupostos de admissibilidade, o seu rito e os efeitos de seu julgamento de mérito. Assim é que, se vingasse essa idéia, esse princípio seria malferido duplamente – a um, por que esse suposto recurso não teria sido concebido por lei federal e, a dois, porque não haveria lei para regulá-lo” (ANDRADE, Haroldo Serrano de, **Uma releitura da sentença civil e a apelação por instrumento**, artigo extraído da *Internet*).

<sup>104</sup> O art. 810 do Código de Processo Civil de 1939 assim dispunha: “Salvo a hipótese de má-fé ou erro grosseiro, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro, devendo os autos ser enviados à câmara, ou turma, a que competir o julgamento”.

como visto acima – tais dúvidas foram quase que definitivamente sanadas, devido ao seu pragmatismo inerente à *classificação dos pronunciamentos judiciais*, o que explica a supressão de previsão expressa relativa ao princípio da fungibilidade – que, todavia, não inviabilizou sua aplicação<sup>105</sup>.

Em suma, o **princípio da fungibilidade**, que consiste em inequívoca derivação do **princípio da instrumentalidade das formas**, permite a conversão do recurso inadequadamente interposto no recurso efetivamente cabível, sempre que haja *dúvida objetiva* (o que afasta as hipóteses de *erro grosseiro*, evidentemente) e, também, que não haja *transcorrido o prazo recursal*<sup>106</sup>.

Em relação aos **requisitos** estabelecidos pela doutrina e pela jurisprudência, é de se destacar o seguinte: segundo orientação predominante, para que o **princípio da fungibilidade** seja *aplicado* é necessário que: **(a)** haja “*dúvida objetiva*” quanto ao recurso cabível em face de determinada decisão judicial, seja por deficiência de redação legal ou por controvérsia doutrinária ou jurisprudencial a respeito<sup>107</sup>; **(b)** não haja *erro grosseiro* na interposição do recurso inadequado, o que se verifica quando não existe justificativa para que o recurso adequado não fosse interposto, seja porque a lei é clara, seja porque a doutrina e a jurisprudência não divergem a respeito da questão; na verdade, tal requisito parece ser, apenas, a reprodução do primeiro na

---

<sup>105</sup> Nesse particular: “A fungibilidade dos recursos vinha prevista expressamente no art. 810 do CPC de 1939, não tendo, entretanto, constado do Código de 1973. (...). Este dispositivo resolvia o grave problema enfrentado pelas partes em face do complicado sistema recursal do Código de 1939. Nos primeiros anos de vigência do atual Código de Processo Civil a jurisprudência brasileira inclinava-se por não considerar vigente o princípio da fungibilidade recursal, em face das disposições do Código de 1973, que estabeleciam, à primeira vista, uma exata e precisa correspondência entre as espécies de decisões judiciais e os recursos contra elas cabíveis. Entretanto, acabou prevalecendo a corrente contrária, admitindo a aplicação do princípio da fungibilidade mesmo sem sua previsão expressa em lei” (PINTO, N. L., obra citada, p. 84).

<sup>106</sup> Quanto à definição do **princípio da fungibilidade**, ver, por exemplo: **(a)** “O princípio da fungibilidade dos recursos consiste na possibilidade de que, sempre que exista *dúvida objetiva* a respeito de qual o recurso cabível contra determinada decisão judicial, caso seja interposto pela parte o recurso que o juiz ou o tribunal competente para recebê-lo entenda não ser o cabível contra aquela decisão, seja ele recebido, processado e conhecido como se o outro, entendido como o correto, tivesse sido interposto. Trata-se do recebimento de um recurso como outro, adaptando-se o nome júrís e o procedimento” (PINTO, N. L., obra citada, p. 84); **(b)** “É aquele pelo qual se permite a conversão de um recurso em outro, no caso de equívoco da parte, desde que não houvesse erro grosseiro ou não tenha precluído o prazo para a interposição. Trata-se de aplicação específica do princípio da instrumentalidade das formas” (DIDIER, F. D. e CUNHA, L. J. C., obra citada, p. 44).

<sup>107</sup> Quanto à chamada “*dúvida objetiva*”, prudente a citação do seguinte excerto: “‘Dúvida objetiva’: não obstante a expressão um pouco equívoca, pois *dúvida* é sempre subjetiva, significa que é necessário existir uma *dúvida* razoavelmente aceita, a partir de elementos objetivos, como a equivocidade de texto da lei (sentença incidente do art. 325 do CPC; art. 17 da Lei da Assistência Judiciária) ou as divergências doutrinárias (indeferimento liminar da reconvenção, p. ex.)” (DIDIER, F. D. e CUNHA, L. J. C., obra citada, p. 44).



*forma negativa*, pois, logicamente, se há *dúvida objetiva*, então não há *erro grosseiro*<sup>108</sup>; e, finalmente, (c) o *prazo do recurso adequado* (e não do recurso inadequadamente interposto) seja respeitado, o que constitui exigência injustificável, pois se a interposição de recurso inadequado é *convalidada* pelo princípio da fungibilidade, então o prazo a ser considerado é o do recurso *inadequado* e não o do recurso *interposto*, sob pena de o princípio, na prática, não ser aplicado em sua plenitude<sup>109</sup>.

Levando-se em consideração as considerações acima, pode-se chegar à conclusão de que há *apenas um requisito* para a aplicação do princípio da fungibilidade recursal, que é a *dúvida objetiva quanto ao recurso cabível*, por duas razões: (a) de um lado, porque a ocorrência de dúvida objetiva já é incompatível, por si mesma, com o conceito de *erro grosseiro*, de modo que, obviamente, exigir que haja dúvida objetiva e exigir que não haja erro grosseiro é uma só exigência referida de formas diferentes (primeiro, na forma positiva – “*deve haver dúvida objetiva*” – e, segundo, na forma negativa – “*não pode se tratar de erro grosseiro*”); e (b) de outro lado, porque a exigência relativa ao *prazo do recurso cabível* (e não do recurso *interposto*) é óbice evidente e insuperável à correta e integral aplicação do princípio da fungibilidade<sup>110</sup>.

Feitas essas considerações, a pertinência do **princípio da fungibilidade** para o problema levantado no presente trabalho torna-se evidente: se há divergências

---

<sup>108</sup> Quanto ao chamado “erro grosseiro”, ver: “*Erro grosseiro se configura, efetivamente, na hipótese de a parte interpor recurso diferente do expressa e desnecessariamente apontado como próprio no dispositivo legal*” (ASSIS, A., obra citada, p. 92).

<sup>109</sup> Quanto à falta de razoabilidade da exigência atinente ao prazo do recurso adequado: “*Outra exigência que carece de sentido é a de que o recurso interposto, se tiver um prazo eventualmente maior do que aquele outro que poderia ter sido interposto, seja interposto no prazo do menor. Essa exigência é inadmissível, por duas ordens de razões: a) não se proporcionaria à parte a garantia constitucional do due process of law, abreviando-se o prazo do recurso; b) não se estaria aplicando realmente o princípio da fungibilidade recursal, pois, se havia dúvida, e se a parte optou por um dos recursos, a opção deveria ter sido feita integralmente*” (WAMBIER, L. R. e outros, obra citada, p. 524).

<sup>110</sup> No sentido do texto: “*Com relação aos requisitos para sua aplicação, basta, em verdade, que exista dúvida objetiva a respeito de qual o recurso cabível (por ‘dúvida objetiva’ entende-se a existência de controvérsia na doutrina e na jurisprudência), pois essa dúvida plenamente justificável, e que não é subjetiva da parte, afasta necessariamente a ocorrência de erro grosseiro e de má-fé, que eram os requisitos exigidos pelos (sic) Código de 1939. (...) Basta, portanto, a nosso ver – e de acordo com boa parte da doutrina –, a existência de dúvida objetiva, independentemente da aferição da boa-fé do recorrente, para que o princípio da fungibilidade seja aplicado, admitindo-se um recurso como se outro fosse, aceitando-se todas as características do recurso interposto e substituindo-o integralmente, inclusive quanto ao prazo*” (PINTO, N. L., obra citada, pp. 85-86).

doutrinárias e jurisprudenciais quanto ao recurso cabível contra as decisões que, mesmo tratando das matérias explicitadas nos arts. 267 e 269 do Código de Processo Civil, não extinguem o processo, **então** os juízes não poderão deixar de receber nem o recurso de agravo nem o recurso de apelação interpostos contra elas, já que não se pode falar em *erro grosseiro* nessas circunstâncias<sup>111</sup>.

Aliás, o próprio III Curso Regional de Atualização para Magistrados – realizado em Curitiba, de 21 a 28 de julho de 2006, estabeleceu, em sua conclusão n. 1 que: *“Se em uma decisão saneadora houver um capítulo com resolução de mérito e/ou sem resolução de mérito, prosseguindo o processo em relação às demais questões, por não se encontrar consolidada a jurisprudência e a doutrina, em vista das recentes modificações do Código de Processo Civil, deve o magistrado determinar o processamento do recurso com base no princípio da fungibilidade, observando-se o prazo maior para não prejudicar o recorrente”*<sup>112</sup>.

#### 4.2.2. Regras pertinentes

Além dos **princípios** sumariamente descritos no item anterior, o Código de Processo Civil estabelece **regras** que disciplinam a classificação dos pronunciamentos judiciais e o sistema recursal, dentre as quais algumas são especialmente relevantes

<sup>111</sup> Quanto à necessidade da aplicação do princípio da fungibilidade nessas hipóteses: “A solução para o problema desnecessário criado pela Lei 11.232/2005 avulta no recrudescimento do princípio da fungibilidade. O agravo de instrumento continuará cabível, nesses casos, nada obstante o conteúdo material de ‘sentença’. Vale, aqui, o exemplo da exclusão do litisconsorte ou do acolhimento parcial do pedido incontroverso (art. 273, § 6º) – irradiação do direito fundamental a um processo sem dilações indevidas” (ASSIS, A., obra citada, p. 90); “De qualquer modo, o mais importante nesse momento (de indefinições e dúvidas) é resolver os problemas práticos decorrentes da recentíssima reforma. Sobre todas as formalidades que envolvem o tema investigado, há de prevalecer – enquanto a doutrina e a jurisprudência não chegarem a um denominador comum – uma solução pragmática, preocupada antes de tudo em viabilizar a subida de recursos, em separado dos autos principais, interpostos de sentenças que resolvam capítulos da demanda. Para o cumprimento desse propósito, necessário aplicar o princípio da fungibilidade aos recursos, admitindo-se, por essa via, que se conheçam tanto das apelações quanto dos agravos interpostos de sentenças que resolvam capítulos da demanda” (OLIVEIRA, B. S., artigo citado, p. 134); “Finalmente, se não for admitida a apelação da sentença que não puser fim ao procedimento, pelo menos há de se admitir a existência de uma dúvida objetiva a respeito, de modo a admiti-la pelo princípio da fungibilidade dos recursos” (VARGAS, J. O., artigo citado, p. 117); “Não obstante estas considerações, é importante destacar, porque o tema tem tudo para render muitas dificuldades práticas no dia-a-dia forense (e muitas e pertinentes discussões doutrinárias), que, mais do que nunca, o sistema recursal precisará da incidência generosa do ‘princípio da fungibilidade recursal’, levando-se em conta o seu amplo desenvolvimento, em sede de doutrina e de jurisprudência, nestes mais de 30 anos de vigência e vivência do Código de Processo Civil” (BUENO, C. S., **A nova etapa da reforma do Código de Processo Civil**, p. 22).

<sup>112</sup> A informação foi extraída do artigo – já citado – de autoria de Jorge de Oliveira Vargas – Juiz de Direito Substituto em 2º Grau do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

para o tema em debate, quais sejam: **(a) a regra da correspondência existente entre a espécie de pronunciamento judicial e a sua (ir)recorribilidade**, extraída da análise sistemática dos arts. 504, 513 e 522, todos do Código de Processo Civil, segundo a qual: (i) os *despachos* são *irrecorríveis*; (ii) as *decisões interlocutórias* são *agraváveis*; e (iii) as *sentenças* são *apeláveis*; essa regra parece tornar *absoluta e legalmente inviável* o entendimento de que, hoje, é possível se falar em “*sentenças agraváveis*” – externado pelo segundo grupo da sistematização do capítulo anterior; **(b) a regra que define as decisões interlocutórias**, prevista pelo § 2º do art. 162 do Código de Processo Civil, que parece inviabilizar o entendimento de que, com a Lei n. 11.232/05, o legislador abandonou o *critério topológico*, pois a expressão “*no curso do processo*” denota que a posição do pronunciamento judicial por dentro do procedimento ainda é fundamental para que o mesmo seja considerado uma decisão interlocutória; além disso, dessa regra se extrai, também, a conclusão de que o conceito de “*questão incidente*” nunca foi incompatível com as matérias previstas nos arts. 267 e 269 do Código de Processo Civil, não havendo óbice algum para que o juiz, *por decisão interlocutória*, trate das matérias neles previstas; **(c) as regras do art. 475-H e do § 3º do art. 475-M do Código de Processo Civil**, que estabelecem o *agravo* (e não a *apelação*) como o recurso cabível contra, respectivamente, a decisão de liquidação e a decisão que resolver a impugnação; essas regras demonstram que o *critério topológico*, embora não constante mais do § 1º do art. 162 do Código de Processo Civil, ainda é, no *sistema do Código*, o critério utilizado para determinar a espécie de pronunciamento e o recurso cabível contra cada uma delas; e, finalmente, **(d) as regras estabelecidas pelos arts. 794 e 795 do Código de Processo Civil**, segundo as quais a extinção da execução (seja pela satisfação da obrigação, seja pela remissão dela) só tem eficácia quando declarada *por sentença*; disso se extrai que há, no *sistema do Código*, sentenças que não têm fundamento substancial previsto nos arts. 267 e 269 do Código.

4.2.2.1. A regra da correspondência: o entendimento de que há “sentenças” agraváveis é absolutamente incompatível com expressa disposição legal (art. 513, CPC)

De acordo com uma interpretação integrada da *classificação dos pronunciamentos judiciais* e das *espécies de recursos previstas em lei federal*, é evidente a **correspondência** existente entre ambos, especialmente no que diz respeito aos pronunciamentos de primeiro grau de jurisdição. Essa correspondência – entre a espécie de *decisão* e a espécie de *recurso contra ela cabível* – é explicitada pelo regramento estabelecido pelos seguintes dispositivos legais do Código de Processo Civil: (a) primeiro, o art. 504 dispõe que “*dos despachos não cabe recurso*”, lembrando que os despachos são definidos pelo § 3º do art. 162; (b) segundo, o art. 513 estabelece que “*da sentença caberá apelação*”, sendo relevante – embora *insuficiente* – a remissão aos arts. 267 e 269 do Código, já que a sentença deverá por fim ao procedimento de primeiro grau jurisdicional<sup>113</sup>; e (c) terceiro, segundo o teor do *caput* do art. 522, as decisões interlocutórias deverão ser impugnadas mediante interposição de *agravo*.

Como se pode observar, a principal importância da identificação da espécie de pronunciamento judicial reside, justamente, na imediata determinação do recurso contra ela cabível, haja vista a correlação legalmente instituída entre este – recurso – e aquela – decisão<sup>114</sup>.

Em síntese, a **regra da correspondência** relaciona, de modo *necessário* e *inevitável*, uma determinada espécie de *decisão judicial* (sentença ou decisão interlocutória) a um específico – e a princípio único, ressalvada a hipótese sempre cumulativa de oposição de embargos de declaração – de *recurso cabível* para impugná-la<sup>115</sup>.

<sup>113</sup> Assim: “Não há como retirar da noção de sentença – ao menos até que se reestruture o sistema recursal – a idéia de encerramento de instância” (DIDIER JR., F. e CUNHA, L. J. C., obra citada, p. 30).

<sup>114</sup> Nesse sentido, ver: “O conceito de sentença tem bastante relevância: é com base nele que se saberá, como já foi visto, qual o recurso cabível, pois, de acordo com o nosso código, da sentença cabe apelação (art. 513 do CPC) e da decisão interlocutória cabe agravo (art. 522 do CPC)” (DIDIER JR., F. e CUNHA, L. J. C., obra citada, p. 30).

<sup>115</sup> Desse modo: “No direito brasileiro atual, existe uma correspondência bastante expressiva entre os tipos de recurso e os tipos de decisão. Esta a principal razão em função da qual é relevante a classificação, para a possibilidade de identificação, dos pronunciamentos judiciais” (WAMBIER L. R. e outros, obra citada, p. 520).

Sendo assim, a observância da regra da correspondência é ônus da parte que pretende recorrer, sob pena de ter seu recurso (inadequadamente interposto) *não conhecido* por ausência de *requisito intrínseco de admissibilidade* – o *cabimento* – ressalvadas, naturalmente, as hipóteses em que é possível a aplicação do já mencionado princípio da fungibilidade recursal.

Por essa razão, em se tratando de verdadeira *regra jurídica processual*, é rigorosamente impróprio falar-se em, por exemplo, “*sentenças agraváveis*” ou “*decisões interlocutórias apeláveis*”, hipótese em que seriam violadas, de modo flagrante e injustificável, as regras previstas nos arts. 513 e 522 do Código de Processo Civil. Logo, caso se queira verdadeiramente respeitar a coerência e a operabilidade prática do Código de Processo Civil – o que significa, em última análise, ter um comprometimento minimamente científico no manejo e na interpretação de suas regras – qualquer interpretação quanto à alteração da *definição legal de sentença* deverá ter em vista que as sentenças são *sempre apeláveis*<sup>116</sup> e, paralelamente, as decisões interlocutórias são *sempre agraváveis*.

Aliás, levando-se em conta a existência de exceções a essa regra (ressaltadas na nota de rodapé n. 110), é preciso ressaltar que as *exceções* (muitas vezes frutos de imprecisões terminológicas e incoerências legislativas) não podem ser transformadas em *regras*, motivo pelo qual, segundo nos parece, não podem servir de argumento para a tese de que, hoje, é possível se falar em “*sentenças agraváveis*”<sup>117</sup>.

---

<sup>116</sup> Sem prejuízo da **regra da correspondência**, há que se destacar, todavia, situações excepcionais, como fizeram os Professores Fredie DIDIER JR. e Leonardo José Carneiro da CUNHA: (a) “*das sentenças em execução fiscal de valor igual ou inferior a 50 (cinquenta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional – ORTN, só se admitirão embargos infringentes e de declaração*”; (b) “*nas causas envolvendo Estado estrangeiro ou organismo internacional contra município ou pessoa residente ou domiciliada no Brasil, a sentença é impugnada por recurso ordinário constitucional, que faz às vezes de apelação*”; (c) das decisões proferidas em consequência da aplicação da Lei n. 1.060/50 caberá apelação, mesmo que se tratem de decisões interlocutórias, o que parece não mais que incoerência legislativa; (d) “*da decisão que decretar a falência cabe agravo (art. 100, primeira parte, da Lei Federal n. 11.101/05, LFRE), conquanto afirma ora que o pronunciamento jurisdicional que decreta a falência é sentença (art. 99, caput, da LFRE), ora que é decisão (arts. 99, parágrafo único, e 100, primeira parte, da LFRE)*”. As citações foram extraídas de: DIDIER JR., F. e CUNHA, L. J. C., obra citada, pp. 92-97.

<sup>117</sup> No sentido de que, após a promulgação da Lei n. 11.232/05 – que, segundo afirmam, eliminou o critério topológico da classificação dos pronunciamentos judiciais –, tornou-se possível a afirmação de que há “*sentenças agraváveis*”, ver: “*Das sentenças, julguem ou não o mérito, cabe o recurso de apelação. Por vezes, de decisões que têm conteúdo de sentenças, por razões de ordem pragmática o recurso cabível é o de agravo, e não o de apelação. É o caso da decisão que não admite a reconvenção ou a declaratória incidental. São sentenças excepcionalmente agraváveis*” (WAMBIER, L. R. e outro, obra citada, p. 521).

A fragilidade do argumento é evidente, pois é anti-científico embasar uma determinada tese em “*argumentos de exceção*”, correndo-se assim o risco de transformar exceções em regras e regras em exceções, o que é inadmissível pelo fato inquestionável de que as regras devem ser tratadas como regras e as exceções como exceções.

Assim, parece estar demonstrado que a **regra da correspondência** constitui óbice legal inafastável e definitivo à proposta sugerida pelo segundo grupo de tornar *agraváveis* as “*sentenças que não extinguem o processo*” para evitar os tumultos processuais que decorreriam da interposição de diversos recursos dotados de efeito suspensivo (no caso, a apelação).

Em outras palavras: os integrantes do segundo grupo sustentam que o critério topológico foi definitivamente abandonado pelo Código, de modo que, para eles, qualquer decisão que trate das matérias previstas nos arts. 267 e 269 do Código, mesmo que não ponham fim ao procedimento, são “*sentenças*”; além disso, prevendo as dificuldades que tal entendimento poderia acarretar ao procedimento em primeiro grau – que seria paralisado toda vez que uma “*sentença*” fosse proferida –, sugeriram que as “*sentenças*” proferidas *no curso do processo* fossem impugnadas mediante interposição de *agravo de instrumento*.

Porém, de acordo com o exposto, essa proposta é *absolutamente inviabilizada* pela **regra da correspondência**, não sendo, portanto, passível de acomodação técnica com o *sistema recursal*. Seja como for, é de se reconhecer que a preocupação relativa à incolumidade do procedimento de primeiro grau de jurisdição é justa; todavia, para que os tumultos processuais mencionados sejam evitados, não é necessário *violar a regra da correspondência*, havendo uma solução bastante singela que, além de evitá-los, acomoda-se melhor do ponto de vista teórico e mesmo técnico ao sistema recursal brasileiro: considerar que *só é sentença* o pronunciamento judicial que *encerre o procedimento em primeiro grau de jurisdição*. Assim, atingir-se-á o mesmo resultado, não sendo preciso socorrer-se de manobras hermenêuticas que violem a coerência lógico-positiva da **classificação dos pronunciamentos judiciais** e, também, do **sistema recursal**.

4.2.2.2. A regra que define decisão interlocutória: o conceito de “questão incidente” nunca foi incompatível com o conceito de “questão de mérito”, o que demonstra que a relação entre a sentença e os arts. 267 e 269 não é exclusiva

A própria idéia de **interlocução** torna indiscutível que o critério topológico é o fator de discriminação entre as sentenças e as decisões interlocutórias: por definição (inclusive legal, de acordo com o § 2º do art. 162 do CPC), decisão interlocutória é o pronunciamento judicial que é proferido obviamente *após o começo do processo* e necessariamente *antes de seu término*, daí o adjetivo *interlocutória*.

De acordo com PONTES DE MIRANDA, decisão interlocutória é toda decisão proferida no processo *sem a vocação de extinguir o procedimento*, sendo – dizemos nós – irrelevante a matéria por ela decidida<sup>118</sup>. Em outras palavras, a decisão judicial que não tem a propriedade de por fim ao procedimento de primeiro grau jurisdicional, *verse ou não sobre as matérias referidas nos arts. 267 e 269 do Código de Processo Civil*, é **decisão interlocutória** (e não **sentença**, apesar da redação do novo § 1º do art. 162 do CPC), sendo, naturalmente, impugnável através do manejo de **agravo de instrumento**, segundo a regra da correspondência já observada no item anterior<sup>119</sup>.

Essa interpretação parece-nos inquestionável, já que fundada em um raciocínio elementar: a **interlocução** é um critério *de lugar* e não *de substância* ou *de conteúdo*, não havendo que se falar que há matérias que só podem ser decididas em sentença e

<sup>118</sup> É pertinente citar novamente a seguinte passagem: “A *interlocução*, a que se alude no Código de 1973 quando fala de decisões interlocutórias, é a ausência de eficácia extintiva do processo. A *sentença* é decisão que extingue o processo, quer se trate de mérito, quer não. Decisões são as sentenças, os acórdãos e as decisões interlocutórias, de modo que esses três julgamentos são classes, espécies” (PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti, **Comentários ao Código de Processo Civil**, tomo VII, p. 156).

<sup>119</sup> No sentido de que as decisões interlocutórias podem versar sobre as matérias previstas nos arts. 267 e 269 do Código de Processo Civil: “**Decisão interlocutória.** Toda e qualquer decisão do juiz proferida no curso do processo, sem extingui-lo, ou sem extinguir a fase processual de conhecimento ou de liquidação, seja ou não sobre o mérito da causa, é interlocutória, sendo impugnável pelo recurso de agravo (CPC 522). Como, para classificar o pronunciamento judicial, o CPC não levou em conta apenas seu conteúdo, mas também sua finalidade, se o ato contiver matéria do CPC 267 ou 269, mas não extinguiu o processo, que continua, não pode ser sentença, mas sim decisão interlocutória. Pode haver, por exemplo, decisão interlocutória de mérito se o juiz indefere parcialmente a inicial, pronunciando a decadência de um dos pedidos cumulados, e determina a citação quanto ao outro pedido: o processo não se extinguiu, pois continua relativamente ao pedido deferido, nada obstante tenha sido proferida decisão de mérito ao se reconhecer a decadência (CPC 269 IV)” (NERY JUNIOR, N. e NERY, R. M. A., obra citada, pp. 431-432).

outras matérias que, ao contrário, só podem ser decididas por meio de decisão interlocutória.

Em relação a isso, é possível que se afirme que essas conclusões só eram válidas para a definição *revogada* de sentença, não podendo mais, em virtude da Lei n. 11.232/05, servir de parâmetro para interpretar a *nova* definição legal de sentença. Todavia, o argumento é inconsistente, diante do fato de que a definição legal *de decisão interlocutória* não foi objeto de qualquer alteração, nem mesmo do ponto de vista meramente redacional.

Por essa razão, mantida em todos os seus termos a definição legal *de decisão interlocutória* (§ 2º do art. 162 do CPC), ela deve ser levada em consideração, necessariamente, para a interpretação do sentido e do alcance da reformulação da definição legal *de sentença*.

Posta essa premissa, resta-nos observar, mais uma vez invocando as lições dos Professores Luiz Guilherme MARINONI e Sérgio Cruz ARENHART, que o conceito de **questão incidente** (constante da redação do dispositivo legal que define as decisões interlocutórias) nunca foi – nem é agora, repise-se – incompatível com o conceito de **questão de mérito** e, mesmo, de qualquer **questão relativa aos arts. 267 e 269 do Código de Processo Civil**.

Tanto é assim que nunca houve divergências a respeito da natureza de *interlocutória* das decisões que, por exemplo, concedem tutela antecipatória ou pronunciam a decadência ou a prescrição em relação a parcela da demanda, não sendo razoável sustentar que, com a reforma da Lei n. 11.232/05, tais decisões interlocutórias passaram a ser sentenças.

Não fosse assim, o juiz nunca poderia apreciar qualquer matéria que guarde relação com as hipóteses previstas nos arts. 267 e 269 do Código de Processo Civil, *a não ser no momento da prolação da sentença* (momento final do processo), o que é evidentemente contrário à tendência contemporânea de adequar o processo à entrega *justa, tempestiva e adequada* da tutela do direito material, o que constitui motivo suficiente para repelir tal pensamento.

Muito provavelmente, a resistência histórica em conferir *eficácia imediata* às decisões interlocutórias é resultado da falsa noção de que elas – interlocutórias – são



pronunciamentos *provisórios* e, portanto, *precários*. O equívoco, todavia, parece-nos evidente, já que a noção de **interlocução** não guarda correspondência lógica com a noção de **provisoriidade**: enquanto aquela é fruto de um critério *meramente topológico*, esta diz respeito à profundidade da *cognição* e da *instrução* do juízo.

Dessa forma, se existe algo de positivo na reformulação da definição legal de sentença (que gerou tantos problemas desnecessários de compreensão quanto à *classificação dos pronunciamentos judiciais* e, também, quanto ao *sistema recursal*) é justamente a reforma do *caput* do art. 269 do Código de Processo Civil, por força da qual houve a desvinculação entre o julgamento do mérito e a extinção do processo. Com isso, segundo nos parece, houve a chancela, pelo texto legal, do entendimento de que, por exemplo, nos casos em que há, pelo réu, reconhecimento jurídico de parcela do pedido ou de um dos pedidos cumulados, é possível que o juiz julgue (e julgue *definitivamente*) o mérito a eles relativo **por meio de decisão interlocutória**, sendo desnecessária a criação de conceitos estranhos à nossa sistemática processual – como o de “*sentença parcial*”, por exemplo.

Em outras palavras: como agora, de modo evidente, não há mais vinculação entre o “*julgamento do mérito*” e a “*extinção do processo*” (por força da alteração do *caput* do art. 269 do CPC), conclui-se que as parcelas da demanda que estejam maduras para julgamento podem ser julgadas no curso do processo, por meio de **decisão interlocutória**.

Em síntese conclusiva: por não haver incompatibilidade lógica entre os conceitos de “*questão de mérito*” e “*questão incidente*” e por não ter havido qualquer modificação na definição legal de decisão interlocutória, é inafastável a conclusão de que *a relação entre a sentença e os arts. 267 e 269 do Código de Processo Civil não é uma relação exclusiva, já que as matérias previstas nesses últimos podem ser resolvidas tanto por meio de sentença (se ao final do procedimento) quanto por meio de decisão interlocutória (se antes de seu termo final)*.

Assim, como se vê, para se concluir que a posição do ato no procedimento continua a ser relevante para a classificação dos pronunciamentos judiciais, não é preciso que a interpretação sistemática vá tão longe (em direção aos princípios e regras

que informam o sistema recursal, por exemplo), bastando para isso que se dê atenção adequada ao § 2º do art. 162 do Código de Processo Civil.

É por essa razão que a manutenção da redação do § 2º do art. 162 do Código de Processo Civil é motivo suficiente para se concluir que o **conteúdo** do ato judicial é *irrelevante* para sua classificação, para a qual é *fundamental*, apenas, a sua *posição no procedimento*<sup>120</sup>. Seja como for, caso não se reconheça que o critério topológico é **suficiente** à distinção entre as sentenças das decisões interlocutórias, há que se reconhecer que, *no mínimo*, ele é **necessário** (ao lado do critério do conteúdo, como parte da doutrina sustenta – Nelson NERY JUNIOR, principalmente, com a idéia de *critério misto*).

Em suma: seja porque o critério topológico é **suficiente** (bastante por si mesmo) seja porque é **necessário** (ao lado do conteúdo do ato) à distinção entre sentenças e decisões interlocutórias, o que não se pode sustentar – sem que seja comprometido o *sistema do Código de Processo Civil* – é que o critério topológico foi abandonado pelo legislador com a reforma engendrada pela Lei n. 11.232/05. Caso contrário, a definição de decisão interlocutória seria obviamente esvaziada de conteúdo prático, além de todas as outras distorções (inoportunas e injustificáveis) do sistema recursal do Código mencionadas anteriormente.

4.2.2.3. As regras dos arts. 794 e 795 do CPC estabelecem outro conteúdo possível para as sentenças (proferidas na fase de execução), o que demonstra que a relação entre a sentença e os arts. 267 e 269 não é necessária

No subitem anterior, ficou demonstrado que a relação que o § 1º do art. 162 e os arts. 267 e 269 do Código de Processo Civil não é uma relação **exclusiva**, pois as também *decisões interlocutórias* podem (sempre puderam e continuam podendo) tratar das matérias arroladas nestes dois últimos dispositivos legais, de modo que pode ser

---

<sup>120</sup> Aqui, é necessário retomar a discussão quanto aos **critérios** adotados pelo Código no que diz respeito à *classificação dos pronunciamentos judiciais*: (a) em primeiro lugar, pode-se afirmar que o *único* critério que distingue uma sentença de uma decisão interlocutória é o chamado *critério topológico* (entendimento chancelado pelo presente trabalho); (b) em segundo lugar, é possível sustentar-se que o *discrímen* entre a sentença e a interlocutória é formatado por um *critério misto* (cumulação do critério *topológico* e do critério *substancial*); ou, por fim, (c) em terceiro lugar, é possível (embora isso nos pareça equivocado, levando-se em conta o *sistema* do Código) afirmar que o *critério topológico* foi *explícita e definitivamente abandonado* pelo legislador (como fazem os integrantes do segundo e do terceiro grupos sistematizados no capítulo anterior).

formulado o seguinte enunciado: “*nem toda decisão judicial que tem como conteúdo as hipóteses previstas nos arts. 267 e 269 do Código de Processo Civil é uma sentença*”.

Ocorre que a recíproca é verdadeira, de modo que “*nem toda sentença tem como conteúdo as hipóteses previstas nos arts. 267 e 269 do Código de Processo Civil*”, motivo pelo qual a relação entre a sentença e essas hipóteses não só não é **exclusiva**, como também não é **necessária**.

Ou seja: de um lado, não é uma relação **exclusiva**, como visto, porque não há qualquer impedimento no sentido de que o juiz julgue tais matérias *por meio de decisão interlocutória* (e não necessariamente por *sentença*); e, de outro lado, não é uma relação **necessária**, porque a sentença pode ter conteúdo não previsto nos arts. 267 e 269 do Código de Processo Civil, como ocorre com as sentenças que encerram a execução, cujo fundamento pode guardar correlação tanto com o art. 794 quanto com o art. 795, ambos do Código<sup>121</sup>.

Analisemos, primeiramente, a sentença referida no art. 795 do Código de Processo Civil: esse pronunciamento judicial tem o escopo de, apenas, reconhecer o esgotamento da atividade executiva da jurisdição, de modo a **extinguir o processo formal e definitivamente**. Eis a natureza jurídica da sentença cujo conteúdo guarda correspondência com a previsão do art. 795 do Código de Processo Civil<sup>122</sup>.

Ao comentar o art. 795 do Código de Processo Civil, os Professores Nelson NERY JUNIOR e Rosa Maria de Andrade NERY afirmam que o processo de

<sup>121</sup> Os dispositivos legais referidos assim dispõem:

Art. 794. Extingue-se a execução quando:

I – o devedor satisfaz a obrigação;

II – o devedor obtém, por transação ou por qualquer outro meio, a remissão total da dívida;

III – o credor renunciar ao crédito.

Art. 795. A extinção só produz efeito quando declarada por sentença.

<sup>122</sup> Nesse sentido: “*Não havendo mérito a ser decidido, mas direito a ser realizado, a sentença da execução é, normalmente, apenas extintiva do processo. Seu escopo é reconhecer o exaurimento da função executiva, dando, formalmente, fim ao processo. Desta natureza é a sentença de que trata o art. 795 do CPC. Este ato judicial tem significado estritamente formal, valendo como o ‘ponto final’ da execução. Assim, satisfeita a obrigação, diante do levantamento, pelo exequente, da importância relativa ao seu crédito, esgota-se a função da execução. Esta satisfação se dá, sublinhe-se, com o ‘pagamento’ da importância ao credor, mas só gera a consequência da eliminação da execução com a sentença que reconhece o fato. Portanto, a sentença representa mero ato formal de conclusão do procedimento*” (MARINONI, L. G. e ARENHART, S. C., **Execução**, p. 342).

execução (assim como ocorre com o cognitivo e o cautelar) também se encerra por meio de sentença, mesmo que esse atributo não conste mais expressamente do § 1º do art. 162 do Código de Processo Civil. Além disso, sustentam que o fim da execução, quando fundado no art. 795, caracteriza-se por qualquer outra razão que não as estabelecidas pelos incisos do art. 794, como ocorre, por exemplo, nas hipóteses de nulidade processual por ausência de título executivo<sup>123</sup>.

Portanto, a sentença proferida na fase de execução, cujo conteúdo não se refira ao teor dos incisos do art. 794 do Código de Processo Civil, estará fundada no art. 795, cujo atributo é *declarar* a extinção da execução, consistindo em ato judicial de natureza *estritamente formal*, destinada a reconhecer o esgotamento da função executiva da jurisdição.

De modo distinto, a sentença fundada no art. 794 do Código de Processo Civil tem *natureza homologatória*, tendo, portanto, função análoga à sentença proferida com base nos incisos II, III e IV do art. 269 do Código de Processo Civil, da seguinte forma: **(a)** a “*satisfação da obrigação*” (art. 794, I, do CPC) é hipótese análoga ao “*reconhecimento da procedência do pedido*” (art. 269, II, do CPC); **(b)** a “*remissão total da dívida por transação ou outro meio qualquer*” (art. 794, II, do CPC) guarda relação de identidade com a “*transação*” (art. 269, III, do CPC); e **(c)** a “*renúncia do credor ao crédito*” (art. 794, III, do CPC) corresponde à “*renúncia do autor ao direito sobre o qual se funda a ação*” (art. 269, V, do CPC)<sup>124</sup>.

<sup>123</sup> No sentido do texto: “**Extinção do processo.** Como ocorre com qualquer processo (de conhecimento ou cautelar), o de execução se encerra por meio de sentença (CPC 162 § 1.º). Não só quando ocorrer uma das hipóteses do CPC 794, que são de extinção da própria pretensão executória, equivalente à decisão sobre o ‘mérito’ da execução (CPC 269), mas por qualquer outro motivo, ainda que de natureza eminentemente processual, o processo de execução se encerrará quando o juiz proferir sentença. Quando houver nulidade da execução, por exemplo, por falta de título executivo (CPC 618), o juiz extinguirá o processo de execução por falta de condição da ação, equivalendo esse ato à sentença de extinção do processo sem resolução do mérito, prevista no CPC 267 VI. É o caso, também, da sentença que decidir a impugnação ao instituto do cumprimento da sentença, extinguindo a execução, que desafia, neste caso, o recurso de apelação (CPC 475-M § 3.º)” (NERY JUNIOR, N. e NERY, R. M. A., obra citada, p. 1104).

<sup>124</sup> Nesse particular: “Já a sentença do art. 794 possui natureza distinta. Nela está revelada figura análoga à disciplinada nos incisos II, III e V do art. 269 do CPC, que tratam da homologação de atos jurídicos processuais das partes. Transpondo estas hipóteses para a execução, conclui-se que as sentenças do art. 794 têm conteúdo homologatório, significando expressão dos atos arrolados no art. 269, II, III e V. (...). Substancialmente, merece crítica o dispositivo, já que a remissão da dívida corresponde à renúncia do credor ao crédito. Portanto, há superposição parcial entre os incisos II e III do art. 794. De todo modo, em todas as situações descritas no artigo, há sentenças homologatórias” (MARINONI, L. G. e ARENHART, S. C., obra citada, p. 342).

Como se pode observar, nem toda sentença proferida pelo juiz em primeiro grau de jurisdição trata especificamente das matérias arroladas nos arts. 267 e 269 do Código de Processo Civil, existindo sentenças cujo conteúdo estão explicitados em *outros dispositivos legais do Código*, como, por exemplo, no caso da execução, os arts. 794 e 795. Assim, resta demonstrado, também, que a remissão do § 1º do art. 162 aos incisos dos arts. 267 e 269 do Código de Processo Civil **não é exaustiva**, motivo pelo qual *não se trata de uma relação necessária*.

E, mesmo que se afirme – corretamente – que as funções desempenhadas pelos arts. 794 e 795 são **análogas** às exercidas pelos arts. 267 e 269 do Código de Processo Civil, o argumento acima declinado não fica prejudicado, pois, logicamente, apesar de serem *conteúdos evidentemente análogos*, trata-se de *conteúdos rigorosamente distintos* (não idênticos). Essas considerações já são suficientes à conclusão de que a nova definição legal de sentença não é **precisa** e, por isso, não pode ser interpretada *literal e isoladamente*, quer porque a relação de correspondência por ela pressuposta *não é exclusiva*, quer porque essa mesma relação *não é necessária*.

4.2.2.4. As regras do art. 475-H e do § 3º do art. 475-M do CPC demonstram que o critério topológico não foi abandonado pelo sistema recursal

Por fim, as regras estabelecidas pelo art. 475-H e pelo § 3º do art. 475-M do Código de Processo Civil também servem de parâmetro para a conclusão de que, *no sistema do Código*, o denominado *critério topológico* ainda é levado em consideração tanto para a **definição de sentença** quanto para a **determinação do recurso cabível** contra as diferentes espécies de decisões judiciais<sup>125</sup>.

Antes de explicitar as razões que fundamentam a afirmação acima, vale lembrar, mais uma vez, que a **classificação legal dos pronunciamentos judiciais** só

---

<sup>125</sup> Os dispositivos de lei mencionados dispõem o seguinte:

Art. 475-H. Da decisão de liquidação caberá agravo de instrumento.

Art. 475-M. (...)

§ 3º A decisão que resolver a impugnação é recorrível mediante agravo de instrumento, salvo quando importar extinção da execução, caso em que caberá apelação.

foi estabelecida pelo Código *por razões estritamente pragmáticas*, especialmente relacionadas à determinação do recurso cabível contra as espécies de atos do juiz (diante da **regra da correspondência inerente ao sistema recursal**), pois caso se trate de sentença, o recurso cabível é o de apelação e se se tratar de decisão interlocutória, a parte vencida deverá interpor agravo de instrumento. Não fosse essa preocupação – que se tornou necessária diante das dificuldades decorrentes do Código de 1939 –, muito provavelmente o legislador deixaria a tarefa relativa às definições (de sentença, de decisão interlocutória e de despacho) para a doutrina<sup>126</sup>.

Desse modo, a relevância da **posição do ato jurisdicional** por dentro do procedimento em primeiro grau de jurisdição continua evidente, não mais, é verdade, por força do que dispõe o § 1º do art. 162, mas, seguramente, pelo que estabelecem, por exemplo, as regras do art. 475-H e do § 3º do art. 475-M do Código de Processo Civil, conforme se demonstrará a seguir:

**A. De um lado**, o legislador, com a Lei n. 11.232/05, além de permitir que a sentença condenatória fosse cumprida no próprio processo, estabeleceu que a *liquidação* passa a consistir em *mero incidente processual*, motivo pelo qual definiu o pronunciamento judicial da liquidação como sendo **decisão** (interlocutória, complemente-se), explicitando, como se não bastasse, que esta deverá ser impugnada mediante a interposição de **agravo de instrumento**.

Aliás, deve-se salientar, ainda, que a decisão do incidente de liquidação é verdadeira “*decisão de mérito*” e, mesmo assim, o próprio legislador a define – corretamente – como “*decisão*” *interlocutória*, o que confirma a tese já lançada no presente trabalho de que o conceito de “*questão de mérito*” nunca foi incompatível com o conceito de “*questão incidente*”. Por essa razão, a observação do disposto no

---

<sup>126</sup> Também assim: “O art. 162, § 1.º, após a Lei 11.232/2005, passou a dizer que ‘sentença é o ato do juiz que implica alguma das situações previstas nos arts. 267 e 269 desta Lei’. Considerando-se os arts. 267 e 269, seria possível chegar à conclusão de que se passou a admitir sentenças de mérito no interior do processo ou sentenças interlocutórias de mérito. Porém, a classificação dos atos jurisdicionais sempre teve e continua a ter mera preocupação pragmática. Objetiva-se, antes de tudo, definir, com a melhor clareza possível, o recurso cabível: contra a decisão interlocutória, agravo; contra a sentença, apelação” (MARINONI, L. G. e ARENHART, S. C., obra citada, p. 138).

art. 475-H do Código de Processo Civil também é útil à compreensão de que não há incompatibilidade lógica entre as questões de mérito e as decisões interlocutórias<sup>127</sup>.

Além disso, é de se observar que a liquidação de sentença tem natureza jurídica de ação, havendo resolução da pretensão de liquidação por meio julgamento de mérito, consubstanciado em um pronunciamento judicial que tem como conteúdo o art. 269, I, do Código de Processo Civil. Apesar disso, *pelo fato de não extinguir o procedimento*, é considerada – adequadamente – como **decisão interlocutória**, naturalmente impugnável por **agravo de instrumento**<sup>128</sup>.

Portanto, a regra contida no art. 475-H do Código de Processo Civil demonstra, de modo explícito, que a qualificação do pronunciamento que julga a liquidação (*decisão interlocutória*) e a determinação do recurso contra ela cabível (*agravo de instrumento*) são condicionadas pelo **critério topológico**, tanto que o conteúdo da decisão é de mérito e guarda correspondência com o inciso I do art. 269 do Código de Processo Civil (o que poderia levar à falsa idéia de que o pronunciamento em questão tratar-se-ia de sentença, decorrente da uma interpretação *isolada e literal* do § 1º do art. 162 do Código).

Mas não é só: a regra encartada no § 3º do art. 475-M do Código de Processo Civil demonstra de modo ainda mais contundente que o **critério topológico** continua a informar a lógica do *sistema do Código de Processo Civil*.

<sup>127</sup> No sentido de que a decisão que julga a liquidação toca diretamente o mérito do incidente: “*É claro que a decisão que julga a liquidação trata do mérito, seja do quantum propriamente dito, seja da existência do dano, visto como pressuposto para a tutela ressarcitória. Nesse último caso, em que a liquidação trata de pressuposto indispensável à configuração da tutela ressarcitória, é indisfarçável a substância da decisão, claramente indispensável para se acolher o pedido de tutela do direito material*” (MARINONI, L. G. e ARENHART, S. C., obra citada, p. 139).

<sup>128</sup> Assim: “*A liquidação de sentença tem natureza jurídica de ação, a despeito de a Reforma da L 11232/2005 não haver-lhe dado autonomia e independência procedimental. Quando o juiz a julga, resolve a pretensão de liquidação, vale dizer, seu pronunciamento contém julgamento do mérito, de acolhimento ou rejeição da pretensão de liquidação (CPC 269 I). Por possuir conteúdo de mérito, esse pronunciamento faz coisa julgada material (CPC 467) e é rescindível (CPC 485). Como esse pronunciamento do juiz, a despeito de julgar a pretensão de liquidação (conteúdo do CPC 269 I), não extingue o processo (conjunto das ações de conhecimento, de liquidação e de execução [pelo cumprimento da sentença] cumuladas) nem a fase processual de conhecimento, caracteriza-se como decisão interlocutória (CPC 162 § 2.º). Daí o acerto da norma sob comentário, que prevê contra essa decisão o recurso de agravo, que cabe para impugnar decisão interlocutória (CPC 522 e 162 § 2.º). O CPC 465-H não autoriza, pois, interpretação literal isolada do CPC 162 § 1.º, que teria mudado o conceito de sentença*” (NERY JUNIOR, N. e NERY, R. M. A., obra citada, p. 730).

**B. De outro lado**, o legislador retirou da defesa do executado o caráter de *processo incidental* (embargos) para atribuir-lhe a natureza de *defesa endo-processual* (impugnação), por meio do referido § 3º do art. 475-M do Código de Processo Civil.

Aqui, a adoção do **critério topológico** é ainda mais evidente: por um lado, **se** a decisão da impugnação *não extinguir* o procedimento executivo em primeiro grau (por julgá-la improcedente ou porque sua procedência não implica a extinção do procedimento), **então** é considerada como *decisão interlocutória* e, portanto, *agravável* (art. 522 do CPC); mas, por outro lado, **se** a decisão da impugnação *extinguir* o procedimento executivo em primeiro grau (por julgá-la procedente), **então** é considerada como *sentença*, naturalmente *apelável* (art. 513 do CPC)<sup>129</sup>.

Portanto, uma análise **sistemática** e **teleológica** do Código de Processo Civil não resiste à conclusão de que um ato jurisdicional só é sentença quando tiver aptidão de extinguir o procedimento em primeiro grau de jurisdição. No caso da regra sob análise - § 3º do art. 475-M do CPC –, isso é evidenciado de forma máxima, já que o pronunciamento judicial que julga a impugnação do executado pode ser tanto *sentença* quanto *decisão interlocutória*, dependendo **exclusivamente** de sua posição no procedimento<sup>130</sup>.

Desse modo, finalizando o capítulo derradeiro do presente trabalho, deve-se observar, afinal, que os **princípios** e **regras** selecionados e analisados em seu bojo

<sup>129</sup> Desse modo: “O ato judicial que analisa a impugnação pode constituir decisão interlocutória ou sentença, conforme o caso (art. 475-M, § 3.º, do CPC). Será caracterizado como decisão interlocutória sempre que não acarretar a extinção da execução. Configurar-se-á decisão interlocutória se julgar improcedente a impugnação, ou se, por exemplo, excluir um dos executados do processo, ou ainda quando reconhecer a existência de causa impeditiva da execução. Desafiara, então, agravo, a ser apresentado em sua forma por instrumento, já que não haveria interesse recursal em sua interposição na modalidade retida. Em todos os casos em que a solução da impugnação importar extinção da execução, o ato judicial será caracterizado como sentença, sujeitando-se a apelação. Note-se que, para que o ato se manifeste como sentença, deverá ocorrer a necessária extinção da execução como sua consequência. A eliminação de parte da execução – pela redução do valor executado, pela extinção de um dos pedidos cumulados ou pela remoção de um dos exequentes ou executados de seu bojo – não tem este efeito, de modo que o ato jurisdicional, em tal caso, não tem a natureza de sentença” (MARINONI, L. G., e ARENHART, S. C., obra citada, pp. 312-313).

<sup>130</sup> Também assim: “Na hipótese de o julgamento da impugnação ser de procedência do pedido e, em vista da situação concreta e da matéria alegada pelo impugnante, o juiz extinguir a execução (v.g. ilegitimidade de parte, prescrição), esse ato será sentença e, como tal, recorrível por meio de apelação, que seguirá o regime jurídico do sistema recursal do Código (CPC 496 et seq.)” e, concluindo: “Aqui, mais uma demonstração de que a conceituação de sentença, pelo sistema instituído pela L 11232/05, não prescinde do elemento extinção do processo, pois se o pronunciamento do juiz no incidente de impugnação, embora possa conter matéria do CPC 267 ou 269 (v.g., prescrição: CPC 269 IV e 475-L VI) não extinguir a execução, será decisão interlocutória e, por consequência, agravável de instrumento. Daí por que sentença é o ato do juiz que contém matéria do CPC 267 ou 269 e, ao mesmo tempo, extingue o processo” (NERY JUNIOR, N. e NERY, R. M. A., obra citada, p. 748).



oferecem óbices legais inafastáveis e insuperáveis ao entendimento de que o critério topológico foi abandonado pelo sistema do Código de Processo Civil, contribuindo, portanto, para a conclusão de que a reformulação da definição legal de sentença não ultrapassou o âmbito meramente redacional, cuja única finalidade foi a de acomodar tecnicamente o dispositivo alterado à nova estrutura (sincrética) do processo, de modo a não abalar nem a *classificação dos pronunciamentos judiciais* nem, tampouco, o *sistema recursal* estabelecido pelo Código de Processo Civil.

## 5. CONCLUSÃO

Após termos levado a efeito a pesquisa que embasou o desenvolvimento do presente trabalho, é possível esboçar uma síntese crítica e conclusiva a respeito do tema nele abordado, ressaltando que nas ciências em geral, nas ciências humanas em especial e no Direito de um modo especialíssimo, toda conclusão é necessariamente provisória.

Seja como for, para não fugir ao debate (e, principalmente, para estimulá-lo), após demorada ponderação entre os argumentos expostos pelas vertentes doutrinárias e jurisprudenciais que se posicionaram a respeito da redefinição legal de sentença, chegamos à conclusão de que a reformulação legal da definição de sentença *não ultrapassou o plano meramente redacional, textual e formal* dos conceitos, de modo a não oferecer qualquer modificação *efetiva, processual e substancial* tanto da **estrutura da classificação dos pronunciamentos judiciais** (especialmente em relação à distinção entre sentenças e decisões interlocutórias) quanto do **padrão de recorribilidade inerente ao sistema recursal**, ambos estabelecidos pelo *sistema* do Código de Processo Civil.

Essa conclusão está fundada em diversos fundamentos (que oscilam da dimensão *pragmática* à dimensão *teórica*, permeadas pela preocupação de preservar a sistematicidade e a operabilidade do Código de Processo Civil), que serão, sumariamente, sistematizados a seguir:

**1. Em primeiro lugar**, do ponto de vista **hermenêutico**, não se pode interpretar um dispositivo legal sem levar em consideração, de um lado, o *sistema normativo* (integrado por princípios e regras) em que ele está inserido e, de outro lado, os *motivos* que ensejaram sua inserção na ordem jurídica. Nesse sentido, a tese de que o critério topológico foi abandonado pelo legislador parece contrariar princípios e regras que informam a racionalidade do sistema jurídico-processual positivo – conforme exposição detalhada e sumária mais adiante – além de consistir em inequívoca *interpretação literal e isolada* do § 1º do art. 162 do Código de Processo Civil. Além disso, esse posicionamento parece negligenciar a própria *Exposição de Motivos* do anteprojeto da Lei n. 11.232/05, da qual não consta qualquer referência à

suposta necessidade de se alterar a classificação dos atos jurisdicionais ou o sistema recursal previsto no Código de Processo Civil.

**2. Em segundo lugar,** do ponto de vista **pragmático** (que, aliás, foi justamente o que tornou aceitável – e até mesmo aconselhável – o fato de o legislador do Código de 1973 definir conceitos que, a princípio, deveriam ser definidos pela doutrina), entender que a alteração do § 1º do art. 162 do Código de Processo Civil foi *meramente redacional* é a forma mais simples de preservar as vantagens de uma classificação que, apesar de alguma imprecisão, simplificou a distinção entre os pronunciamentos do juiz e a identificação do recurso cabível contra cada uma de suas espécies, o que, em última análise, contribui para que o processo seja verdadeiramente um instrumento de efetivação do direito material, pois o primeiro requisito para que isso seja possível é a facilidade no manejo de seus institutos na prática forense.

**3. Em terceiro lugar,** do ponto de vista da **principiologia** que informa o processo civil brasileiro, pode-se afirmar, com segurança, que: **(a)** o *princípio do duplo grau de jurisdição* é suficiente para demonstrar que a definição anterior já não era absolutamente correta, pois se o processo continuaria tramitando perante o tribunal em hipótese de interposição de recurso de apelação, então ele não poderia ter sido extinto pela sentença; assim, levando-se em conta que a doutrina e a jurisprudência já haviam corrigido o equívoco da expressão “*põe termo ao processo*”, conclui-se que a redefinição legal de sentença deu um passo largo demais, pois não deveria ter suprimido a referência à eficácia extintiva das sentenças, mas apenas ter feito constar *procedimento de primeiro grau de jurisdição* onde constava *processo*; **(b)** o *princípio da taxatividade dos recursos* é óbice legal definitivo e inafastável à proposta de se admitir que as decisões que tratem das matérias previstas pelos arts. 267 e 269 do Código de Processo Civil e que não ponham fim ao procedimento sejam impugnadas pela exótica figura da “*apelação por instrumento*”, já que nem seu *nomen iuris* nem seu procedimento são previstos em lei federal; e **(c)** diante do problema desnecessariamente criado pela Lei n. 11.232/05 (e agravado pelos doutrinadores que optam por posicionamentos diversos ao sugerido no presente trabalho), ganha novamente especial importância a aplicação do *princípio da fungibilidade recursal*, diante do fato inquestionável de que se há divergências doutrinárias e jurisprudenciais

quanto à questão, **então** não se pode falar em erro grosseiro, sob pena de se prejudicar a efetividade da prestação da tutela jurisdicional.

**4. Em quarto lugar,** do ponto de vista do **regramento** da classificação dos pronunciamentos judiciais e do sistema recursal, conclui-se que: **(a)** a *regra da correspondência*, estabelecida conjuntamente pelos arts. 504, 513 e 522 do Código de Processo Civil torna legalmente inviável o entendimento de que as “sentenças que não extinguem o procedimento de primeiro grau jurisdicional” devem ser impugnadas por meio de agravo, já que *da sentença cabe apelação*; **(b)** segundo a *regra que define as decisões interlocutórias* (§ 2º do art. 162 do CPC, que não foi alterado pela Lei n. 11.232/05), o conceito de “*questão incidente*” nunca foi incompatível com as questões relativas às matérias previstas nos arts. 267 e 269 do Código de Processo Civil, motivo pelo qual a relação entre as sentenças e estes dois dispositivos legais *não é um relação exclusiva*; isso porque, logicamente, **se** o conteúdo neles previsto pode ser objeto tanto de sentenças quanto de decisões interlocutórias, **então** ele – conteúdo – não pode servir de critério distintivo entre essa e aquela, donde se resgata a idéia de que é a posição do pronunciamento por dentro do procedimento de primeiro grau jurisdicional – e só ela – o fator de distinção entre ambas; **(c)** as *regras previstas nos arts. 794 e 795 do Código de Processo Civil*, por sua vez, dão conta de demonstrar que a relação entre as sentenças e os arts. 267 e 269 também *não é uma relação necessária*, já que nem toda sentença tratará das matérias previstas nestes, pois podem guardar correspondência substancial com aqueles (sentenças proferidas em sede de execução); e **(d)** as *regras previstas no art. 475-H e no § 3º do art. 475-M do Código de Processo Civil*, por fim, comprovam definitivamente que o critério topológico ainda é utilizado pelo sistema do Código, pois chamam de “*decisão*” (e não de “*sentença*”) os pronunciamentos judiciais que não extinguem a execução e, contra elas, prevêm o recurso de *agravo* e não de *apelação*.

**5. Em quinto lugar,** do ponto de vista **teórico**, é mais razoável aceitar propostas doutrinárias que se compatibilizem mais e melhor com o sistema jurídico-positivo e que melhor se acomodem tecnicamente com sua estrutura normativa, sob pena de serem desenvolvidas teses jurídicas que se afastam da realidade pragmática do foro e, assim, dificultam a compreensão de seus institutos. Além disso, esse argumento

é reforçado ainda mais diante do fato de que os outros posicionamentos não são *necessários* e nem trazem consigo qualquer *avanço* (verdadeiro ou significativo); muito ao contrário, representam injustificável retrocesso às históricas polêmicas e dificuldades inerentes ao Código de Processo Civil de 1939.

Dessa maneira, a partir dos argumentos acima explicitados e sumariados, conclui-se que a reforma trazida pela Lei n. 11.232/05 parece **não** ter suprimido o critério topológico enquanto fator de distinção entre sentenças e decisões interlocutórias (de modo a não trazer qualquer modificação no que diz respeito à *classificação dos pronunciamentos judiciais*) **nem** flexibilizado a regra da correspondência entre as espécies de pronunciamentos judiciais e o recurso cabível contra cada uma delas (motivo pelo qual também não modificou em nada o *sistema recursal* estabelecido pelo Código de Processo Civil).

## REFERÊNCIAS

ABELHA RODRIGUES, Marcelo; CHEIM JORGE, Flávio; DIDIER JR., Fredie. **A terceira etapa da reforma do Código de Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 2006.

ANDRADE, Haroldo Serrano de. **Uma releitura da sentença civil e a apelação por instrumento**. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8643>>. Acesso em 13 fevereiro 2008.

ARAGÃO, Egas Dirceu Moniz de. **Comentários ao Código de Processo Civil** (lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973), vol. II: arts. 154-269. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 1992.

ASSIS, Araken de. **Cumprimento da sentença**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

\_\_\_\_\_. **Manual da execução**. 11. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

\_\_\_\_\_. **Manual dos recursos**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar. **O novo CPC: a terceira etapa da reforma**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BUENO, Cassio Scarpinella. **A nova etapa da reforma do Código de Processo Civil**, volume 1: comentários sistemáticos Às Leis n. 11.187, de 19-10-2005, e 11.232, de 22-12-2005. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2006.

\_\_\_\_\_. **Curso sistematizado de direito processual civil: procedimento comum: ordinário e sumário**, v. 2, t. I. São Paulo: Saraiva, 2007.

DALL'AGNOL, Antonio. **Comentários ao código de processo civil**, v. 2: do processo de conhecimento, arts. 102 a 242 [coordenação de Ovídio A. Baptista da Silva]. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

DIDIER JR., Fredie. **Curso de direito processual civil**, volume 1: teoria geral do processo e processo de conhecimento. 7. ed. Salvador: Edições JusPODIVM, 2007.

\_\_\_\_\_. **Curso de direito processual civil**, volume 3: meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais. 3. ed. Salvador: Edições JusPODIVM, 2007.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Capítulos de sentença**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

\_\_\_\_\_. **Instituições de direito processual civil**. v. I, II e III. São Paulo: Malheiros, 2001.

\_\_\_\_\_. **Instituições de direito processual civil**. v. IV. São Paulo: Malheiros, 2004.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Monografia Jurídica**. 7. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. **Curso de processo civil**, volume 2: Processo de conhecimento. 6. ed. rev., atual. e ampl. da obra Manual do Processo de Conhecimento. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

\_\_\_\_\_. **Curso de processo civil**, volume 3: Execução. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

MILMAN, Fabio. O novo conceito legal de sentença e suas repercussões recursais: primeiras experiências com a apelação por instrumento. **Revista de Processo**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 150, p. 160-174, 2007.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **O novo processo civil brasileiro**: exposição sistemática do procedimento. 25. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

\_\_\_\_\_. **Comentários ao Código de Processo Civil**. 11. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2003, v.5

\_\_\_\_\_. A nova definição de sentença. **Revista de Processo**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 136, p. 268-276, 2006.

\_\_\_\_\_. **Conteúdo e efeitos da sentença**: variações sobre o tema. **Revista de Processo**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 40, 1985.

NEGRÃO-GOUVÊA. **Código de Processo Civil e legislação processual em vigor**. 37. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

NERY JUNIOR, Nelson. **Teoria geral dos recursos**. 6. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil comentado e legislação extravagante**. 10. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

OLIVEIRA, Bruno Silveira de. Um novo conceito de sentença?. **Revista de Processo**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 149, p. 120-138, 2007.

PINTO, Nelson Luiz. **Manual dos Recursos Cíveis**. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2000.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Comentários ao Código de Processo Civil**, tomo VII: arts. 496 a 538. Atualização legislativa de Sergio Bermudes. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

SILVA, Ovídio Araújo Baptista da. **Curso de processo civil**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1990, v. II.

\_\_\_\_\_. **Processo e ideologia: o paradigma racionalista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

\_\_\_\_\_. **Sentença e coisa julgada**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1995.

SANT'ANNA, Paulo Afonso de Souza. Sentença parcial. **Revista de Processo**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 151, p. 150-184, 2007.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **As novas reformas do Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

VARGAS, Jorge de Oliveira. O novo conceito de sentença e o recurso daquela que não extingue o processo: apelação ou agravo de instrumento?. **Revista de Processo**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 148, p. 111-118, 2007.



WAMBIER, Luiz Rodrigues; ALMEIDA, Flávio Renato Correia de; TALAMINI, Eduardo. **Curso avançado de processo civil**, volume 1: teoria geral do processo e processo de conhecimento. 8. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

WAMBIER, Tereza Arruda Alvim. **Nulidades do processo e da sentença**. 6. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

\_\_\_\_\_. O agravo e o conceito de sentença. **Revista de Processo**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 144, p. 243-256, 2007.